

SHEILA PRISCILA MAKOSKI LOMBARDI

**DESENVOLVIMENTO RURAL E GÊNERO: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
NA ORGANIZAÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL
O CASO DA CRABI - PR**

Toledo
2006

SHEILA PRISCILA MAKOSKI LOMBARDI

**DESENVOLVIMENTO RURAL E GÊNERO: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
NA ORGANIZAÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL
O CASO DA CRABI - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Andronio
Ramundo Staduto

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Yonissa Marmitt
Wadi

Toledo

2006

SHEILA PRISCILA MAKOSKI LOMBARDI

**DESENVOLVIMENTO RURAL E GÊNERO: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
NA ORGANIZAÇÃO DE UM MOVIMENTO SOCIAL**

O CASO DA CRABI - PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* Toledo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Davi Felix Schreiner
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Marcelino de Souza
Universidade Federal de Santa Maria

Toledo, 24 de março de 2006.

A todas as pessoas inconformadas que buscam
constantemente transformar suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Escrever esta seção é voltar no tempo. É relembrar vários momentos e várias pessoas que me acompanharam nesta trajetória, fazendo parte da minha vida. Por isso, os agradecimentos obedecerão a uma ordem cronológica, pois, todas as pessoas citadas aqui foram muito importantes para mim.

A primeira pessoa a tomar conhecimento do meu projeto foi a Carin que, mesmo sem me conhecer e, pelo telefone motivou-me para que eu seguisse em frente. Ela me mostrou que um profissional pode ir além do que propõe sua profissão. Mesmo desligando-se da Crabi, nunca deixou de estar presente, colaborando em todas as horas. A você, meus agradecimentos com todo meu CARINHo.

Aos professores que compuseram a banca de avaliação, acreditando em mim e na viabilidade do meu projeto, inserindo-me no “mundo da pesquisa”, este mundo fascinante. Professora Yonissa, Professores Jefferson, Miguel, Weimar e Edson, muito obrigada!!

Após minha inserção no Mestrado, todo corpo docente que contribuiu para minha formação, não só acadêmica, mas também pessoal. Professores: Pery, Miguel, Moacir, Piacenti, Erneldo, Yonissa, Jefferson, Alfredo e Silvio, vocês foram muito importantes para mim.

Não poderia esquecer da Clarice que, em meio a tanta correria, sempre foi muito prestativa. Nem tão pouco esquecer dos colegas do curso que, através da ajuda mútua, foram se firmando laços de amizade.

A Capes, pela concessão da bolsa em grande parte do curso.

Ao meu orientador Jefferson que, mais do que orientar me ensinou a trilhar os caminhos da pesquisa. À professora Yonissa, na qualidade de co-orientadora, que também soube apontar minhas deficiências e limitações.

Ao professor Davi Schreiner, pelas sugestões feitas na banca de qualificação, que me permitiram ver além do fenômeno apresentado.

A todas as pessoas ligadas à Crabi que me ajudaram na realização desta pesquisa. Principalmente, os reassentados e reassentadas pela atenção e carinho com que fui recebida em suas casas.

A Roselei, que me acompanhou no labirinto chamado Reassentamento São Francisco de Assis.

Mas, nem só da e/ou na Universidade vive uma mestranda. Na maior parte do meu tempo, estiveram presentes meus amigos e minha família, compartilhando comigo minhas angústias e meus momentos felizes.

À Mia e ao Gilio que, mesmo sem eu precisar pedir estenderam-me a mão nos momentos que eu mais precisei. Vocês dois são a tradução da palavra amizade!

À Beth, por todo apoio e carinho, sempre me fazendo ver a beleza das coisas.

Ao Ricardo, pelo seu apoio desde os tempos da faculdade.

Emerson, Artur, Lebrão pelo apoio, principalmente no início do Mestrado, em que imperava uma condição financeira desfavorável.

A Neusa Lombardi, sempre presente nos momentos difíceis (e também felizes) e que retornou à vida e pode presenciar este momento.

À Viviane e Thaís, pela amizade e apoio nesses últimos momentos da pesquisa.

A toda minha família. Como disse Lilo, no filme Lilo e Stitch: “Família é estar sempre junto, é nunca se separar...”

Ao Fabiano, por entender a construção das relações sociais de gênero e contribuir para o meu aumento de peso ao ficar na cozinha, fazendo pratos deliciosos para que eu tivesse mais tempo para minha dissertação. Mas, principalmente por entender que o Mestrado teria uma data para acabar, e nosso casamento não.

Ao Guilherme primeiramente devo me desculpar pelos vários momentos em que fui ausente, mesmo estando presente. Agora meu amor, teremos mais tempo.

Cada um dos nossos pensamentos não é mais do que um instante de nossa vida. De que serviria a vida se não fosse para corrigir os erros, vencer nossos preconceitos e, a cada dia, alargar nosso coração e nossos pensamentos? Nós utilizamos cada dia para alcançar um pouco mais de verdade. Quando chegarmos ao fim, vocês dirão o que é que valeu nossa pena.

Romain Rolland – Jean Christophe

MAKOSKI-LOMBARDI, S. P. **Desenvolvimento rural e gênero: a participação das mulheres na organização de um movimento social – o caso da Crabi** – PR. 2006. 140 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível de Mestrado) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/*Campus* de Toledo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender em que medida a participação das mulheres na organização e direção de um movimento social – Crabi – contribui para a alteração das relações de gênero, tradicionalmente existentes no campo, bem como na divisão sexual do trabalho, na estrutura familiar e na definição das atividades principais de produção tidas como pluriativas. Neste sentido, o trabalho busca examinar o processo de construção do movimento social da Crabi, bem como do núcleo de mulheres que se constitui também num movimento social, uma vez que as mulheres buscam no núcleo um suporte para entenderem melhor sua posição tanto na família como também na sociedade. E, ao examinar tal processo, buscou-se também analisar a relevância do trabalho, sob a ótica de gênero, e entender como as relações são percebidas no movimento da Crabi. Para tanto, este trabalho parte do embasamento teórico acerca dos novos movimentos sociais, dentre eles o movimento feminista e a problematização sobre as relações de gênero, buscando inserir estas noções na noção de agricultura familiar e pluriatividade para poder entender os fatores que levam ao fenômeno do desenvolvimento. A partir deste estudo, os resultados da pesquisa apontaram que, a participação das mulheres no movimento social contribui positivamente na estrutura econômica e social das famílias analisadas.

Palavras-chave: relações de gênero, movimentos sociais, pluriatividade, desenvolvimento rural.

MAKOSKI-LOMBARDI, S. P. Rural development and modal to women participation in organizing a social movement - The Crabi case - Paraná - 2006. 140 f. Master's degree dissertation (Master's Degree Program on Regional Development and the Agribusiness) Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Toledo Campus.

ABSTRACT

This paper aims to understand contributing measurements of women participation in organizing and managing a social movement - Crabi - to alter gender relation, traditionally existed in the field as well as gender segregation at work, family structure, and in main production activity definition taken as plural activities. Thus, this paper exams Cabri's social movement construction process as well as "women's center" that also represents a social movement, since women reach for support in the center to better understand their position in society as well as in the family. Through the evaluation of such process, we attempted to analyze work relevance, on the eye of the gender, and understand how relations are perceived in the Crabi movement. Thus, this paper is based on new social movement theories, among them the feminist movement and gender relation problematic, inserting these notions into the notion of family agricultural production and plural activity to understand the factors that lead to the development of this phenomenon. From this study, research results show that women participation in the social movement contributes positively in the social and economical structure of the studied families.

Key-words: Gender Relation, Social Movements, Pluriactivity, Rural Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição da população na área diretamente afetada por município – julho de 1993	53
Quadro 2 – Percentual do número e da área dos estabelecimentos agropecuários até 50 ha e área média por município – área de influência – 1985	53
Quadro 3 – Relação dos Reassentados da Crabi	78
Quadro 4 – Grupos pertencentes às comunidades do reassentamento São Francisco de Assis ...	98
Quadro 5 – Total de entrevistados divididos por comunidade e sexo	99
Quadro 6 – Participação por comunidade das mulheres no núcleo de mulheres	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atividades exercidas por família e individual dividido por sexo.....	103
Tabela 2 - Salário ou renda proveniente da atividade principal – sexo feminino	103
Tabela 3 - Salário ou renda proveniente da atividade principal – sexo masculino	103
Tabela 4 - Salário ou renda proveniente da atividade secundária – sexo feminino.....	104
Tabela 5 - Salário ou renda proveniente da atividade secundária – sexo masculino.....	104
Tabela 6 - Acesso à saúde em relação ao período anterior ao reassentamento – por Comunidade.....	106
Tabela 7 - Acesso à educação em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade.....	106
Tabela 8 - Condições de alimentação em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade.....	106
Tabela 9 - Renda em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade	107
Tabela 10 - Habitação em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade...	107
Tabela 11 - Condições de trabalho em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade	107
Tabela 12 - Vida comunitária em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade.....	108
Tabela 13 - Condições de lazer em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade.....	108
Tabela 14 – Renda média das famílias pertencentes ao reassentamento São Francisco de Assis	116
Tabela 15 – Renda média dos indivíduos por sexo e atividade pertencentes ao reassentamento São Francisco de Assis	116

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 EMBASAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	17
2.1 Embasamento Teórico.....	18
2.1.1 Os novos movimentos sociais.....	18
2.1.2 Relações de gênero e movimento feminista	22
2.1.3 Desenvolvimento, agricultura familiar e gênero.....	30
2.1.4 Pluriatividade.....	35
2.2 Procedimentos Metodológicos	41
3 A CRABI	49
3.1 Construção e Reconstrução do Modo de Vida – O Processo de Ocupação da Área da Barragem de Salto Caxias.....	51
3.2 Lutar Ainda é Preciso – O Processo histórico de Formação da Crabi	66
3.3 Mulheres que Plantam, Mulheres que Colhem – O Núcleo de Mulheres da Crabi	85
4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS	126
ANEXOS	131

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno do desenvolvimento pode ser analisado sob os mais variados prismas. Neste sentido, Boisier (1999) afirma que, o desenvolvimento é um fenômeno de ordem qualitativa, mesmo tratando de alcançá-lo com ações do tipo quantitativo e, desta forma, é preciso distinguir crescimento econômico de desenvolvimento societário, a fim de que exista uma interação entre esses dois grandes atores, um de natureza política como o Estado, e outro de natureza social, resultando no bem estar território.

Partindo desta acepção de desenvolvimento, este estudo tem como objeto de pesquisa o reassentamento São Francisco de Assis, pertencente a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu – Crabi - PR, e em particular a atuação do núcleo de mulheres, sendo este um projeto pertencente à Crabi e desenvolvido em todos os seus reassentamentos, inclusive no reassentamento que se constitui no objeto de estudo desta pesquisa.

A Crabi se constitui num Movimento Social que surgiu como comissão em meio aos interesses divergentes dos atingidos para mediar as negociações com a Companhia de Energia Elétrica do Paraná – Copel, empresa estatal que tinha por objetivo a construção de uma usina hidrelétrica. A construção da barragem para formação do lago de Salto Caxias atingiu nove municípios das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Objetivo este alcançado, tanto que mobilizou as comunidades afetadas e resultou em várias reivindicações da Crabi para com a Copel.

Os problemas causados pela construção da Hidrelétrica Itaipu Binacional, nos anos 70 e 80, onde as famílias atingidas ficaram desassistidas, serviram de alerta para 2

mil famílias que nos anos 90 seriam igualmente atingidas com a construção da Usina de Salto Caxias.

A partir de então, desenvolveram-se várias lutas a fim de que as famílias tivessem assistência e àquelas que optassem pela continuidade dos trabalhos no campo, tivessem condições necessárias para o reinício das suas atividades agrárias. Até que, em 1993, foi feito o primeiro acordo, histórico para o movimento, que garantiu a todas as famílias atingidas indenização. Dessas, 583¹ optaram por reassentamentos nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, compreendendo um total de 18.887 ha divididos em 10 reassentamentos. O reassentamento de São Francisco de Assis possui 6.909 ha e está localizado em Cascavel, região Oeste do Paraná.

Aqui, torna-se importante salientar que a continuidade da Crabi, enquanto movimento social, se dá a partir daqueles que optaram pelos reassentamentos, uma vez que, as famílias que optaram pela indenização por meio de carta de crédito, ao terem seus objetivos atendidos, foram se desvinculando do movimento.²

Desta forma, para a Crabi, não bastava reassentar, era preciso dar condições para que essas famílias pudessem produzir e, conseqüentemente, terem qualidade de vida. Para tanto, a Crabi elaborou um plano de desenvolvimento que contou com a participação de uma equipe técnica de 11 profissionais, formados em diversas áreas, a fim de que as comunidades reassentadas se desenvolvessem partindo das necessidades e expectativas oriundas de cada grupo a ser trabalhado, pois era preciso garantir a permanência na terra das famílias reassentadas.

¹ Estes são os números apresentados nos Relatórios da Crabi, entretanto, segundo a secretária da Crabi, em entrevista realizada em 2005, o número de reassentados é de 612. Neste trabalho optou-se pelos números apresentados nos documentos.

² A opção pelo reassentamento foi somente daquelas famílias com lote igual ou inferior a cinco alqueires de terra. As famílias com mais de cinco alqueires de terra receberam carta de crédito. Entretanto, muitas foram as famílias que estavam em condições de serem reassentadas, mas optaram pela carta de crédito.

Esse projeto de desenvolvimento divide-se em dois programas principais: o agropecuário e o social, cada um desses subdivididos em áreas específicas e com projetos específicos para cada uma dessas áreas. Na subdivisão do Programa Social é que está inserido o núcleo de mulheres dentro do desenvolvimento comunitário.

Já o Programa Agropecuário está totalmente calcado na pluriatividade, que se constitui num fenômeno recente (ALENTEJANO, 2001), quando analisado sob a ótica de ser uma forma de resistência pela permanência na terra das pessoas que sobrevivem da agricultura familiar. Outrossim, encontra-se na atual literatura diversos estudos sobre a relevância da pluriatividade para a agricultura familiar, conforme será visto no decorrer deste trabalho.

Na produção familiar, bem como em outras atividades econômicas, são percebidas uma divisão social do trabalho, e no próprio interior da família, no qual as relações de gênero se tornam bastante visíveis. Mas, nas atividades pluriativas também se percebe um importante foco de análise das relações de gênero.

Assim, neste estudo será destacado o fenômeno do desenvolvimento sob a análise da ruralidade, sendo que, dentro do rural destaca-se o papel desempenhado por mulheres, que em vários estudos acerca do tema são passadas despercebidas e, no entanto, possuem um papel fundamental ao considerarmos que ela é parte da família, portanto, agente do trabalho na agricultura familiar.

Neste sentido, o objetivo central deste trabalho está em compreender em que medida a participação das mulheres na organização e direção de um movimento social – Crabi – contribui para a alteração das relações de gênero tradicionalmente existentes no campo, como na divisão sexual do trabalho, na estrutura familiar, na definição das atividades principais de produção como pluriativas.

Já os objetivos específicos visam:

- a) examinar o processo de construção do Movimento da Crabi e fundamentalmente do Núcleo de Mulheres;
- b) analisar a relevância do trabalho, sob a ótica de gênero, para a definição das atividades principais de produção como pluriativas e para a sustentabilidade das unidades de produção da Crabi;
- c) examinar como as relações de gênero são percebidas no movimento da Crabi;
- d) analisar como o processo de organização das mulheres no interior da Crabi altera a divisão sexual do trabalho e a estrutura familiar.

Diante destes objetivos, este trabalho parte da hipótese de que a atuação política das mulheres, obtida a partir da participação delas no núcleo de mulheres, influencia na divisão sexual do trabalho e na alteração nas relações de gênero.

Desta forma, este trabalho se justifica na medida em que se busca a compreensão da temática gênero que permitirá analisar qual a relevância do trabalho feminino em um cenário onde a mulher, a partir de um processo organizativo, tenha uma percepção da sua condição e da sua importância no meio onde vive, ampliada.

Também é relevante, para esta pesquisa, o fato desta temática ser pouco explorada nas pesquisas destinadas ao fenômeno da pluriatividade, bem como questões gênero/economia/desenvolvimento agrário e, em especial, envolvendo o núcleo de mulheres pertencente à Crabi.

Outrossim, é preciso salientar que este trabalho não foi realizado sob a análise da ótica feminista, também foi levado em consideração o envolvimento dos homens em todo o processo, para não ter os resultados limitados, como se verá no capítulo destinado à metodologia utilizada para realização desta pesquisa.

Deve-se destacar ainda que este trabalho não está restrito a uma pesquisa sobre as mulheres agricultoras pertencentes a um determinado grupo social, e sim qual é o lugar econômico ocupado por elas nos processos produtivo e reprodutivo, bem como ocorre este processo na Crabi, visto que, tanto a reprodução como a produção são formas de trabalho importantes para o desenvolvimento da sociedade. Assim, este trabalho está dividido em cinco capítulos, incluindo esta introdução. O capítulo seguinte refere-se ao embasamento teórico e metodológico, onde primeiramente serão discutidas e levantadas as noções e categorias fundamentais acerca dos movimentos sociais rurais, relações de gênero e movimento de mulheres; desenvolvimento, agricultura familiar e gênero e, a noção de pluriatividade enquanto estratégia de desenvolvimento regional e local. Também este capítulo é formado pelo referencial metodológico, no qual está exposta a metodologia utilizadas para a realização desta pesquisa.

O capítulo referente ao embasamento teórico tem como objetivo a análise do terceiro capítulo, destinado ao objeto de estudo: a Crabi, em que será reconstituído o processo histórico deste movimento social, partindo da origem da população, a constituição e o desenvolvimento da Crabi e do seu núcleo de mulheres. Serão destacados os aspectos históricos para melhor entender o modo de ser e de viver das pessoas envolvidas na pesquisa. Isto permite ampliar a dimensão da análise de como ocorrem as atividades pluriativas do reassentamento, recorrendo freqüentemente ao referencial teórico.

No quarto capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo, não só pelo viés quantitativo, mas também privilegiando os aspectos qualitativos dos resultados encontrados. As considerações finais encerram o trabalho, sumarizando o trabalho e apresentando algumas conclusões, norteadas pelo objetivo geral do trabalho.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Este capítulo tem como propósito fornecer subsídios para uma melhor compreensão do tema e do problema da pesquisa, bem como do seu objeto de estudo e, para tanto ele divide-se em quatro tópicos.

Num primeiro momento, será discutida a teoria acerca dos movimentos sociais e suas transformações, o que culminou na denominação de novos movimentos sociais. Este tópico é relevante na medida em que, a partir da dinâmica dos movimentos sociais se explica a estruturação da Crabi e do seu núcleo de mulheres e, em última análise, também se constitui num movimento social.

No tópico seguinte, serão discutidas as relações de gênero e a importância de tais relações para o fenômeno da divisão sexual do trabalho, em que mulheres e homens realizam tarefas distintas atribuídas socialmente. Tal discussão é relevante para a análise do problema proposto nesta pesquisa, pois permite a compreensão sobre a importância do surgimento do núcleo de mulheres pertencentes a Crabi.

O terceiro tópico versará sobre desenvolvimento, agricultura familiar e gênero, para explicar a hipótese deste trabalho, que se baseia na idéia de que, é a partir das mudanças nas relações de gênero, fortalecidas através da não discriminação, que são permitidas aprimorar e potencializar as estratégias de desenvolvimento na agricultura familiar.

O último tópico discute a noção de pluriatividade, enquanto estratégia de desenvolvimento, principalmente rural, para entender que, é dentro deste fenômeno que se dão as relações de trabalho entre mulheres e homens na agricultura familiar.

2.1 Embasamento Teórico

2.1.1 Os novos movimentos sociais

As transformações políticas ocorridas a partir de 1964 permitiram, segundo Sader (1988), alterações nas dinâmicas dos movimentos sociais. As experiências do autoritarismo e da auto-organização vivida neste período levaram a desconfiar em todas as institucionalizações e ao surgimento de uma maior valorização nos movimentos, o que gerou sua diversidade.

O repúdio à forma instituída da prática política foi, segundo Sader (1988), encarada como manipulação, para aquelas pessoas contrárias à atual situação, trouxeram a vontade delas se tornarem sujeitos da sua própria história e a tomar decisões que afetariam suas condições de existência e, a partir daí, ampliarem a própria noção de política, politizando diversas esferas do seu cotidiano.

A partir dos valores de justiça contra as desigualdades dominantes na sociedade, começaram a surgir laços de solidariedade em diversas categorias sociais, tais como: os dominados, trabalhadores, pobres, a fim de afirmar a identidade, a partir do seu reconhecimento e lutarem para a obtenção de objetivos concretos (SADER, 1988).

Desta forma, as análises realizadas por Sader (1988), dos grupos sociais que o autor estudou, permitiu-lhe a seguinte afirmação:

As identidades constituídas no clube de mães, nos grupos de fábrica, no “sindicalismo autêntico”, nas comissões de saúde, embora mutáveis e mutuamente influenciáveis, permaneceram diversas. Os acontecimentos cruciais, onde se encontraram e que constituíram momentos de fusão, produziram novas formas de identidade coletiva que criaram referências

comuns mais abrangentes e vínculos maiores. (..) Temos assim, nessa nova configuração das classes populares, formas diferenciadas de expressão, que se remetem a diferentes histórias e experiências (SADER, 1988, p. 312).

Ainda, segundo Sader (1988), as transformações ocorridas nos movimentos sociais aconteceram a partir da experiência das greves do final da década de 1970, que foram muito importantes na construção da história daqueles envolvidos no processo, atribuindo-lhes um sentido de transformação social e deixando a idéia de que, só com a luta é que estes personagens conquistariam seus direitos.

Já para Scherer-Warren (1996), os Movimentos Sociais passaram por transformações ao longo do tempo, especificamente a partir do processo de democratização da sociedade brasileira. Anterior a esse processo, predominava no Brasil o autoritarismo que influenciava no agir político de grupos organizados em movimentos sociais. Desta forma, a autora salienta que “(...) o autoritarismo na cultura política brasileira não é apenas o resultado do agir das elites políticas, mas tem também suas raízes nas formas como as classes dominadas se submetem e reproduzem em suas práticas cotidianas este autoritarismo” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 49).

Diante do processo de democratização, os Movimentos Sociais vão assumindo características múltiplas e, neste sentido, para Gohn (2002), não há uma única teoria, nem uma única concepção para o que seja um Movimento Social, como também não existe um só tipo de Movimento Social, tendo em vista que, essas transformações ocorridas nos Movimentos Sociais ao longo do tempo em que eles são estudados, sobretudo nos anos 90, não mudou somente o perfil do militante, como também as causas pertencentes aos Movimentos.

Na América Latina, em especial no Brasil, as mudanças advindas com a globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização levaram ao surgimento de um novo ciclo de

movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social (GOHN, 2002, p. 336).

Atualmente, as causas coletivas de manifestações e/ou reivindicações não são mais motivadas pelas ideologias que fundamentam essas causas e sim relacionadas com o mundo vivido pelas pessoas, “articulando-se a projetos coletivos apenas se estes se relacionarem com seus próprios projetos” (GOHN, 2002, p. 340).

Da mesma forma, Gohn (1998, p. 12) afirma que, “em algumas localidades os movimentos entraram em novo ciclo de ação coletiva, fundados não na simples contestação-pressão, como nos anos 70, ou na pseudonegociação como nos anos 80, mas em práticas que envolvem um agir coletivo”.

Para Paoli (s/d), os Movimentos Sociais nascem no campo da ação coletiva, com práticas e representações de atores constituídos por mobilizações definidas, em tempos e espaços específicos.

Gondin (1993) argumenta que a formação de uma organização é fundamental para o desenvolvimento de qualquer Movimento Social, permitindo a coordenação de recursos, tanto políticos quanto econômicos, inacessíveis às pessoas de forma isolada.

No entanto, os autores Machado e Ziccardi (1983, apud GONDIN, 1993, p. 68) ressaltam que “a mera existência formal de uma organização não garante a existência de um Movimento Social”, sendo que, para tornar-se um Movimento Social, uma organização necessita ter um compromisso com um projeto de mudança através de objetivos coletivos.

Todas as transformações que ocorreram nos Movimentos Sociais, de maneira geral, ocorreram também nos Movimentos Sociais no campo, inclusive no Brasil. Transformações estas que Scherer-Warren (1996) denomina de Novos Movimentos Sociais no Campo.

A partir da segunda metade da década de 70, começam a emergir as manifestações políticas, aliadas a novas formas de organizações. Dentre essas novas formas de organizações camponesas, Scherer-Warren (1996) destaca o Movimento das Barragens, com início a partir da segunda década de 70, com a resistência ao processo de desapropriação pela construção das Usinas de Sobradinho e Itaparica no Nordeste e com a Itaipu Binacional no Paraná; em seguida surge o Movimento dos Sem-Terra, predominando no sul e no sudeste do Brasil e o Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA, a partir de 1981, cujas lutas vieram a fortalecer os Movimentos dos Atingidos pelas Barragens – MAB e dos Sem-terra - MST.

Ainda para a autora, a diferença entre os velhos e os novos Movimentos Sociais está nas formas de organização e de encaminhamento de suas lutas. Enquanto as antigas formas de organização primavam por formas clientelísticas e paternalistas de fazer política, oriundas do autoritarismo, as novas formas valorizam a participação das bases.

A autora afirma que, para formação de um Movimento Social, é necessário, primeiramente o reconhecimento coletivo de um direito, que em última instância é o reconhecimento da dignidade humana para então “criar a consciência não apenas do direito a um direito, mas o direito e o dever de lutar por este direito e de participar em seu próprio destino” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 69), para então formar uma identidade social e política.

No sentido do reconhecimento coletivo de direitos, o Movimento das Mulheres Agricultoras – MMA - apresenta uma pluralidade de direitos, que vão desde a luta pela terra até a luta contra discriminação por sexo. Dentre as principais bandeiras de luta do Movimento das Mulheres Agricultoras estão: as transformações das relações de gênero através do princípio da igualdade de direitos e de oportunidades, o direito à sindicalização, o reconhecimento da profissão de agricultora o que culmina nos direitos previdenciários como

aposentadoria aos 55 anos, auxílio maternidade, auxílio doença, assistência médica; dentre os quais, vários direitos já foram conquistados.

Um dos principais avanços obtidos pelo MMA, segundo suas próprias lideranças, foi a conquista de maiores espaços para a mulher agricultora nos diversos níveis da vida social, desde a família, a comunidade, as organizações populares e até na representação político-institucional. Muitas são as mulheres que hoje participam como dirigentes em sindicatos de trabalhadores rurais, comunidades, movimentos e outras organizações. Mesmo no espaço da política institucional (legislativo) o movimento já conseguiu eleger representantes (POLLI, 1999, p. 142).

Estas transformações ocorridas nos Movimentos Sociais tornam-se importantes no momento em que são necessárias para o melhor desenvolvimento social, através da conquista de direitos. Mulheres e homens vêm conquistando direitos através das diversas lutas que travam, culminando numa melhor qualidade de vida.

2.1.2 Relações de gênero e movimento feminista

Entender como, a partir da contestação às relações de gênero historicamente constituídas, em que a mulher é subordinada ao homem, nascem as primeiras bandeiras de luta dos movimentos feministas, é o principal objetivo deste tópico, que permitirá uma melhor compreensão acerca das necessidades e da importância das mulheres da Crabi em se organizarem, dando origem ao núcleo de mulheres.

Para o INSTRAW/ONU (1995, p. 15), “gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são

determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico. O sexo biológico é dado pela natureza; o gênero é construído”.

Logo, gênero é um conceito que se refere às relações, estabelecidas pela sociedade e não pela natureza, entre mulheres e homens e não apenas um conceito que se refere apenas às mulheres. Ao longo da História, nas relações impostas pela sociedade, as mulheres foram sendo subjugadas aos homens e, por vários séculos, esta situação foi considerada como natural sendo que, a filosofia ocidental³ teve um importante papel para esta condição.

Nesse sentido, Alambert (1986) afirma que vários foram os filósofos que contribuíram na formação de idéias para o desenvolvimento do povo ocidental, dedicando parte de seus escritos para considerações acerca das mulheres, colocando-as na condição de inferiores. Platão, Aristóteles, Santo Tomás de Aquino, Rousseau, Kant, Schopenhauer e Nietzsche podem ser citados como exemplo.

Assim, foram sendo atribuídas à natureza, situações construídas socialmente. A partir da reprodução humana, em que mulheres e homens participam, entretanto, cabe à mulher, gerar, parir e amamentar; a ela foi dado o papel da reprodução e ao homem, estipulado o papel de produção.

Neste sentido, produção é o trabalho remunerado, principal responsável pela manutenção econômica da família; enquanto a reprodução é o trabalho não remunerado que visa atender as necessidades internas da família, como por exemplo: a educação dos filhos, a limpeza da casa, atividades estas que buscam a reprodução social da família.

As atividades ligadas à reprodução possuem um caráter de invisibilidade, sendo freqüentemente esses afazeres não considerados dentro da esfera capitalista, visto que o trabalho da mulher não possui valor econômico. Entretanto, para Saffioti et al (1985), tanto

³ Considerando a Filosofia como reflexão racional com a finalidade de buscar a fundamentação do pensar e do agir humano (CHAUÍ, 2005).

a produção como a reprodução fazem parte de um mesmo sistema produtivo, em que a produção está subordinada à reprodução, já que depende da reprodução social para desenvolver-se. O capitalismo, no entanto, inverteu esta posição, pois a reprodução ficou subordinada à produção, sugerindo assim a supremacia masculina e subjugando a reprodução à produção. Este fenômeno contribuiu para que as mulheres perdessem espaço de atuação, inclusive no campo sócio-político.

Não se pode separar as mulheres na esfera da reprodução, colocando os homens na esfera da produção, porquanto ambos são agentes sociais nos dois domínios, reproduzindo-se em ambas esferas a divisão sexual do trabalho, que subordina as mulheres aos homens (SAFFIOTI *et al.*, 1985, p. 259).

Segundo Iamamoto (2001, p. 41), “o trabalho concreto, formador de valores de uso, é a condição da vida humana, independente de todas as formas de sociedade. É a atividade livre e consciente”. Se o trabalho concreto forma valores de uso, uma análise abstrata do trabalho é impregnada de valores sociais, e o homem é percebido na sociedade conforme o trabalho que exerce. É a divisão social do trabalho descrita por Marx (1977). Logo, as mulheres ao trabalharem na reprodução, passaram a sofrer discriminações devido ao caráter invisível desta função.

A partir do desenvolvimento do Capitalismo, as mulheres vão assumindo também o papel da produção, sem que os homens assumam o papel da reprodução. Desta forma, a mulher acumula uma dupla jornada de trabalho mas, isto não significa a conquista da sua autonomia, mulheres permaneceram na condição de submissas e, em muitos casos, permanecem ainda hoje, apesar do espaço já conquistado.

A libertação da mulher começa a acontecer a partir da criação e disseminação de movimentos feministas. Sarti (2001) contextualiza o movimento feminino no Brasil, onde vários fatores levaram à eclosão do feminismo brasileiro na década de 1970,

dentre eles, o impacto do feminismo mundial aliado aos problemas políticos vigentes concernentes a ditadura, surgindo aí um feminismo militante e iniciando um processo de emancipação.

A partir do reconhecimento oficial feito pela ONU da questão da mulher enquanto problema social, instituindo em 1975, o dia Internacional da Mulher, favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social que ainda permanecia nos bastidores da clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente. Em São Paulo surgiram o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento feminino pela Anistia, por exemplo.

O feminismo brasileiro, que se chamava de “movimento de mulheres”, pela sua pluralidade, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento inter-classes (SARTI, 2001, p. 37).

Desta expansão, os movimentos feministas brasileiros foram se fortalecendo a partir de ações baseadas na reprodução, como por exemplo, nos trabalhos realizados nos bairros, partindo de reivindicações por creches e saneamento.

Saffioti (1985) compreende que uma análise dos movimentos eminentemente femininos, que ocorrem na esfera da reprodução deva rejeitar as hipóteses que tais lutas sejam necessariamente subordinadas e incapazes de conter um projeto político ou de que precisam do caráter contestatório necessário para a transformação do espaço da produção.

Ao afirmarem seu direito à alimentação, à água, à luz, ao esgoto, as mulheres reiteram seu direito à igualdade. Suas reivindicações “específicas” aparecem articuladas a outras: as mães têm direito a creches, assim como os índios e posseiros, à terra. Ao saírem às ruas munidas de uma arma tão frágil como uma lista de assinaturas, as mulheres provam

que a prática política não é uma atribuição masculina e conseguem pressionar o governo (SAFFIOTI, 1985, p. 270).

Os movimentos feministas têm, nos últimos anos, se dividido no que se refere à questão de luta pela igualdade. Segundo Deere e Leon (2002), para as feministas de “igualdade”, as diferenças de gênero têm sido usadas a fim de racionalizar a subordinação da mulher e, para as feministas de “diferença”, são as diferenças de gênero a base da identidade da mulher e o androcentrismo, o principal problema.

Contudo, para as últimas, a equidade de gêneros tinha que ser construída sobre o reconhecimento e a revalorização da feminilidade, enquanto para as primeiras isto envolvia minimizar as diferenças de gênero e estabelecer a participação e a distribuição igualitária de bens valorizados (DEERE; LEÓN, 2002, p. 46).

Para Pinto (1992), a existência de interferências nas relações de poder, partindo da constituição de movimentos sociais deve ser pensada a partir da dicotomia identidade/diferença, uma vez que existe a relação “nós” e “os outros” e, um movimento social, ao fazer suas reivindicações, clareia diferenças existentes entre grupos distintos.

Tal contestação da unicidade da ciência como portadora das diretrizes sociais ganha voz através de movimentos sociais denominados como de minorias (étnicas, raciais, sexuais, religiosas, etc.), que se afirmam com a pretensão de evidenciar as mazelas que subjazem sob a bandeira libertária da igualdade. Exigindo respeito a suas singularidades e identidades próprias, negros, mulheres, índios, homossexuais etc, conclamam o direito à diferença, face a um modo de vida e de pensamento ocidental que lhes negou voz e expressão (FIÚZA, 2001, p. 91).

Deve-se reconhecer que, as mulheres, ao entrarem no mundo masculino, inserindo-se no mercado de trabalho, por exemplo, entraram em um mercado construído nos moldes masculinos e, portanto, que não leva em consideração as condições próprias das

mulheres, o que pode acarretar inclusive num desequilíbrio familiar. Todavia, a luta por igualdades de direitos e condições no mercado de trabalho, confunde-se com luta por igualdade entre sexos, sendo que, não existe igualdade entre sexos e, esta diferença sim que é dada pela natureza e não construída socialmente.

O mercado de trabalho não leva em consideração as diferenças biológicas entre mulheres e homens. E, conforme Fiúza (2001, p. 90): “E é sob o manto dessa realidade coercitivamente desigual que as metanarrativas⁴ modernas, explicativas dos fenômenos humanos e naturais, vão conviver num universo plural e competitivo”.

Persiste, no entanto, o grande problema do tipo de status teórico que é dado ao conceito de diferença, que, se privilegiado demais, parece reduzir as mulheres ao espaço que a cultura patriarcal criou para elas, negligenciando entre outras coisas as formas como classe, raça e outras formas de marginalidade são igualmente constitutivas da subjetividade e do destino das mulheres (ADELMAN, 2000, p. 283).

Neste sentido, Adelman (2000) afirma ainda sobre a importância de reconhecer a discussão acerca das diferenças entre gêneros, mas sem que isso culmine em mais uma forma de discriminação das mulheres e, muito menos que tal discussão abra uma ruptura nos movimentos feministas.

É importante salientar que esta discussão também é encontrada nos movimentos sociais do campo. Paulilo (2004) pesquisou três tipos de movimentos de mulheres rurais, pertencentes aos três estados do Sul do Brasil: movimentos autônomos, movimento sindical e movimento de mulheres ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

⁴ Por metanarrativa entende-se, aqui, as “visões de mundo”, “ideologias”, “utopias”, que pensam o mundo de uma forma ampla, incluyente, totalizante, seja dentro de uma perspectiva política (comunismo), científica ou religiosa (ADELMANN, 2000).

Um dos objetivos da autora em sua pesquisa consistia em verificar como ocorre a hierarquização das questões de classe e gênero em diferentes movimentos no campo, buscando perceber quais as representações que legitimam a postura adotada.

No Movimento Autônomo de Mulheres – MAM – Paulilo (2004) percebeu que as mulheres dedicam-se mais às questões de gênero, no sentido de dar prioridade ao que mais causa preocupação nas mulheres do seu cotidiano, como por exemplo acesso a saúde e educação. Assim, os MAM são vistos pelas sindicalistas como uma etapa para que as mulheres se preparem para uma militância nos espaços públicos já existentes.

Paulilo (2004) observou ainda que, os encontros realizados pelos MAM contam com uma participação masculina insignificante, pois elas consideram a presença masculina inibidora e nas reuniões mistas quando podem falar, nem sempre são ouvidas e ainda sofrem um certo constrangimento através de ironias.

Já no Movimento Sindical e no MST, Paulilo (2004) observou que estes enfatizam as questões de classe com o modelo de participação política machista, a partir de um discurso de igualdade de gênero consensual, mas, sem discutir o quão desigual seria esta igualdade uma vez que, é cobrado das mulheres, um comportamento masculino e, esta ação acaba sendo incorporada por elas, fazendo-as sentirem-se culpadas quando não conseguem segui-lo a risca.

O Movimento Sindical e o MST possuem uma tendência a criticar os MAM, considerando-as radicais e separatistas (PAULILO, 2004), entretanto, os três movimentos têm um ponto em comum, pois, eles discutem questões ligadas à visibilidade da mulher e à necessidade de se imporem como produtoras rurais, isto é, deixa de ser atribuída a elas a profissão “do lar” e passa a ser utilizada a expressão “produtora rural”, mesmo considerando que tal expressão seja atribuída com maior naturalidade às mulheres casadas ou viúvas.

O outro objetivo de Paulilo, (2004), não menos importante do que o já citado, era de identificar os pontos mais fortes de consenso e os de ruptura entre esses movimentos. A autora entrevistou uma líder nacional do MST, que caracterizou os movimentos de mulheres segundo suas metas principais, quais sejam: mulheres do MST: reforma agrária; mulheres dos sindicatos: agricultura familiar e; mulheres dos MAM: saúde.

Uma diferença importante, considerada por Paulilo (2004), entre os movimentos é a forma de organização. Nos sindicatos as mulheres se encontram dentro de uma estrutura formalizada em nível nacional e possuem espaço garantido através de cotas e verbas próprias.

No MST a estrutura é bastante centralizada, procurando promover a igualdade entre mulheres e homens o que faz com que as mulheres estejam presentes em todos os tipos de instâncias e comissões.

No MAM, a organização é mais fluída e menos hierárquica. Existe uma maior preocupação com as especificidades locais. O MAM é o movimento, segundo Paulilo (2004), mais propenso a problematizar as desigualdades domésticas.

Com este estudo de Paulilo (2004), percebe-se que, apesar da importância da pluralidade de objetivos que possuem os movimentos de mulheres rurais, eles também possuem atritos entre si, mas, esses atritos também contribuem para ampliação das discussões que envolvem os problemas das mulheres.

2.1.3 Desenvolvimento, agricultura familiar e gênero

Este tópico está estruturado considerando as relações entre desenvolvimento, agricultura familiar e gênero, e tem como finalidade demonstrar que, nas várias faces que possui o fenômeno do desenvolvimento regional, no caso deste estudo, o desenvolvimento rural, o fator humano está presente e nele, as relações de gênero.

Neste sentido, a relevância deste tópico está em demonstrar como as relações de gênero na agricultura familiar interferem no desenvolvimento.

Para Souza (2003), o fenômeno do desenvolvimento, analisado somente sob o aspecto econômico torna-se insuficiente, considerando que, o principal interessado do desenvolvimento é o indivíduo comum e, para este, o principal desenvolvimento é o social, entendendo desenvolvimento social em suas várias dimensões: econômica, política (no sentido amplo das relações de poder) e cultural.

Entretanto, para Souza (2003), ao se falar em desenvolvimento é necessário ter a noção da dimensão espacial da sociedade. O espaço social é um produto das relações sociais que condiciona as mesmas. Desta forma, é a organização espacial e as formas espaciais que refletem o tipo de sociedade que as produziu. Entretanto, o espaço não pode ser considerado apenas na sua dimensão material enquanto condicionante das relações sociais, existem também as relações de poder projetadas no espaço⁵, bem como seus valores e símbolos culturais inscritos neste espaço.

Para Boisier (1999), o desenvolvimento é um fenômeno de ordem qualitativa, apesar de poder ser analisado também por uma ordem quantitativa. Por este motivo, o autor alerta para a necessidade de distinguir com clareza o crescimento

⁵ O autor entende espaço enquanto território.

(econômico) do desenvolvimento (societário), a fim de que exista uma interação entre dois grandes atores, um de natureza política como o Estado e outro de natureza social como (deve ser) a região, resultando na chave da promoção do bem estar do território⁶.

Assim, Boisier (1999) enfoca as diversas formas de capital que é possível encontrar em um território (organizado) que, adequadamente articuladas entre si, deveriam quase inexoravelmente produzir desenvolvimento. O autor destaca a forma mais importante de capital que se encontra no centro de toda a comunidade: o capital sinérgico.

Capital sinérgico é a capacidade social, ou a capacidade societária (como expressão mais totalizante) de promover ações em conjunto, dirigidas com fins coletivos e democraticamente aceitos, com o conhecido resultado de obter assim um produto final que é maior que a soma dos componentes.

Boiser (1999) indica então, as dez peças do jogo do desenvolvimento: o capital sinérgico, como elemento catalítico, e as nove formas coletivas adicionais de capital que devem avançar para gerar um “caminho de desenvolvimento”, que são: capital econômico, cognitivo, simbólico, cultural, social, psicossocial, institucional, cívico e humano.

Boisier (1999) afirma ainda que o processo necessita passar por duas fases distintas, sendo que, primeiramente deve-se elevar empiricamente a existência e o estoque disponível de cada forma de capital e, posteriormente, articular e incluir cada forma de capital mediante a preparação de um projeto político de desenvolvimento.

O projeto político - que por definição é um projeto coletivo, concentrado e consensuado (dentro dos limites da realidade possível) cumpre com seus requisitos básicos, de uma proposta de desenvolvimento. Por um lado, o projeto político desloca a questão do desenvolvimento de um território próprio do campo do azar para colocá-lo em um campo

⁶ Território aqui é utilizado no sentido colocado por Dalabrida (2000) cujo significado etimológico da palavra é terra que pertence a alguém, não se restringindo apenas ao sentido de propriedade, mas também de apropriação. Desta forma, território é o espaço territorializado em que se dão as relações entre a sociedade e a natureza, bem como as dos homens entre si e, em função disso torna-se espaço de ação e de poder. Poder este que visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas.

probabilístico (ou seja, coloca o desenvolvimento nas mãos da sociedade) e, por outro lado, o projeto político transforma um conjunto maciço e desordenado, entrópico, de decisões individuais, em uma matriz coerente com a própria visão do desenvolvimento (BOISIER, 1999).

Utilizando-se então da teoria de desenvolvimento elaborada por Boisier, pode-se verificar que esta se constitui como referência para investigar o problema proposto. Analisando os documentos elaborados pela Crabi, observou-se que este movimento catalisou, através do capital sinérgico, as outras nove formas de capital que iam dispondo, na medida em que se concretizavam suas lutas, tendo em vista que:

A metodologia participativa vem de encontro com a proposta de desenvolvimento da Crabi, a qual tem por finalidade contribuir na capacitação das pessoas num trabalho comunitário, dentro de um processo de apreensão e construção do saber numa constante releitura da realidade, no enfrentamento com o poder político-ideológico, tornando-se agentes de transformação, isto é, protagonistas de sua própria história. Nesta perspectiva, o grupo apresenta propostas de saída frente suas necessidades e aspirações para a permanência na terra, garantindo assim, a sustentabilidade econômica na sua propriedade (PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA CRABI, 2000, p. 9).

Essa proposta elaborada pela Crabi, que será mais explorada no próximo capítulo, prevê que o desenvolvimento social e econômico dar-se-ia mediante a conscientização da sua população, quanto à sua atuação social.

Considerando que os reassentamentos da Crabi estão baseados na agricultura familiar e,

Ao se falar em agricultura familiar está se colocando, mesmo que implicitamente, a temática gênero, na medida em que esta forma específica de organização social possui como uma de suas características fundamentais um tipo de organização do trabalho familiar, onde se considera a existência de uma divisão de responsabilidades por sexo e por idade no interior da unidade de produção e de consumo o trabalho de

mulheres e homens, situados em diferentes faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos) (CTMR-DESER, 2000, p. 14).

Percebe-se a relação entre desenvolvimento, agricultura familiar e gênero, uma vez que, como já foi discutido no item anterior, tanto a reprodução como a produção são formas de trabalho importantes para o desenvolvimento da sociedade. Segundo Folbre (2001, apud PAULILO, 2004, p. 244) “(...) filhos bem criados, com saúde e educação adequada, são um bem para toda a sociedade, mas uma responsabilidade quase exclusiva das mães”.

Entretanto, esta responsabilidade reduz a possibilidade das mulheres obterem renda e, quando conseguem, geralmente acontece em condições precárias, com renda inferior à dos homens e com dupla jornada de trabalho. Quando as mulheres assumem a produção, raramente os homens assumem, ou pelo menos dividem a reprodução.

De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação nas Nações Unidas para a Promoção da Mulher – INSTRAW/ONU (1995, p. 11):

A crença na possibilidade de uma mudança para melhor é a essência dos trabalhos de desenvolvimento. Mesmo assim, um dos elementos mais resistentes às mudanças tem sido a dificuldade dos planejadores do desenvolvimento e dos formuladores de políticas públicas em reconhecer o papel que a questão de gênero tem nos resultados das iniciativas e intervenções.

Dados oficiais, apresentados na Segunda Conferência da ONU sobre a Mulher em 1980, mostram as mulheres como cerca da metade da população mundial, um terço da força de trabalho oficial e responsáveis por dois terços do trabalho realizado, mas sendo beneficiárias de apenas um décimo da renda produtiva e de 1% da propriedade mundial.

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Economia do Rio de Janeiro, no ano de 2000, do total de pessoas sem acesso à renda monetária, 80% eram mulheres trabalhadoras rurais. (PAULILO, 2004, p. 244).

Para Agarwal (1994, *apud* DEERE; LEON, 2002), a igualdade na distribuição de benefícios dentro da família levaria ao seu bem-estar social, já que existem diferenças entre o modo como mulheres e homens gastam sua renda, sendo que as mulheres, preferencialmente direcionam sua renda para nutrição das crianças. Neste sentido, “o risco de pobreza e o bem-estar físico da mulher e de seus filhos podem depender significativamente do fato de ela ter ou não acesso direto à renda e a bens produtivos como terra, e não apenas acesso mediado através do marido ou de outros membros homens da família” (AGARWAL, 1994, *apud* DEERE; LEON, 2002, p. 39).

Para Paulilo (2004, p. 236) “é difícil falar em reconhecimento sem estabelecer uma ligação com qualquer forma de suporte financeiro”. Deere e Leon (2002) afirmam que, quando a mulher tem posse de bens, o leque de atividades geradoras de renda se expande, possibilitando sua maior autonomia. Apesar disso, as reivindicações dos movimentos de mulheres na América Latina estão mais centradas na luta pelo reconhecimento dos direitos reprodutivos ou o fim da violência contra a mulher do que à defesa dos direitos de propriedade.

O trabalho de Deere e Leon também é comentado na literatura internacional, sendo analisado por Benería (2003) que afirma que as autoras apontam para uma energia teórica das feministas na América latina, bem como a internacionalização, centradas mais nos assuntos de reconhecimento do direito à terra do que de redistribuição.

Desta forma, Benería (2003) afirma que, para Deere e Leon as relações entre fatores fundamentais que afetam a vida das mulheres tais como gênero e propriedade não tem sido suficientemente explorado e que a atenção para os assuntos da redistribuição,

particularmente da propriedade, é fundamental nas transformações das relações de gênero e na finalização da subordinação da mulher.

Ainda, nas questões relacionadas ao direito de propriedade da terra, Momsem (2004) afirma que as mulheres têm sido excluídas da reforma agrária e dos programas de treinamento em novos métodos agrícolas porque, no Ocidente, estudiosos assumem a existência de um modelo de responsabilidade para a agricultura similar as suas próprias sociedades, em que os homens são os principais participantes do processo decisório das questões ligadas à agricultura.

Ainda para a autora, mesmo quando inclusas no desenvolvimento de projetos, as mulheres podem ser incapazes de obter benefícios tecnológicos devido as políticas públicas que as fazem menos acreditadas que os homens (MOMSEN, 2004).

2.1.4 Pluriatividade

O fenômeno da pluriatividade vem sendo apresentado nas mais variadas formas, conforme a região em que é estudado. Nestes estudos, vários autores colocam a pluriatividade, como uma estratégia de desenvolvimento. Portanto, estudar o fenômeno da pluriatividade se torna relevante, uma vez que, é a partir desta forma de produção que são visíveis as relações de trabalho entre mulheres e homens, na comunidade a ser estudada.

A partir de 1980, os fenômenos da pluriatividade e *part-time farming* começam a ser explorados e estudados de forma incisiva no Brasil, embora nos países desenvolvidos, especialmente na Europa, estes temas são estudados desde a década de 30. Primeiramente com a denominação de *part-time farming*, que pode ser traduzido por

agricultor em tempo parcial, utilizado pelos *Land-grant-colleges*, estes formavam uma sistema de extensão rural estatal, que tinha por objetivo desenvolver pesquisas agropecuárias, formatos tecnológicos e treinamento de recursos humanos (SCHNEIDER, 2004, p. 179).

Já na década de 60, começa a ser difundido pelos franceses a *pluriactivité*, ou seja, a pluriatividade, um termo importado utilizado para caracterizar as propriedades que desempenhavam múltiplas atividades produtivas. Para Schneider (2004), não existe uma diferença substancial quanto à natureza de tais termos, pois, ambos caracterizam a prática de combinar atividades extra-agrícolas com atividades agrícolas.

Para Grazziano da Silva (1999), tanto agricultura em tempo parcial como a pluriatividade possuem o mesmo sentido, tendo em vista que, o agricultor ou pecuarista combina atividades agropecuárias com atividades não-agrícolas em diversos ramos, tanto dentro como fora de seu estabelecimento, tais como nos ramos urbano-industriais, como também no próprio meio rural, como lazer, turismo, prestação de serviços pessoais, criação de animais exóticos, etc.

Em resumo, o part-time não é mais o fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas (GRAZZIANO DA SILVA, 1999, p. 5).

Já para Alentejano (2001), embora tais termos sejam tratados como sinônimos, possuem importantes diferenças entre si. Por se tratarem de termos importados e serem primeiramente difundidos em países desenvolvidos, retratam realidades diferentes àquelas acontecidas no Brasil, embora, em última instância, prevaleça a idéia da pluriatividade enquanto forma de resistência pela permanência na terra.

Geralmente, as análises européias associam a pluriatividade às transformações nos processo de industrialização e urbanização, o que reforça a idéia de que

tais fenômenos significam a acentuação da exploração capitalista na qual se dá a flexibilização e precarização do trabalho, ampliando a margem de lucro dos capitalistas.

Neste sentido, no Brasil está acontecendo um processo de desconcentração espacial da indústria e da urbanização, até mesmo em regiões onde a estrutura agrária é altamente concentrada, o que pode contribuir para o desenvolvimento do trabalho pluriativo. E, mesmo que se associasse a pluriatividade apenas à urbanização e industrialização, essa associação seria inválida, uma vez que é crescente a pluriatividade associada ao turismo e ao lazer (ALENTEJANO, 2001).

É neste sentido que o autor utiliza-se do termo pluriatividade considerando-o como o mais adequado para a análise da nossa dinâmica agrícola, tendo em vista que, as características do trabalho agrícola são marcadas pela descontinuidade temporal e não pela correspondência entre tempo de trabalho e tempo de produção, pois, por depender da natureza, permite a dedicação a outras atividades que não somente a agricultura, a fim de aproveitar melhor o tempo e capacidade de trabalho disponíveis na unidade de produção.

Além disso, o termo pluriatividade também abarca melhor a noção de unidade de produção familiar, ou agricultura familiar, tendo em vista que, nesse tipo de unidade de produção, prevalece o trabalho dos membros da família, pois enquanto uns dedicam tempo integral para agricultura, outros se dedicam em outras atividades.

(...) a noção de pluriatividade permite dar conta melhor do caráter familiar da unidade agrícola, pois parte dos membros pode dedicar-se até integralmente ao trabalho agrícola, enquanto outros trabalham em outras atividades, o que não caracterizaria agricultura em tempo parcial – referida normalmente apenas ao chefe da exploração –, porém enquadra-se na noção de pluriatividade, se falarmos não apenas de indivíduos pluriativos, mas, fundamentalmente, de unidades familiares calcadas no trabalho pluriativo. Portanto, a noção de pluriatividade é mais adequada para dar conta do fenômeno referido, e é por isso que preferimos sua utilização e não a de agricultura de tempo parcial (ALENTEJANO, 2001, p. 157).

Sacco dos Anjos (2001), também faz distinção entre os dois termos. Para o autor, agricultura a tempo parcial foi um fenômeno de transição⁷, anunciando a crise da agricultura familiar pouco modernizada, desestimulando o desenvolvimento capitalista na agricultura, sendo utilizada como estratégia de sobrevivência e apenas retardando o processo de êxodo rural.

Já a pluriatividade é considerada como a evolução do termo “agricultura a tempo parcial” pois é tida “como fator positivo para o desenvolvimento das zonas rurais” (SACCO DOS ANJOS, 2001, p. 59), combinando atividades agrícolas e não-agrícolas. Entretanto ela não deve ser generalizada a toda forma de agricultura nem em todas as regiões, nem tampouco deve ser encarada como decadência da agricultura familiar.

Ao generalizarmos o termo pluriatividade, poderíamos dizer que não se trata de um fenômeno novo no Brasil, pois analisando o histórico da agricultura familiar, pode-se afirmar que esta sempre foi pluriativa, tendo em vista que, após a abolição da escravatura, para a contratação das unidades familiares de agricultores, os fazendeiros exigiam que, no mínimo um dos membros da família fosse do sexo masculino e a prioridade era por famílias que contassem com o maior número de pessoas aptas para o trabalho. Assim, as distribuições de terra eram feitas proporcionalmente ao número de braços aptos para o trabalho (SILVA, 1997).

Essas famílias prestavam serviços aos fazendeiros e, em contrapartida, recebiam terras e moradia gratuita. Essas terras eram utilizadas para agricultura de subsistência e, como as terras eram férteis, surgia o excedente que era comercializado pelos colonos, possibilitando a compra dos produtos que não eram produzidos na unidade familiar (SZMRECSÁNYI, 1990).

⁷ Mesmo admitindo inúmeras controvérsias acerca da definição do conceito de “agricultura a tempo parcial” o autor utiliza-se da definição usada na maioria dos estudos feitos entre as décadas de 70 e 80.

Dentro deste contexto, o trabalho doméstico era relevante. As mulheres, contando com a participação das crianças, preparavam carnes, doces, conservas, farinha de mandioca, sabão, queijos e inúmeros outros produtos que eram armazenados e consumidos pelas famílias, o excedente era comercializado (SILVA, 1997).

Percebe-se, a partir daí, que a pluriatividade não é um fenômeno recente se a generalizarmos. Entretanto, a pluriatividade exercida hoje, emerge do capitalismo que transformou a terra em bem e que, para subsistir, a agricultura familiar encontrou neste fenômeno a saída para permanecer no campo, melhorando a qualidade de vida.

A pluriatividade também não pode ser estendida à toda forma de agricultura pois, a agricultura patronal, muitas vezes combina atividades agrícolas e não agrícolas, entretanto, nestes casos Sacco dos Anjos (2001 p. 62) afirma que:

Estamos falando de multiocupação e não de pluriatividade. Se examinarmos alguns dos recentes estudos que focalizam o fenômeno no país, vemos que até mesmo agricultores patronais vêm sendo considerados “pluriativos” por dividirem seu tempo de trabalho entre atividades agrícolas e não agrícolas, por terem chácaras de fim de semana no espaço rural ou mesmo por auferirem rendas provenientes de agropecuária e de outros tipos de atividades. A pluriatividade é vista assim como sintoma de “desdiferenciação” reinante na sociedade contemporânea tanto do ponto de vista da residência quanto das rendas e do trabalho. Decididamente não estamos de acordo com este tipo de generalização.

Sacco dos Anjos (2001) ainda ressalta que, além do Brasil estar em processo de desconcentração espacial das atividades econômicas e industriais, isso não significa uma consolidação do fenômeno da pluriatividade. Dadas as diferenças encontradas nas regiões do país, mesmo aquelas que não são industriais, os agricultores familiares partem para a pluriatividade como fonte alternativa de renda.

A pluriatividade, portanto, deve ser entendida como fenômeno que ultrapassa a versão estrita que unicamente lhe associa com a industrialização regional, reconhecendo o status destas distintas formas

associação ao turismo, a indústria doméstica rural, ou mesmo à prestação de serviços, sempre e quando o foco de análise esteja dirigido à forma familiar de produção e às estratégias que os grupos domésticos adotam para garantir a reprodução material de seus membros (SACCO DOS ANJOS, 2001 p. 65).

Desta forma, percebe-se que os estudos acerca do fenômeno da pluriatividade estão convergindo no sentido de considerá-lo enquanto um fenômeno pertencente à agricultura familiar, como uma forma de resistência pela permanência das famílias no campo. Percebe-se também, que tal fenômeno se apresenta de formas variadas, conforme as condições encontradas para que ele se desenvolva, como por exemplo, no estudo de Schneider (2004) em que ele revela que:

A partir do momento em as atividades não-agrícolas se tornam a principal fonte de renda permanente da família, além de se alterar a divisão do trabalho, redefinem-se, também, uma série de relações intrafamiliares como o poder patriarcal, a divisão sexual do trabalho e a própria sistemática de reprodução do grupo familiar (SCHNEIDER, 2004, p. 154).

Geralmente os homens permanecem trabalhando na propriedade para garantir alimentos à família e, essa situação leva ao esvaecimento patriarcal, já que a tradicional capacidade do patriarca em manter a família economicamente começa a ser dividida com outros membros da família, culminando numa transformação nas relações de poder e gênero, chegando a gerar conflitos familiares em alguns casos. “O poder paterno é neutralizado na hierarquia familiar pela falta de legitimidade, que advém da baixa remuneração e do pouco prestígio que ostenta o trabalho na agricultura” (SCHNEIDER, 2004, p. 154).

No caso do objeto de estudo deste trabalho, a Crabi propõe, em seu Plano de Desenvolvimento, alternativas de combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas dentro do estabelecimento rural, tornando-se imprescindível o trabalho das mulheres. Mesmo assim,

vários são os casos em que se encontra a combinação de tais atividades fora do estabelecimento.

A propriedade familiar possui fronteiras físicas limitadas, bem como a possibilidade de gerar renda, sendo que este limite pode ser estendido por meio da criação de novas atividades dentro ou fora do ramo agrícola, as chamadas atividades não-agrícolas. A pluriatividade, considerando as atividades dentro da propriedade, abre novas possibilidades de trabalho (ocupação) e de reprodução, podendo inclusive, alterar as relações de gênero.

Neste sentido, o estudo realizado por Osakabe (2005), demonstra que na década de 90 se fortaleceu a combinação de trabalho agrícola e não-agrícola no campo e, nesse cenário, o papel da mulher foi muito importante, pois as mulheres, ao terem renda própria começaram a entender que o trabalho remunerado traz a elas não somente a oportunidade de contribuir para o orçamento familiar, bem como ter independência financeira e emocional que podem garantir um futuro melhor.

Entretanto, o estudo realizado por Lopes e Uhren (2005) constatou que, entre 1997 à 2003 houve queda da participação da renda da mulher na renda familiar do setor agrícola. Um dos motivos para esta queda, apontado pelas autoras, está no êxodo rural. De qualquer forma, este é um dado importante para a análise da importância da renda da mulher no setor agrícola e, principalmente nas atividades pluriativas.

2.2 Procedimentos Metodológicos

No que se refere à metodologia utilizada, primeiramente foi realizada uma pesquisa quantitativa a partir dos relatórios produzidos pela própria Crabi, documentos

elaborados pela Copel e, posteriormente complementado com a aplicação de questionário contendo perguntas estruturadas e semi-estruturadas, para poder mapear a realidade das famílias do reassentamento a partir da divisão sexual do trabalho tendo como base as atividades pluriativas.

O levantamento de dados foi feito por amostragem, devido ao grande número⁸ de famílias do Reassentamento São Francisco de Assis. Assim sendo, optou-se pela amostragem simples aleatória, uma vez que a população é homogênea⁹. Logo, nesse processo de seleção, todos os elementos da população têm igual probabilidade de serem escolhidos.

Quanto ao tamanho da amostra, para que esta fosse significativa, optou-se, inicialmente a um coeficiente de erro de 5% e um nível de confiança de 95%. Assim, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$n' = (Z / E)^2 \cdot P (1-P)$$

onde:

E = erro pré-fixado

P = é a proporção a priori a favor de uma determinada característica

Z = um valor associado ao nível de confiança Normal Padrão

n' = cálculo prévio para se obter o tamanho da amostra

Tem-se:

$$n' = (1,96 \times 0,05)^2 \cdot (0,01) \cdot (0,99) = 15,25$$

A partir da obtenção de n' e, conhecendo o tamanho da população, foi possível calcular o tamanho da amostra a partir da fórmula de Corchan:

$$n = \frac{N * n'}{N + n' - 1}$$

onde:

⁸ Cerca de 300 famílias.

⁹ A população foi considerada homogênea no sentido da pluriatividade, pois, segundo informações iniciais da Crabi, mais de 90% das famílias são pluriativas e, o objetivo desta pesquisa foi estudar a divisão sexual do trabalho a partir de tarefas tidas como pluriativas.

N = tamanho da população

n = tamanho da amostra

$n' = 15,25$

Assim tem-se:

$$N = \frac{300 * 15,25}{300 + 14,25} = 15$$

Desta forma, o número de famílias a serem entrevistadas seria 15, entretanto, no decorrer da aplicação dos questionários, foi sendo percebido um número inferior de famílias pluriativas em relação ao número informado pela Crabi, em que mais de 90% das famílias seriam pluriativas. Foram aplicados então um total de 37 questionários e, constatou-se um percentual de quase 80% de famílias pluriativas.

Nas questões relacionadas à renda das famílias em que foram aplicados os questionários, tomou-se como base o mês de setembro de 2005.

Além da pesquisa quantitativa, também foi realizada uma abordagem qualitativa, focando a historicidade das transformações ocorridas nos Movimentos Sociais, especificamente na Crabi e em seu núcleo de mulheres, utilizando para tal, fontes documentais primárias pertencentes à Crabi e à Copel como também uma pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto.

Para Gil (2000), a pesquisa descritiva permite a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Cervo e Bervain (1983) ressaltam ainda que, através deste método de pesquisa pode-se observar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

Já Oliveira (1997), considera a abordagem qualitativa um bom instrumento de trabalho, pois tem a finalidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese ou problema e, ao analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar

processos dinâmicos, experimentados por grupos sociais e, desta forma, apresentar contribuições no processo de mudança.

No que se refere ao resgate do processo histórico da Crabi e do núcleo de mulheres, também foi utilizado o recurso da História Oral, a fim de reconstruir a vivência a partir de lembranças, expectativas e saberes dos entrevistados.

Segundo Thompson (1992, p. 25):

A história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto conteúdo, como finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; (...) pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

Ainda, no que se refere ao recurso da História Oral, segundo Alberti (1989), este recurso pode se constituir em método de investigação científica, fonte de pesquisa ou ainda técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. Embora muitos pesquisados que se utilizam de tal método enfrentem dificuldades em defini-la, isso não impede o seu emprego como método de pesquisa, ou que seja utilizada como fonte de consulta ou ainda, utilizada em reflexões epistemológicas.

Mesmo considerando a dificuldade de uma definição, a autora tenta fazê-la:

(...) diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (ALBERTI, 1989, p. 2).

Alberti (1989) afirma ainda que, a entrevista que a História Oral documenta é apenas uma versão do passado, levando à comparação de diferentes versões que se tornam relevantes para estudos na área das Ciências Humanas, ampliando, dessa forma, o

conhecimento sobre acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo de experiências e versões particulares, procurando estabelecer relações entre o geral e o particular, possibilitando a compreensão da sociedade através do indivíduo que nela viveu.

Além disso, a opção pelo recurso da História Oral era, inicialmente, buscar nas falas, dados que o questionário quantitativo não revelaria.

A escolha dos entrevistados se pautou a partir da posição deles diante da Crabi e do núcleo de mulheres. Isto é, uma vez que este estudo se apoiou nas relações de gênero, não foram entrevistadas somente as mulheres, e sim mulheres e homens, tendo em vista que, como já foi explicitado anteriormente, relações de gênero são relações entre mulheres e homens. A escolha somente de mulheres suprimiria a análise do ponto de vista masculino acerca das relações de gênero.

Outro critério de escolha foi o nível de envolvimento feminino junto ao núcleo de mulheres. Neste sentido, foram entrevistadas tanto as mulheres que mais participam do núcleo, como também aquelas que pouco ou até mesmo que nunca participaram. Desta forma, pode-se verificar melhor a influência do núcleo de mulheres nas transformações das relações de gênero.

É importante salientar que os critérios utilizados para a realização da pesquisa, foram influenciados por Martins (1997). O Autor defende a idéia de que, ao radicalizar os limites das pesquisas em ciências sociais, os pesquisadores têm hierarquizado as formas de pesquisa e, no que se refere a história oral a relação entre entrevistado e entrevistador é um jogo, sendo comum que o entrevistador considere o que não foi dito pelo entrevistado como mais relevante do que o que foi dito. O entrevistador pressupõe que o mais importante é o que foi oculto, em que o entrevistado quer mostrar aos outros aquilo que não é. Por outro lado, o entrevistador quer preparar uma armadilha para apanhar o entrevistado.

As ciências sociais têm cultivado uma concepção de homem que é objeto de seu interesse e de suas indagações como alguém que mente e finge sempre, (...) a vida social estaria sendo concebida, basicamente, como uma fraude (MARTINS, 1997, p. 116).

Nesse sentido, o melhor informante também é o pior informante, o que mais informações tem a esconder. Da mesma forma que o depoimento do chefe de família é mais relevante que o da empregada, e que o depoimento do adulto é mais relevante que o da criança, descartando assim, do universo pesquisado, uma parcela que silencia, entre as mulheres, crianças, dependentes, “os mudos da História, os que não deixam textos escritos, documentos” (MARTINS, 1997, p. 118).

O indivíduo então, é o sujeito que fala e não o que cala. A fala do operário é a fala da classe, quando a mulher fala é a fala de gênero. Existe aí, uma generalidade falsa nas técnicas de investigação, pois nem sempre o cientista pode compreender, na totalidade, a fala do outro, o universo do outro.

Há ainda que se ressaltar a importância da epistemologia na construção, desconstrução e reconstrução dos conhecimentos. Assim, segundo Descartes (1999) é a emissão de juízos sobre o mundo, isto é, quando procura corresponder o pensamento com a realidade do mundo, que existe a possibilidade do erro. Quando os juízos deixarem de ser emitidos, a possibilidade de erro também deixará de existir.

Para Kant (1999), o mundo não existe sem o sujeito, isto é, todo objeto do conhecimento só existe em função de um sujeito que o capta e o conhece e, o sujeito do conhecimento não é capaz de conhecer o fenômeno em si, e sim, conhecer o fenômeno conforme este se apresenta ao sujeito.

Desta forma, tendo em vista a limitação racional do sujeito do conhecimento, esta pesquisa estará sujeita a novos olhares e, portanto, à construção de novos conhecimentos. Assim, um dos aspectos não privilegiado neste trabalho, e poderia ser em trabalhos de

natureza semelhante, está relacionado aos grupos que formam as comunidades do reassentamento.

Na realização desta pesquisa não foram separadas as comunidades para posterior aplicação dos questionários e, como o critério de amostragem foi aleatório, primeiramente foi escolhida uma linha, pertencente ao grupo Vargem Bonita. Verificaram-se então respostas muito semelhantes, e também que, na comunidade, não havia núcleo de mulheres atuante.

Logo, optou-se em aplicar os questionários no posto de saúde do reassentamento, localizado na comunidade São Francisco, pressupondo que lá, estariam pessoas de diversas comunidades e, foi sendo verificado um grande número de informantes pertencentes somente à comunidade São Francisco que, também não possui núcleo de mulheres.

A decisão então foi de aplicar o restante dos questionários na comunidade Aliança do Oeste que possui núcleo de mulheres atuante, atingindo assim o objetivo principal, de entrevistar mulheres e homens com e sem ligação com o núcleo de mulheres.

Neste caso, portanto, não foi privilegiada a comunidade em si, pois, o primeiro olhar para a realização desta pesquisa, foi o sócio-econômico e as relações de gênero e não um olhar voltado aos aspectos culturais relacionados às comunidades e que, provavelmente, possuam influência nos aspectos econômicos.

Quanto ao roteiro das entrevistas¹⁰, este se pautou também, nas questões relacionadas à trajetória de vida das pessoas envolvidas, antes e depois da estruturação da Crabi e do núcleo de mulheres, a fim de que fossem percebidas as possíveis transformações.

Para formulação do questionário baseou-se em Jovir (2005) que por sua vez foi cedido pelo professor Dr. Marcelino de Souza

¹⁰ Conforme pode ser observado na secção de Anexos.

A própria autora do trabalho realizou a pesquisa de campo, participando dos eventos, das reuniões, entrevistas e aplicação dos questionários. Desta forma, as observações empíricas foram realizadas a partir de 2003, quando iniciou-se a elaboração do projeto de pesquisa, as entrevistas foram realizadas entre 2004 e 2005 e, a aplicação dos questionários aconteceu nos meses de novembro e dezembro de 2005.

3 A CRABI

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: “Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém!” (Rousseau, Discurso sobre a origem dos fundamentos da desigualdade entre os homens).

Quando se fala em transformações, é preciso ter em mente que elas acontecem pelo menos de duas formas. Uma em que ela é decorrente fundamentalmente da vontade dos próprios sujeitos e a outra em que é motivada por fatores externos, independente da vontade dos sujeitos envolvidos no processo histórico.

Como exemplo da primeira forma de transformação, pode-se citar o movimento migratório ocorrido nas regiões Oeste e Sudoeste do estado do Paraná em que as famílias, ao se deslocarem dos seus locais de origem, o fazem pela própria vontade, ou seja, pela vontade de conquistar um novo espaço para reprodução de suas características culturais, sociais e econômicas (GREGORY, 2002).

Já como exemplo da segunda forma de transformação pode-se tomar como exemplo a construção da Hidrelétrica de Salto Caxias pois, um grande número de famílias de camponeses da região era contrário à construção da Hidrelétrica uma vez que, tal construção traria como conseqüências seu deslocamento involuntário e, conseqüentemente, desencadearia uma série de outras transformações de ordem social e cultural.¹¹

¹¹ Sobre as transformações sociais e culturais derivadas do deslocamento involuntário de uma população afetada pela construção de hidrelétricas ver Reis e Bloemer (2001). Este assunto também será explorado no decorrer deste capítulo.

Entretanto, seja qual for a forma em que se dão as transformações e quais as suas dimensões e ainda, se elas afetam em maior ou em menor grau determinada população é importante uma análise acerca de que tal população não seja feita de forma generalizada, pois ela é formada por mulheres e homens e, quando o assunto recai sobre as questões de gênero, é relevante salientar que, apesar de existirem semelhanças entre mulheres e homens, também existem diferenças. Segundo Simone de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1980, p. 9).

Logo, considerando que o feminino é uma construção social que historicamente vem ocultando as mulheres nas falas oficiais que narram a História, este trabalho estaria incompleto se desconsiderasse a importância delas nas trajetórias que consolidaram a atual realidade.

Assim sendo, este capítulo está estruturado em três tópicos. No primeiro, descreve-se o processo de ocupação da área atingida pela barragem de Salto Caxias, e este tópico tem como propósito, demonstrar a trajetória da população atingida e suas lutas na área desapropriada, que culminou, mais tarde, no surgimento da Comissão Regional dos Atingidos pela Barragem de Salto Caxias, a Crabi, mostrando que os problemas advindos com a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias não se constituem na primeira forma de luta pela terra e permanência dela. Antes disso, vários outros eventos serviram como motivo de luta pelo acesso à terra.

No segundo tópico, será demonstrado o processo histórico de formação da Crabi, através das várias fases pelas quais passou esse movimento. Este tópico é relevante na medida em que descreve como a Crabi vai se organizando e se estruturando conforme as

condições enfrentadas, tendo em vista que o conhecimento do processo histórico é uma condição de possibilidade para o melhor entendimento do tema proposto.

Por último, descreve-se a atuação e a importância das mulheres na Crabi, bem como as transformações ocorridas nas relações de gênero no interior do movimento, fazendo com que o Núcleo de Mulheres possua *status* de movimento social, isto é, um embrião de um novo movimento social. Este tópico permite a melhor compreensão das relações de gênero da divisão do trabalho nas propriedades do Reassentamento São Francisco de Assis, e perceber a dimensão do Movimento das Mulheres.

3.1 Construção e Reconstrução do Modo de Vida – O Processo de Ocupação da Área da Barragem de Salto Caxias

A trajetória de vida da população que forma o Oeste e o Sudoeste do Paraná é composta por vários momentos e esteve sempre marcada por transformações de ordem política, social e econômica, cada qual com sua relevância, entretanto, intrinsecamente ligadas pelo fato de culminarem numa constante estruturação, desestruturação e reestruturação na forma de vida dos diversos personagens que compõem tais regiões. Assim, para poder descrever o processo de formação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu – Crabi - é preciso antes resgatar a história desses personagens.

Esta história combina diversos elementos que induzem à reflexão sobre a importância da terra na construção social das centenas de famílias desapropriadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Importância esta que vai além do valor comercial da terra em que se trabalha, pois o trabalhar na terra implica não somente na renda

econômica que provêm dela. O trabalhar na terra também está envolto de valores sociais e culturais, por ser um modo de vida que não foi dado e sim construído historicamente.

Esta construção histórica não se destrói plenamente com as transformações ocorridas na vida dos personagens que formaram a Crabi. Elas são reconstruídas tendo como base o passado, como num processo histórico dialético, ela se constrói, desconstrói e se reconstrói partindo-se das experiências já vividas.

Assim, para cada transformação ocorrida se sucedeu uma forma de mudança. Mudança de planos, mudança de perspectivas, mudança na forma de olhar o mundo e a si mesmo, mudança de postura política, de vida, mudança de lugar e, mesmo que tais mudanças não tenham ocorrido de forma generalizada a todas as famílias que compõem o objeto de estudo deste trabalho, de alguma forma as mudanças ocorreram, seja em menor ou maior grau.

Da mesma forma, todo processo de mudança implica em carregar consigo algo do velho para o novo, quer sejam objetos com valor econômico ou sentimental, quer sejam as lembranças que não se perdem e que podem ser resgatadas através das memórias.

No caso das famílias reassentadas em 1997 em função da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, além dos bens materiais, elas trouxeram na memória as experiências vividas sendo, as últimas, em um local que hoje está coberto pelas águas.

A Usina Hidrelétrica de Salto Caxias foi construída no trecho final do rio Iguaçu, na divisa dos municípios de Nova Prata do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques. Além destes dois municípios também foram atingidos os municípios de Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, São Jorge D'Oeste e Quedas do Iguaçu, localizados nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, totalizando 52 comunidades e afetando uma população estimada em 6.107 pessoas, das quais mais de 86% dedicava-se ao trabalho rural.

O Quadro 1 mostra a distribuição das famílias afetadas pela construção da usina.

MUNICÍPIO	N.º DE FAMÍLIAS	N.º DE PESSOAS	%
Capitão Leônidas Marques	35	167	02,7
Boa Vista da Aparecida	363	1683	27,6
Três Barras do Paraná	352	1654	27,1
Quedas do Iguaçu	31	160	02,6
Nova Prata do Iguaçu	326	1499	24,5
Salto do Lontra	8	37	00,6
Boa Esperança do Iguaçu	75	328	05,4
Cruzeiro do Iguaçu	128	561	09,2
São Jorge d'Oeste	4	18	00,3
TOTAL	1322	6107	100%

Fonte: Relatório Copel – Salto Caxias, s/d.

Quadro 1 – Distribuição da população na área diretamente afetada por município – julho de 1993

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO ATÉ 50 (ha)		ÁREA MÉDIA (ha)
	Número (%)	Área (%)	
Capitão Leônidas Marques	96,8	74,4	13,7
Boa Vista da Aparecida	94,9	76,0	13,2
Três Barras do Paraná	95,1	60,2	16,7
Quedas do Iguaçu	93,7	33,8	34,0
Nova Prata do Iguaçu	95,6	63,1	15,4
Salto do Lontra	96,7	78,4	14,3
Dois Vizinhos	94,8	65,6	17,1
São Jorge d'Oeste	95,8	55,2	18,4
TOTAL	95,3	58,5	18,1

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, Paraná, 1985 apud Relatório Copel - Salto Caxias, s/d.

Quadro 2 – Percentual do número e da área dos estabelecimentos agropecuários até 50 ha e área média por município – área de influência – 1985

Segundo o Relatório Copel – Salto Caxias (s/d), do total dos estabelecimentos agropecuários, cerca de 80% possuíam área inferior a 20 ha (Quadro 2). Sendo que, mais da metade era formada por unidades produtivas muito pequenas, com menos

de 10 ha. Já os estabelecimentos agropecuários maiores que 100 ha representavam apenas 2% do total, muito embora ocupassem 30% da área.

Além da predominância da pequena unidade produtiva familiar, o Relatório Copel – Salto Caxias (s/d) também informa a existência de diferentes formas de distribuição da terra nos diversos municípios, sendo o principal aspecto destacado, o maior grau de concentração da posse da terra observado em São Jorge d'Oeste, onde havia uma exploração mais intensa da pecuária, e em Quedas do Iguaçu onde, além da pecuária, existia também a exploração florestal.

A partir destes dados pode-se verificar a existência de uma estrutura social heterogênea, de uma região em que se encontravam diferentes realidades. Um mesmo espaço social era constituído a partir de realidades distintas. A realidade do fazendeiro capitalizado era diferente da realidade do pequeno proprietário, do peão, do meeiro, do parceiro, do comerciante; da mesma forma em que também se encontravam culturas diferenciadas, predominantemente a cabocla¹² e a européia, esta última proveniente, na sua grande maioria, dos migrantes dos estados do Sul, que foram colonizados, sobretudo, descendentes de alemães, italianos e poloneses e que tinham como atividade principal a agricultura familiar¹³ (SCHREINER, 2002).

¹² Cultura cabocla é entendida aqui conforme o sentido dado por ZARTH (1998), enquanto uma condição social, estendida de forma geral aos lavradores brasileiros pobres, possuindo assim um sentido sócio-cultural ao invés de um sentido étnico. Ainda segundo BLOEMER (2000), a cultura cabocla é construída através da experiência histórica e através de um modo de vida particular.

¹³ A noção sobre “agricultura familiar” que recai sobre este texto é a mesma utilizada por Wanderley (2001), em que a autora afirma não se tratar de uma categoria social recente, entendida como uma forma de agricultura em que a família combina a propriedade dos meios de produção juntamente com o trabalho na unidade de produção e que possuem características econômicas e sociais próprias. A autora ressalta ainda que o campesinato é uma forma particular de agricultura familiar e, mesmo as transformações que modernizaram a agricultura familiar, não produziram uma total ruptura com suas formas anteriores. Assim sendo, o agricultor familiar moderno é portador de uma tradição camponesa que são o resultado do enfrentamento de situações próprias na história social do país e que servem como fundamento do patrimônio sociocultural. Esta noção utilizada por Wanderley (2001) será demonstrada no decorrer deste capítulo.

Caboclos e migrantes sulistas possuíam culturas diferenciadas, ambos migraram para as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná por diferentes motivos, entretanto, ambos tinham como forma de produção e reprodução familiar o campesinato¹⁴, mantinham relações sociais que foram se transformando com o tempo.

Os caboclos foram os primeiros a ocuparem as regiões Sudoeste e Oeste do Paraná (ZARTH, 1998). Desta forma, a ocupação desse espaço pode ser dividida em duas fases, antes e depois de 1940. Segundo Gomes (1986), a primeira fase foi de ocupação extensiva, voltada basicamente para a exploração, sendo que as atividades predominantes eram a extração da erva-mate e da madeira, atividades estas que propiciaram o desmatamento, ideal para a implementação da agricultura e da pecuária.

Nesta fase, ainda no século XIX, é que tem início a chegada dos caboclos nas regiões. Segundo Abromovay (1981, *apud* BONETI, 1998 p. 86), os três principais locais de origem dos caboclos eram: as fazendas de gado dos campos de Palmas, onde eram agregados; do Estado do Rio Grande do Sul e; da região de ocorrência da Guerra do Contestado. Os caboclos que estavam inseridos predominantemente nas propriedades rurais como agregados, foram sendo excluídos das fazendas em que trabalhavam em função do declínio da pecuária extensiva, ainda tentaram permanecer nas regiões próximas, mas, com a chegada dos colonos poloneses com suas diferentes técnicas de trabalhar a terra, eles foram, aos poucos, rumando para o Sudoeste e Oeste, e iniciaram um processo de se apossar de terras desocupadas, desmatando para propiciar as condições necessárias para a produção.

Os caboclos possuíam caráter nômade, isso fazia com que eles fossem denominados pelos migrantes como fazedores de posses¹⁵, pois, muitos deles instituía-

¹⁴ Segundo Martins (1986) conforme a região em que o campesinato é estudado pode ser lhe atribuído termos específicos tais como: sitiante, caipira, caboclo ou colono.

¹⁵ Apesar de Boneti (1998) se utilizar do termo fazedores de posse, o autor coloca em seu texto que tal termo possui característica discriminatória, entendendo que o caboclo é nômade por natureza.

limites na propriedade, construía infra-estrutura e depois vendiam, abrindo novas frentes de expansão da agricultura (BONETI, 1998).

Além dos caboclos oriundos do Centro Sul do Paraná, migraram para as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, caboclos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, como também um grupo proveniente da região de Contestado, que foram assentados no atual município de Pato Branco, Sudoeste do Paraná.

Os caboclos possuíam uma maneira própria de trabalhar a terra através de um sistema agrícola extensivo, objetivando a subsistência familiar, também era característico do caboclo famílias amplas, o compadrio e as manifestações religiosas baseadas no catolicismo, cujo ritual consistia na reza em torno de cruzeiros.

A partir da primeira metade do século XX, o governo do Estado do Paraná dá início a concessões de propriedades com a finalidade de explorar madeira e erva-mate, como também para a colonização e, dentro deste contexto, os caboclos começam a se inserirem no sistema e ampliando suas formas de ocupação através do extrativismo da madeira e da erva-mate, também se dedicaram a atividades pecuárias de leite e suinocultura, sendo que, esta última consistia na engorda dos porcos soltos na mata (BONETI, 1998).

O sistema de produção desenvolvido pelos caboclos foi alvo de conflitos com os migrantes sulistas, por estes últimos possuírem um sistema de produção diferente, segundo Yu (1988, apud SCHREINER, 2002), os caboclos tinham por hábito, cortar o mato e, posteriormente queimá-lo para só então iniciarem o plantio. Este sistema era rotativo, isto é, anualmente, escolhia-se novos espaços para repetir tal prática. Nos espaços antigos, depois da colheita, plantava-se árvores com a intenção de recuperar o solo, bem como para utilizar a madeira e cercar as lavouras e impedir a entrada dos porcos.

Já a prática utilizada pelos colonos oriundos do sul era inversa, eles cercavam os porcos e não as lavouras. Assim, os porcos pertencentes aos caboclos deterioravam as lavouras pertencentes aos migrantes sulistas.

Todavia, cabe salientar que, embora existissem situações de conflito, existiam também situações de ajuda mútua, como descreve Rocha Pombo (s/d, apud SCHREINER, 2002), em algumas zonas rurais existia uma festa denominada de “muxirão” ou “pixirão”, onde a população reunia-se para prestar serviços, uns aos outros, e que, terminava com comemorações regadas à farta comida.

Este sistema demonstra a existência de relações de solidariedade entre pessoas com modos de vida diferenciados. Entretanto, a partir da década de 1940, o processo de ocupação vai se acentuando, consolidando a economia da região e interferindo no modo de vida caboclo.

Ainda na década de 1940, o então presidente Getúlio Vargas cria ilegalmente¹⁶ a Colônia Nacional General Ozório - Cango – a fim de atrair mão de obra agrícola procedente do Rio Grande do Sul. Para tanto, distribuía terras e infraestrutura gratuitamente, propiciando condições para uma forma perfeita de colonização no Paraná e atraindo um grande número de colonos para a região (WACHOWICZ, 2001).

A ação da Cango visava tanto legalizar as posses já existentes, como também incentivar a vinda de migrantes sulistas de forma a construir uma estrutura de produção baseada nos moldes da agricultura camponesa moderna.

Os colonos que se deslocaram para o Sudoeste queriam terra para trabalhar e produzir. Vindos de uma agricultura mercantilizada, seu objetivo era a propriedade, a mercadoria e o dinheiro. Ou seja, reproduzir as condições de sua existência num mundo onde essas condições não existiam. Migrar para o Sudoeste significava lutar para sobreviver como pequeno agricultor familiar (GOMES, 1986, p. 10).

¹⁶ Na época, os governos Estadual e Federal estavam em processo judicial para decidir quem é o proprietário das terras, entretanto, sem uma decisão judicial o governo Federal cria a Cango.

Dentro deste contexto, os caboclos começaram a competir, de modo desigual, com a frente de colonização, uma vez que as terras ocupadas pelos caboclos foram loteadas e vendidas. Além disso, grande parte dos caboclos não possuíam condições de legalizar a posse por falta de recursos. Com a expansão da frente de colonização os caboclos eram forçados a ocuparem terras devolutas, muitos deles vendiam o direito de posse e procuravam novas terras para se apossarem. A definição dos limites físicos na propriedade geralmente era feita através de um córrego ou até mesmo a utilização de pedras para demarcação (SCHREINER, 2002).

É importante evidenciar também que, muitos dos migrantes sulistas que chegaram à região, induzidos pela propaganda que encontrariam terras férteis, compraram direito de posse de caboclos e também não se preocuparam em legalizar as terras.

Toda essa situação culminou ou na expulsão dos caboclos, ou na sua reinserção na grande propriedade, reproduzindo seu modo vida, desta vez na situação de não-proprietário, aliás, situação idêntica dos migrantes sulistas que apenas compraram o direito de posse, sem legalizar a terra (SCHREINER, 2002).

Assim sendo, encontram-se nas regiões Oeste e Sudoeste, caboclos, colonos sulistas que chegaram por intermédio da ação das companhias colonizadoras e colonos sulistas que vinham por conta própria.

A propaganda era intensa a fim de atrair os colonos para a região, haviam divulgações em níveis nacional e estadual, por grupos privados que tinham por objetivo expandir os negócios. Com isso o projeto nacional de expansão da fronteira agrícola e a iniciativa empresarial se impulsionou (HOLLEBEN, 2003).

As divulgações de que na região as terras eram férteis foi direcionada aos indivíduos considerados “capazes” e evitando os chamados “aventureiros” e parasitas,

evidenciando uma ideologia de superioridade européia e de seus descendentes. Desta forma, fazendo com que a superioridade racial e a capacidade de trabalho fosse justificativa para orientação na busca dos imigrantes “ideais”, criando uma concepção de “homem trabalhador” (HOLLEBEN, 2003).

Com a cultura diferenciada dos colonos, bem como o modo de trabalhar a terra, chegam então migrantes sulistas a fim de reconstruírem suas vidas, uma vez que, com o esgotamento de terras nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, era preciso buscar novas terras para trabalhar e a ação das companhias colonizadores foi uma das alternativas encontradas para a continuidade do modo de ser colono (GREGORY, 2002).

No que se refere à reconstrução do modo de vida dos colonos sulistas, Gregory (2002), evidencia alguns aspectos da construção da nova vida destes colonos, feita a partir da reconstrução do velho, isto é, espaços e modelos foram herdados da terra natal. Um desses aspectos era a importância dos vizinhos, que participavam, como por exemplo, da troca de vacas para poderem ser ajustadas as épocas das crias; a carneação do gado e dos suínos que, após era distribuído carne, banha, lingüiça etc. entre eles. “(...) a produção agrícola colonial exigia diversificação de atividades produtivas, principalmente no setor urbano (...) muitos produtos eram vendidos para fora da região in natura” (GREGORY, 2002, p. 197).

No que diz respeito à divisão do trabalho camponês por sexo, Gregory (2002) afirma que esta se dava desde a infância, quando os meninos eram presenteados com ferramentas utilizadas no campo.

(...) as crianças tinham seus animais com relação aos quais assumiam suas responsabilidades. O menino ter um porquinho, um terneiro, uma junta de boizinhos era uma maneira de qualificar e formar o futuro colono. A menina ter galinhas, pintinhos vaquinha, fogãozinho era um preparo para ser camponesa (GREGORY, 2002, p. 202-3).

Esses aspectos evidenciam a luta pela terra, na medida em que os imigrantes desbravam a região, bem como a crença na permanência na terra, na medida em são repassados aos filhos, os costumes camponeses.

Entretanto, ao considerar o desbravamento como uma dificuldade, deve-se considerar também que esta não foi a única, tendo em vista que, em 1950, o governo do General Eurico Gaspar Dutra vende a duas companhias colonizadoras, ligadas à partidos políticos rivais, a mesma área de terra. Este fato leva “a uma situação de inquietamento social e as condições que determinaram, pelas contradições de interesses de classes que emergem, a luta de posseiros e pequenos proprietários pela garantia e efetivação de seu pleno domínio sobre a terra” (GOMES, 1986, p. 37), o chamado levante de 1957, em que os colonos saíram vitoriosos, após a ação violenta das companhias colonizadoras contra os colonos da região Sudoeste do Paraná.

Segundo Schreiner (2002), com a revolta, se estabeleceu um confronto entre diferentes concepções do uso da terra, sendo que, os posseiros e os colonos tinham sua luta centrada na propriedade privada da terra enquanto meio de produção e vida, já as empresas colonizadoras se esforçavam a fim se apropriar da terra e convertê-la em mercadoria.

Para tanto, as empresas tentavam garantir, através de contrato de compra e venda, o direito de exploração florestal, impedindo assim os posseiros de derrubar as araucárias, este foi um dos principais ingredientes de conflitos que levaram à revolta (SCHREINER, 2002).

Como as terras estavam em litígio, mesmo a continuidade do processo de apropriação, tanto pela posse, como também a compra de posse de outro posseiro se constituía numa situação propícia para que as companhias colonizadoras contratassem jagunços para limpar a área, isto é, expropriar os posseiros (SCHREINER, 2002).

Não bastasse o processo do desbravamento, o levante de 1957 e, passando pouco mais de uma década, os colonos também precisaram lutar contra a possível exclusão que o processo de modernização da agricultura, a partir da década de 70. Tal processo trouxe transformações da vida dos colonos, pois, “eles eram portadores de práticas econômicas, sociais e culturais específicas e sofreram fortes impactos do novo da fronteira agrícola e das inovações antepostas pela modernização do campo que se foi intensificando e aprofundando nas décadas posteriores” (GREGORY, 2002, p. 205), forçando o colono a questionar seu modo de ser. As transformações agrárias afetaram também o modo de produzir e os produtos a serem produzidos, sempre numa perspectiva de desenvolvimento a partir da industrialização. Neste espaço os pequenos produtores foram prejudicados, pois seu modo de produzir era endógeno, procedente da sua cultura e o novo modelo imposto era exógeno e os recursos para implementá-la inexistiam em seu ambiente. Desta forma, o espaço colonial começou a ceder lugar a empresas rurais.

Segundo Gregory (2002), ser agricultor vai além de uma simples atividade econômica, é um modo de vida envolto de valores, sentimentos. Neste contexto, o camponês vai aos poucos se transformando em empresário, mantendo investimentos em diversos setores da economia e com isso começa a perder suas origens.

A modernização da agricultura reduziu o espaço inicialmente conquistado pelos colonos, produzindo um processo de expulsão de um enorme contingente de produtores, alterando-se inclusive as relações sociais vigentes até então.

Segundo Boni e Cunha (2002), a partir da modernização agrícola, houve maior concentração fundiária no Estado do Paraná. As áreas paranaenses ocupadas pelos 50% menores estabelecimentos perderam 26,06% da área ocupada. Já a área ocupada pelos 10% maiores estabelecimentos agrícolas cresceu 6,4%.

Entretanto, segundo o relatório do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Iparde (1994), embora com o decréscimo da população rural, a região afetada pela construção da Hidrelétrica de Salto Caxias, ainda assim, mantinha proporcionalmente mais pessoas no campo que a média do Estado, mesmo considerando que a sua dinâmica econômica fosse relativamente muito frágil, pois deixava de explorar todo o potencial produtivo da área¹⁷.

Esta característica reforça ainda o perfil bastante agrícola da região, que, conjugada com a estrutura fundiária (predominantemente de pequenas e médias propriedades) e com o traço colonial do produtor rural, confere uma especificidade à região que não pode ser desprezada no processo de consolidação de uma agricultura empresarial. (TERMO DE REFERÊNCIA DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ASSOCIADO À UHE SALTO CAXIAS, IPARDES, 1994, p. 4).

A partir do relatório do Iparde (1994), percebe-se a resistência da população rural da região afetada pela construção da usina, tanto no que se refere às transformações tecnológicas ocorridas no campo, como também a resistência pelo abandono do campo em função da cidade. Essa resistência antevia as novas formas de luta que seriam travadas com a construção da Barragem de Salto Caxias, mesmo considerando que, a resistência pela permanência na terra, não significou para todos os atingidos, o engajamento na luta contra a construção da Usina de Salto Caxias.

Ainda, segundo o relatório do Iparde (1994), dentre os principais problemas na região estão a diminuição do número de técnicos dos órgãos governamentais, principalmente na área de pesquisa agrícola, como também na assistência técnica; o processo de reestruturação das cooperativas agropecuárias, com redução do quadro social,

¹⁷ Torna-se relevante mencionar aqui o estudo realizado por Lima *et. al.* (2004) que atribui, além dos fatores históricos, também os aspectos geográficos que, de certa forma, interferiram na mecanização e modernização da produção agropecuária e, como a área de Salto Caxias era muito acidentada, dificultou a mecanização generalizada da agropecuária, que passou a ser mais tradicional e pouco capitalizada, com pequenas propriedades e o predomínio da agricultura familiar.

principalmente dos pequenos produtores e a redução do número de produtores integrados às principais empresas da região. Mesmo assim, o relatório do IparDES (1994), afirma que:

De uma maneira geral pode-se concluir que os indicadores sociais da Região têm um índice de desempenho acima da média estadual. O mesmo não ocorre com os indicadores econômicos, que se mostram com desempenho negativo em relação à média do Estado (PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ASSOCIADO À UHE SALTO CAXIAS, IPARDES, 1994, p. 7).

Toda esta situação explica a resistência da população atingida pela construção da usina em deixar novamente suas origens. A migração recente fez com que as famílias mantivessem vivas ainda na memória as suas trajetórias. A vinda do Sul para desbravar o desconhecido em busca de uma vida melhor. O acompanhamento do crescimento da região e as transformações sócio-econômicas ocorridas no meio rural que, em muitos casos, desfavoreceu a pequena agricultura, por outro lado, criaram alguns sentimentos que contribuíram no fortalecimento das famílias, já que, para cada um desses eventos, foi travada uma luta pela permanência na terra.

Entretanto, não foram somente estes problemas que afetaram a população da região. Devido ao potencial hidráulico da Bacia do Rio Iguaçu, a companhia de energia elétrica do Paraná, a Copel, deu início, na década de 1980, ao processo de implementação da Usina de Salto Caxias, que posteriormente, levaria a população a uma nova luta, dessa vez, coletiva.

Dando início ao processo de implementação da Usina de Salto Caxias, a Copel envia representantes à região de Salto Caxias para se reunirem com autoridades locais para informar como a Copel procederia nas futuras desapropriações. Estas visitas foram registradas pelos representantes da Copel e, a análise destes documentos permite inferir que, o Estado, por meio da Copel estava inicialmente organizado para o processo de

convencimento ou mesmo imposição sobre a desapropriação e as condições sobre as quais ela deva ocorrer.

Posteriormente, a população se organiza e, através das visitas, a Copel foi percebendo as dificuldades que teria para a realização do projeto e, para minimizar ou anular tais dificuldades, foi preciso se organizar e estabelecer metas.

Essa inferência torna-se mais clara com a análise do Relatório de Viagem a Região de Salto Caxias em 25 e 26 de janeiro de 1986, pelos senhores Rubens Habitzreuter e Gilson Becker, representantes da Copel, em que se percebe que as visitas, não tinham como propósito somente conceder informações à população que seria atingida, como também obter informações acerca das opiniões da população local.

No relatório, encontram-se informações como:

Diversas perguntas nos foram formuladas e pudemos confirmar o que já havíamos sentido em visita anterior, de que o trabalho da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do PT (Partido dos Trabalhadores) é muito forte naquela entidade (Sindicato Rural). As “estratégias de ação” (grifo nosso) naquele município (Nova Prata do Iguaçu) devem levar em conta o posicionamento contrário à construção da Usina manifestado pela entidade.

O prefeito (Dois Vizinhos) havia viajado para Curitiba, mas fomos recebidos pelo Secretário Antonio Bevilacqua a quem reportamos informações sobre o assunto. Nos alertou sobre as atividades de esquerda do Sindicato e do padre local que veste camiseta com inscrições da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do PT (Partido dos Trabalhadores). Pedimos que consulte o prefeito sobre a possibilidade de realizarmos reunião com os “futuros expropriados” (grifo nosso).

O prefeito Rudi Schadler (Quedas do Iguaçu) nos recebeu de forma bastante simpática, (...) comentou que a região onde pode existir alguma desapropriação predominam latifundiários, inclusive a família Giacomassi (RELATÓRIO DE VIAGEM A REGIÃO DE SALTO CAXIAS, 25 e 26/janeiro/1986).

Após estes pareceres, os senhores Rubens Habitzreuter e Gilson Becker, concluem que:

Achamos oportuno o cancelamento da reunião de Cap. Leônidas Marques pois, fatalmente terminaria com a discussão de critérios com o Sindicato de Erechim o que, certamente, tumultuaria o clima na região; - Deveremos tomar os espaços rapidamente na região (margem direita já ocupamos), informando a opinião pública, dos critérios utilizados pela Empresa. Ação deverá se concentrar na margem esquerda e contar com o apoio das prefeituras municipais (RELATÓRIO DE VIAGEM A REGIÃO DE SALTO CAXIAS, 25 e 26/01/1986).

Pode-se perceber ainda, através dos pareceres, que os representantes da Copel, levavam consigo juízos previamente estabelecidos, demonstrando um posicionamento contrário aos da população, uma vez que já previam dificuldades em negociar com sindicalistas e partidários do Partido dos Trabalhadores - PT- e, por este motivo, perceberam as necessidades de montar estratégias de ação para minimizarem futuros problemas que viessem inviabilizar ou dificultar a realização do empreendimento.

No Relatório de Visitas feito em 11 de dezembro de 1987, pelos senhores Rubens Habitzreuter e Edson Luiz Vieira tornam-se visíveis algumas contradições entre partidos de esquerda e de direita. Na visita realizada em Dois Vizinhos, os representantes da Copel relataram que: “Pode-se observar uma forte influência político-sindical nos posicionamentos da Central Única dos Trabalhadores e Pastoral da Terra. Visível até nos ‘*bottons*’ pregados na camisa dos integrantes do Sindicato” (RELATÓRIO DE VISITAS, COPEL, 11/12/1987, p. 15).

Já na visita em Três Barras do Paraná, o presidente do Sindicato também era vereador e filiado ao Partido da Frente Liberal – PFL - e “(...) informou que os “espertos” já estão especulando o preço das áreas para futuras negociações com a Copel”, os representantes da Copel relataram ainda que: “Percebeu-se uma facilidade muito grande em termos de relacionamento e entendimentos para negociações futuras” (RELATÓRIO DE VISITAS, COPEL, 11/12/1987, p. 16).

Portanto, através desses pareceres, se evidencia a intenção da Copel em criar estratégias de ação frente os problemas encontrados. Isto é, as visitas não foram somente para facilitar a sua inserção no campo institucional, ou para conhecer a estrutura sócio-econômica, que seria fundamental para negociar e estabelecer um plano de desapropriação, pois o que se apresenta nos relatórios é a intenção de conhecer a realidade da população e os aspectos pelos quais deveriam ser dirigidas as ações da Copel.

A partir de então, as duas partes envolvidas no processo de construção da Usina de Salto Caxias (Copel e futuros atingidos), começam a se organizar a fim de terem seus objetivos atingidos.

A Copel deu continuidade às reuniões com a população a ser atingida para tirar as dúvidas e convencê-la dos benefícios que a construção da usina traria. A população, por sua vez, orientada pelos sindicatos autênticos¹⁸ e pela Comissão Pastoral da Terra, também começa a se organizar a fim de lutar, a princípio contra a construção da usina. Destas reuniões surge a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu, a Crabi, cuja constituição será explorada no próximo item.

3.2 Lutar Ainda é Preciso – O Processo Histórico de Formação da Crabi

O novo modelo de crescimento econômico, através das políticas de Estado voltadas para adoção de medidas para viabilizar o crescimento, como, por exemplo, a construção de grandes obras públicas, como a Usina Hidrelétrica de Itaipu, e políticas fundiárias para o desenvolvimento da agricultura em larga escala, tiveram como decorrência

¹⁸ A expressão “sindicatos autênticos” é utilizada aqui conforme consta no Relatório Interno da Crabi (2003), e no Relatório do Projeto de Pesquisa sobre Experiências Inovadoras no Campo – CPT (s/d), não sendo, portanto, utilizada como julgamento de valor.

transformações do meio rural, tais como a extrema concentração de renda do meio rural e da propriedade da terra, o privilégio da agricultura empresarial, a modificação das relações de trabalho no campo e a ocorrência do êxodo rural.

Diante do processo de expropriação do território pelo capital e da divergência de interesses entre pequenos agricultores e latifundiários, os agricultores, tendo como referencial a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que se constitui numa organização que tem por finalidade apoiar questões relacionadas à luta pela terra, transformaram seus próprios valores em movimentos (SCHREINER, 2002).

Começou então a se estruturar nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná uma sequência de movimentos sociais. Em 1978, o Movimento Justiça e Terra (MJT), criado pelos colonos atingidos pela construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional. Em 1981 foi criado o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). Em 1984, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1990, a partir da troca de experiências com outros movimentos sociais tem origem a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (Crabi) (SCHREINER, 2002).

Essas novas formas de resistência¹⁹ organizada – foram surgindo concomitantemente em outros lugares do país – espalharam-se rapidamente pelo território nacional e hoje são responsáveis pelo amplo debate em torno da questão agrária.

No que se refere ao surgimento das Crab's, Ribeiro (2002) afirma que elas originam-se no momento em que o Estado, em nome do “desenvolvimento”, prevê a construção de grandes obras, dentre elas a Hidrelétrica Itaipu Binacional, com um mega investimento de 10 bilhões de dólares. A construção da hidrelétrica de Itaipu se constitui num marco histórico para o surgimento dos “Novos Movimentos Sociais Rurais” no Paraná, já

¹⁹ É importante salientar que nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, foi sendo construído ao longo dos anos um território com grande traço de resistência e esta se renova para a população ali instalada, tal como narrado anteriormente.

que a grandiosidade do empreendimento implicou em profundas transformações sociais, culturais e econômicas na vida das pessoas atingidas direta e até indiretamente pela construção da Usina.

Nesse sentido, o Instituto Ambiental do Paraná – IAP – considera que:

Os grandes problemas ocasionados pelas barragens são o deslocamento involuntário da população, o rompimento dos vínculos entre produtores e consumidores, a desintegração do mercado de trabalho local, regional, a deteriorização dos serviços de infra-estrutura, rompimento dos laços de parentesco e as relações informais de solidariedade comunitária. Um grave problema é de ordem psicossocial, de que muitas famílias ou responsáveis por estas famílias acabam se suicidando ou morrendo por problemas de coração causados por essa tensão. A ausência de estudos sobre a forma de vida simbólica e espiritual das comunidades acaba contribuindo mais ainda para a desestruturação do espaço social das comunidades atingidas, causando problemas nos reassentamentos (RELATÓRIO DO PROJETO DE PESQUISA SOBRE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO CAMPO – CPT, s/d.).

A partir desta descrição, percebe-se claramente que, além do valor monetário das propriedades, existe também o valor real, onde está embutido o valor emocional, que não pode ser mensurado.

Na construção da Hidrelétrica de Itaipu, oito municípios foram atingidos: Foz do Iguaçu, São Miguel, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra. Ao todo 1.350 km², dos quais 780km² pertencentes ao Brasil e 570 km² pertencentes ao Paraguai.

A população afetada foi estimada em mais de 40.000 pessoas, sendo desapropriadas 1.606 propriedades urbanas e 6.913 propriedades rurais. As indenizações, em geral foram em valores bem menores do que os valores de mercado, sendo utilizados como referência os valores constantes nos contratos dos cartórios de registro de imóveis (RIBEIRO, 2002).

Toda essa situação fez com que a população atingida pela construção de Itaipu se mobilizasse, a fim de que se resolvessem os problemas decorrentes da construção da usina. Foram surgindo movimentos de luta política, elaborando reflexões e falas, a partir do vivido, com o intento de entender a situação, para então negociarem de forma pacífica.

A mobilização dos atingidos pela barragem de Itaipu não permitiu que todas as reivindicações fossem atendidas de forma a responder às necessidades da população, entretanto, ela se constituiu num importante alicerce para o fortalecimento das Crab's, tomando como base as diversas experiências vividas pelo grupo, tendo em vista que, após a luta dos atingidos pela barragem de Itaipu, já nos anos 80, houve um encontro na Região Sul do Brasil que contou com a participação de representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da Comissão Pastoral da Terra – CPT, atingidos pela barragem de Itaipu e outras barragens, bem como possíveis atingidos por novos projetos de barragens. Estes participantes vieram dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em Cascavel, Oeste do Paraná (RELATÓRIO INTERNO NA CRABI, 2003).

Este encontro tinha como objetivo a troca de experiências e a conscientização da população sobre as políticas públicas para o setor elétrico do país, pois, o Estado do Paraná tem um potencial hidráulico de 26.000 MW nas principais bacias de seus rios, sendo a Bacia do Rio Iguaçu a mais importante fonte de energia hidráulica para o Estado do Paraná, estavam previstas para esta área as construções de 22 usinas.

A partir destas informações tornava-se necessário que os possíveis atingidos se organizassem a fim de que o destino dessa população não fosse o mesmo daqueles atingidos pela Usina de Itaipu.

Nos anos 80, começaram a surgir boatos sobre a construção de uma nova barragem, a de Salto Caxias. Forma-se então uma comissão a fim de obter mais informações e mediar negociações com representantes da Copel. Inicialmente, esta comissão foi formada

por vereadores, presidentes de sindicatos, prefeitos, posteriormente, orientados por Sindicatos Rurais autênticos, os agricultores e as agricultoras que seriam atingidos começaram a se reunir para discutirem a situação que estavam vivendo. E, dessas reuniões surge a Crabi, não se constituindo ainda, num movimento social como um todo, e sim, numa instância organizativa do Movimento dos Atingidos por Barragens, a MAB (RELATÓRIO DO PROJETO DE PESQUISA SOBRE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO CAMPO – CPT, s/d.).

O processo inicial de formação foi conflituoso, partindo de múltiplas experiências de diversos sujeitos e categorias sociais, tais como: grandes e médios proprietários de terras, pequenos agricultores familiares, arrendatários, posseiros, peões, aliados ainda aos comerciantes da região, cada um com seus interesses, seus medos ou suas crenças em relação à construção da usina. O trecho da entrevista a seguir expõe tal situação:

Grandes e médios proprietários e comerciantes, em geral, vislumbravam lucrar com a instalação da usina. Muitos proprietários de terra imaginavam fazer seu preço para vender a terra, já os comerciantes pensavam nos lucros que teriam, advindos do aumento das vendas. Para eles, a usina traria o desenvolvimento da região e, quem era contra a construção da usina, era contra o desenvolvimento. Já, entre os médios e pequenos agricultores, proprietários de terras, haviam aqueles que não acreditavam na desocupação para a construção da usina. “Essa é terra é minha, tá no meu nome, eu comprei e paguei, ninguém pode tirá-la de mim” eles falavam. Dentre os arrendatários, posseiros e peões o clima de angústia era maior, pois mantinham condições precárias de acesso à terra, não acreditavam na possibilidade do Estado, ao desapropriar a área atingida pela usina, lhes daria condições de permanecer na terra (ENTREVISTA COM EX-FUNCIONÁRIA DA CRABI, 2006).

Toda essa situação conflitante, em que cada sujeito criava seu discurso alicerçado nas angústias, crenças ou expectativas, acabou por gerar ainda uma situação de desconfiança em relação às lideranças, agora já formados por agricultoras e agricultores. A comissão foi organizada a partir da escolha de representantes de todos os municípios que

seriam afetados, também, cientes do clima de desconfiança, foram escolhidas uma pessoa de cada comunidade para realizar um trabalho de conscientização sobre os prováveis impactos que a construção da usina traria para a população.

Como este trabalho visava orientar a população atingida pela Usina Hidroelétrica de Salto Caxias, a Crabi realizou inúmeras reuniões a fim de conscientizar e esclarecer a população. Em 1992, os atingidos e as atingidas decidiram conhecer a realidade de outras barragens. Foram visitar a população atingida pelas barragens de Segredo e Salto Osório. Ao chegar no local, se depararam com famílias morando em baixo de barracos, desnutridas, desanimadas e sem perspectiva nenhuma de vida.

O depoimento a seguir retrata o fortalecimento da Crabi a partir da sensibilização ao se defrontarem com a realidade dos atingidos por outras barragens, começando aí uma relação de desconfiança entre a Crabi e a Copel, através de seus representantes.

A gente começou a verificar o caos que as famílias atingidas pelas outras barragens estavam ficando, o desinteresse da própria Copel e de todas as empresas pela questão social. Foi então, que a partir de 90, que nós mesmos, os atingidos, assumimos toda a luta, toda a coordenação da Crabi. Dali para cá é que começa mesmo a nossa história (RELATÓRIO DO PROJETO DE PESQUISA SOBRE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO CAMPO, CPT, s/d).

Essas visitas fortaleceram ainda mais as pessoas ligadas a Crabi, pois, ao conhecerem a situação calamitosa em que passaram a viver muitas das famílias atingidas pela construção das barragens, cresceu a vontade de continuar lutando. Outro ingrediente que fortaleceu a luta foi que várias das famílias que seriam então atingidas, já tinham passado por experiências anteriores de tentativa de serem expulsas da terra.

O depoimento a seguir ilustra a vontade de homens e mulheres de não se renderem às diversidades que eram impostas pela posse da terra, o que ilustra aspectos latentes da questão agrária brasileira:

Há 34 anos atrás, quando eu e o Francisco casamos viemos morar aqui. Era só mato. A estrada era o rio e foi por isso que construímos a nossa vida aqui, perto do rio. Depois chegaram os jagunços e grileiros para tirar as nossas terras. Eles vinham de dia saber onde as famílias moravam e à noite matavam todos, queimavam barracos e tudo o que vivesse dentro deles. Nós, com fé em Deus e vontade de viver, toda noite deixava o barraco e ia dormir no mato, em cima de esteira, que era o nosso colchão. Como eu não podia plantar por causa dos jagunços passei anos alimentando meus filhos com peixes que eu pescava escondida no mato. Isso já era uma luta para permanecer na terra que nós enfrentamos e vencemos. Mas, lá pelo ano de 90, surgiram boatos, que depois se confirmaram, sobre a construção da barragem que vai nos tirar da terra onde eu vivi, criei meus filhos e vejo meus netos crescer. Aqui ajudei a construir esta comunidade. Nesse cemitério estão enterrados meu sogro, cunhados, sobrinhos, compadres e muitos amigos. Sei que vai ficar um pedaço de mim aqui, mas como lutei e venci contra os jagunços e grileiros, também luto contra essa nova forma de opressão (RELATÓRIO DO PROJETO DE PESQUISA SOBRE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO CAMPO, CPT, s/d).

Este depoimento revela a luta pela continuidade de um modo de ser camponês, a identidade de uma categoria social que se fortalece a partir dos laços de parentesco e de vizinhança que construíram a história dos então, futuros atingidos e atingidas pela construção da usina, demonstrando também que, além da luta pela permanência na terra, esta nova luta representava a não destruição da sua História.

A Crabi começou a realizar trabalhos de orientação para a população que seria atingida, dispersa em 52 comunidades. Esse trabalho era feito “corpo a corpo” e, a partir dele começaram a surgir novas lideranças, fortalecendo o envolvimento entre as comunidades. Até que, em 1992 intensificaram-se ainda mais os esforços, agora na luta para conquistar reassentamentos, preços justos pelas terras e participações nas discussões. Mas, sem mobilização essas reivindicações não tiveram muitos resultados, pois a Copel não estava disposta a negociar com a população que seria atingida, desta vez, organizada através da

Crabi (RELATÓRIO DO PROJETO DE PESQUISA SOBRE EXPERIÊNCIAS INOVADORAS NO CAMPO, CPT, s/d). A Copel entendia que o movimento social estaria criando dificuldades para a realização do projeto, segundo a Copel:

Diferentemente dos primeiros encontros, hoje existe um certo clima hostil ao início da usina, gerado após o surgimento da Crabi [Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Iguaçu], inspirada em movimento semelhante do RS [Rio Grande do Sul] e SC [Santa Catarina]. A princípio, a Crabi não quer a barragem, mas diz que aceita a obra se todos forem indenizados antes do seu início, mesmo sem qualquer levantamento disponível. Assume uma posição radical e demonstra estar disposta e pronta para o confronto direto. É coordenada pelos atingidos Nereu Gaffuri e José Uliano Camilo, de TRB, tendo representantes em todos os municípios do reservatório – está criada informalmente (ATA DA 2.^a SÉRIE DE ENCONTROS DA ÁREA DA USINA DE SALTO CAXIAS, COPEL, 1993).

Este fragmento da Ata dá a entender que, enquanto as reuniões eram realizadas com prefeitos, vereadores, presidentes de sindicatos, isto é, com a primeira comissão formada para mediar as negociações, a discussão girava em torno dos impactos que a construção da usina traria para a região. Até aí, o processo de negociação estava mais tranquilo e, a partir do momento que novos personagens entram em cena tem-se o início de uma relação considerada desagradável, ou mesmo conflituosa, pela Copel.

O surgimento de um sujeito coletivo (SADER, 1988), a partir da construção de uma identidade política e que é contrário à situação que vai sendo imposta pelo Estado, gera conflitos, pois, a discussão começa a girar em torno dos procedimentos que seriam dados à população atingida.

Também, a partir desse documento, pode-se perceber que a Copel reconhece o processo de formação da Crabi, mesmo atribuindo a ela caráter informal. Outro ponto a ser destacado no documento é de a Copel não aceitar indenizar a população antes do início das obras, alegando a falta de levantamento disponível para que a indenização pudesse ser feita,

sendo que, esse fato era de conhecimento da Crabi e um dos principais motivos para organização do grupo e a principal reivindicação a fim de evitar o que havia acontecido com outras barragens. A Crabi precisaria acordar com a Copel o levantamento das terras a serem indenizadas.

Em 1993, ainda sem um acordo firmado, a empresa dá início à construção da usina, atitude esta que fez com que a população decidisse, através de assembléia, ocupar o canteiro de obras. Foram 43 dias de ocupação feita através de esquema de rodízio de famílias, sempre permanecendo no local cerca de 90 pessoas.

Neste período, a população impediu que os funcionários da empresa trabalhassem, houve intervenção da Polícia Militar e do Grupo do Comando de Operação Especial e, mesmo com a pressão, as famílias resistiram alegando que só abandonariam o local quando a Copel desse garantia que a população atingida seria atendida em seus anseios e reivindicações.

A Copel então propõe que se forme uma junta composta por entidades governamentais, Igrejas, Organizações Patronais, ONGs e a Crabi para negociarem as reivindicações. A Crabi propõe que, além das entidades indicadas pela Copel, também fizesse parte da junta a CPT/PR, MST e entidades que apoiavam a Crabi. Com a aceitação da Copel o canteiro de obras é desocupado. Mesmo assim, representantes da Crabi são processados pela Copel, mesmo a Copel estando em propriedade privada. A Crabi procura reverter a situação em reunião com a Copel, sendo a posição da empresa a seguinte:

Não foi possível avançar muito nos entendimentos porque a Crabi radicalizou novamente, retornando ao ponto de questionar a viabilidade do empreendimento; praticamente exigiram a retirada do processo policial que investiga a retirada e a queima de marcos e piquetes do local da barragem para continuar conversando. Os representantes da Copel ficaram de gestionar junto a alta direção a retirada do processo, mas a intransigência continuou quando repetiram a posição de exigir indenizações gerais antes do início da usina, tarefa considerada impossível (ATA DE REUNIÃO ENTRE A COPEL E FUTUROS EXPROPRIADOS, 14 de julho de 1993).

Mesmo assim, a junta é constituída e, com a sua criação, a Copel começa a perder campo, pois a Crabi havia inserido um número maior representantes para participarem nas negociações. Na primeira negociação, feita através de reunião em 01 de setembro de 1993 e registrada em Ata pela Copel, foi solicitado a Crabi que apresentasse uma contraproposta para a Copel a fim de que houvesse um entendimento nas negociações. José Uliano Camilo, representante da Crabi disse que não apresentaria contraproposta e sim que o documento fosse lido e discutidos os itens mais polêmicos, o que foi aceito pela Copel.

Após leitura e discussão, as principais reivindicações feitas pela Crabi foram:

- A necessidade da Copel em atender todos os atingidos, inclusive os “sem-terra”;
- Resolver os problemas sociais antes do início das obras;
- A indenização anterior ao início das obras; e,
- Arquivamento do processo referente à ocupação do canteiro de obras.

Mesmo sem a formalização do acordo, ambas as partes saíram satisfeitas da reunião, tendo em vista que ficou acertada uma nova reunião para 04 de setembro de 1993, em que a Copel informaria o resultado das reivindicações feitas pela Crabi.

Consta na Ata desta reunião que: “O Sr. José Camilo falou que viu a proposta como uma vitória dos ‘invasores’ [grifo nosso], uma conquista, apesar de depender da aprovação da Assembléia Geral” (ATA DE REUNIÃO ENTRE COPEL, CRABI, COSACA, 01 de setembro de 1993, p. 4).

A partir desta reunião, a Copel e a Crabi foram encontrando pontos em acordo. Mesmo que a principal reivindicação, a indenização antes do início da obra não fosse atendida, a Crabi concordou, mediante documento assinado e registrado em cartório em que consta que as famílias atingidas seriam assistidas.

Em dezembro de 1993, a Copel reconhece a Crabi como entidade representativa da população atingida pela construção da usina, e assina o acordo proposto pela Crabi, garantindo que as 2.000 famílias atingidas fossem indenizadas, destas, 583 optaram por reassentamentos nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Inicialmente, a proposta da Copel era a de conceder cartas de crédito às famílias. Neste momento, várias famílias aceitaram a proposta da Copel. Entretanto, mais 583 famílias não a aceitaram. Esta recusa permitiu a continuidade das lutas, estimulando ainda mais o movimento. O principal motivo da recusa daquelas que optaram pelos reassentamentos, era porque a opção pela carta de crédito não levaria em conta os custos sociais e desestimularia a organização do movimento. A opção pelos reassentamentos permitiu condições necessárias para que estes se desenvolvessem, já que nesse estágio, a população atingida já havia percebido que reassentar não significava comprar um “pedaço de chão”, instalar a família e não dar condições de desenvolvimento (RELATÓRIO DO PROJETO DE PESQUISA SOBRE EXPERIÊNCIAS INOVADAS NO CAMPO, CPT, s/d).

A população tinha noção das dificuldades que teriam de se estabelecerem numa outra área, sem terem asseguradas as características culturais, sociais e econômicas, os laços comunitários de vizinhança e parentesco, a nova forma de produzir, comercializar; uma vez que já haviam passado por situação semelhante, quando migraram do Sul do País para aquela região. A diferença agora é que a migração não tinha como elemento principal a atração e sim uma situação imposta pelo Poder Público, ou seja, de expulsão.

A assinatura do decreto para aquisição da área, onde as famílias seriam reassentadas, só aconteceu em 1996. No espaço de tempo entre o acordo e a sua efetivação, várias outras lutas foram acontecendo: a escolha da área para os reassentamentos, o número de famílias que seriam reassentadas (dentre elas estavam posseiros, meeiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários), que tamanho de propriedade caberia a cada família,

os problemas sociais ocasionados pela construção da obra, são alguns exemplos. Ainda, esse tempo também permitiu que a Crabi intensificasse sua organização, agora de maneira burocrática.

Diante dos inúmeros problemas que foram surgindo para a efetivação dos reassentamentos, houve a necessidade da Crabi em modificar sua forma de atuação se estruturando da seguinte maneira:

- ASSEMBLÉIA GERAL: participam toda a coordenação, equipes de trabalho, representantes dos grupos;
- PLENÁRIA GERAL: entre uma e outra Assembléia, podem acontecer plenárias com o objetivo de avaliar e reencaminhar as decisões e orientações da Assembléia;
- COORDENAÇÃO GERAL: fazem parte desta coordenação um atingido ou atingida por município. A essa coordenação caberá encaminhar e executar as decisões da Assembléia, convocar e coordenar a Assembléia Geral, discutir, avaliar e animar o movimento na sua globalidade, constituir equipes ou grupos de tarefas, conforme a necessidade do movimento; e
- EXECUTIVA GERAL: deve ser escolhida pela Coordenação Geral para executar as decisões tomadas nas instâncias superiores, bem como, propor questões e tomar decisões necessárias ao bom andamento do movimento.

É importante salientar que a construção desta estrutura se deu depois que muitas das reivindicações foram atendidas, significando que, na maior parte das lutas a Crabi foi um Movimento Social sem uma estrutura organizativa.

Em 1996, começam os trabalhos nos reassentamentos e as famílias que fizeram esta opção foram divididas em 10 comunidades, compreendendo um total de 18.887 hectares. Os critérios para divisão das comunidades se pautaram basicamente em laços de parentesco, vizinhança e afinidades na produção agropecuária.

O Quadro 3 mostra a relação dos reassentados da Crabi, trazendo os números relativos às famílias reassentadas. Esse quadro mostra os números do ano de início dos reassentamentos, pois no decorrer dos trabalhos realizados pela Crabi esses números foram crescendo por motivos como, por exemplo: os filhos que constituíram famílias e que continuaram no campo junto com os pais, parentes dos reassentados que percebendo a melhora na qualidade de vida, optaram por migrar novamente para o campo.

Nome da Comunidade	Hectare	%	Nº de família	%
Cententário	1.462	7,74	43	7,37
Saudades do Iguaçu	1.401	7,41	27	4,63
São Marcos	823	4,35	26	4,46
N. S. dos Navegantes	747	3,96	27	4,63
Agroibema	1.994	10,56	53	9,09
S. Francisco de Assis	6.909	36,59	243	41,7
Santa Bárbara	2.630	13,93	88	15,09
São Francisco do Iguaçu	1.210	6,4	27	4,63
Boa Esperança	719	3,80	22	3,77
Três Barras	992	5,26	27	4,63
TOTAL	18.887	100	583	100

Fonte: Relatório Interno da Crabi, 2003.

Quadro 3 – Relação dos reassentados da Crabi

Neste estágio, era preciso dar condições para que essas famílias mantivessem o equilíbrio, isto é, que elas pudessem produzir, tivessem qualidade de vida, enfim, reestruturassem o seu mundo, pois a água não inundara somente suas terras, mas toda uma história de vida.

Neste sentido, Grzybowski (1987, apud SCHERER-WARREN, 1996, p. 70), afirma que:

(...) enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração de uma identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais.

Assim, a Crabi entendia que a formação educativa dos reassentados seria um suporte da organização social, entendendo por formação “um processo contínuo, longo de ações e reflexões que mexem com a realidade, tentando sempre transformá-la, promovendo uma melhor qualidade de vida para as pessoas envolvidas” (RELATÓRIO INTERNO DA CRABI, 2003). Por isso, o processo de formação aconteceu de várias formas, como nos grupos de produção, nos grupos de mulheres e de jovens, nas associações e nas diversas maneiras de participação comunitária.

A partir do processo de formação, a Crabi, já num estágio de organização mais avançado, agora contando com sede própria, elaborou, no ano de 2000, um Plano de Desenvolvimento. Este plano contou com a participação da equipe técnica composta por 11 profissionais contratados pela Crabi, formados em diversas áreas, a fim de que as comunidades reassentadas se desenvolvessem, partindo das necessidades e expectativas oriundas de cada grupo a ser trabalhado, pois a luta agora era garantir a permanência na terra das famílias reassentadas.

Esse Plano de Desenvolvimento (2000) divide-se em cinco programas:

O *Programa Agropecuário* que tem como objetivo garantir a permanência na terra das famílias reassentadas, otimizando a mão-de-obra existente juntamente com o aperfeiçoamento dos processos produtivos; incentivando-as a participarem dos processos

associativistas e cooperativistas; produzindo, transformando e comercializando suas produções; melhorando sua qualidade de vida, através da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. O programa agropecuário está organizado em cinco áreas: produção vegetal, produção animal, transformação, comercialização e meio ambiente. Cada uma delas subdividida em projetos que buscam atender a totalidade da organização econômica da comunidade rural.

É importante ressaltar que, o Programa Agropecuário está totalmente calcado nos princípios da pluriatividade, tendo em vista que, foi elaborado com vistas a resgatar as antigas maneiras de produzir aliadas a novas tecnologias, voltadas para a diversificação das unidades produtivas, tanto para o consumo familiar como para a comercialização de excedentes. Também foram contempladas no Programa, a transformação e comercialização, tendo em vista que, estas auxiliam no processo de consolidação das organizações produtivas, na medida em agregam valor ao que é produzido na propriedade. “Entendemos, portanto, que a produção vegetal, a produção animal, a transformação, a comercialização e a infra-estrutura comunitária são elementos que formam a totalidade que sustenta economicamente as famílias reassentadas” (PLANO DE DESENVOLVIMENTO, 2000, p. 16). Isto é, partir da pluriatividade para a sustentabilidade do núcleo familiar e, conseqüentemente, a permanência na terra.

O *Programa de Arte e Cultura*, por sua vez, visa fomentar todas as manifestações artísticas da comunidade reassentada, proporcionando a inserção efetiva da arte como parte essencial da vida dos reassentados e das reassentadas, como instrumento poderoso para se conquistar a cidadania e integrar as comunidades reassentadas entre si e com outras comunidades vizinhas, sempre resgatando os valores da cultura rural, na preservação da sua história. A viabilização deste programa se dá através da efetivação dos eventos culturais, da Mostra Cultural, dos cursos e da comunicação.

O *Programa de Educação* tem como objetivo garantir um ensino de qualidade e diferenciado, voltado para os interesses e necessidades do homem e da mulher do campo, ampliando-lhes a visão de mundo e contribuindo para que se percebam como agentes de um processo cujo desencadear seja um exercício consciente de sua cidadania. Este programa está subdividido em três projetos que contemplam a educação escolar, a educação popular e o PEABA (Projeto de Educação de Pessoas Atingidas por Barragens), que propõe uma educação para jovens e adultos do campo, que respeite a legislação vigente e as peculiaridades de sua clientela.

O *Programa de Saúde* é um plano de ação construído coletivamente, com a meta de minimizar problemas imediatos e anseios da comunidade, promovendo a qualidade de vida das famílias. Nesse sentido, foram organizados quatro projetos que contemplam a educação em saúde, a unidade básica de saúde, a fitoterapia e a alimentação alternativa.

O *Programa de Desenvolvimento Comunitário* tem como objetivo desencadear um processo de organização e desenvolvimento comunitário nas comunidades dos reassentados, possibilitando o encaminhamento de ações concretas, contribuindo assim no processo de agregação de agricultores e agricultoras familiares no seu contexto social, cultural e econômico. O programa está organizado em projetos que atenderão o Grupo de Jovens, o Grupo de Convivência Comunitária e o Núcleo de mulheres.

A implementação destes projetos representa para a Crabi a possibilidade de permanência das famílias no campo, pautada em laços de solidariedade, respeito às pessoas e vivência comunitária, construindo um modelo de desenvolvimento rural centrado na agricultura familiar (PLANO DE DESENVOLVIMENTO, 2000).

A implementação dos projetos relacionados aos reassentamentos só foi possível a partir de recursos repassados pela Copel. Entretanto, a Crabi, enquanto Movimento Social, não poderia administrar tais recursos. Para resolução deste problema foram criadas

associações, que juntas formam a Aderabi – Associação para Desenvolvimento dos Reassentados e Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu - que se constitui numa entidade jurídica que tem por finalidade administrar os recursos vindos da Copel para implementação dos reassentamentos, bem como dos projetos.

A Aderabi é composta por 19 associações pertencentes aos 10 reassentamentos. Cada reassentamento é composto por comunidades formadas a partir de laços de parentesco, amizade e vizinhança, tidos nos locais de origem das famílias reassentadas. Cada comunidade possui uma associação com estatuto e regimento próprios, sendo que, a diretoria é constituída por presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário, vice-secretário e conselho fiscal, eleitos em assembléia.

Os presidentes e vice-presidentes das associações formam o Conselho da Crabi e este conselho escolhe a direção executiva da Crabi, que são: presidente, vice-presidente, tesoureiro e secretário, mais conselho fiscal (quatro pessoas).

A organização do grupo foi um grande desafio para a Crabi, pois para ela a organização é fundamental para que os reassentamentos sejam protagonistas de seu próprio desenvolvimento, acreditando que, através de organizações comunitárias, as famílias poderiam encontrar soluções para os problemas do cotidiano e desenvolver práticas de produção e sociais conjuntas (RELATÓRIO INTERNO DA CRABI – 2003).

Entretanto, é preciso salientar que a estrutura representativa da Crabi vem apresentando como característica a perenização de várias lideranças. Um dos motivos dessa perenização pode ser considerada a forma de como são realizadas as eleições, conforme é descrito no trecho da entrevista a seguir:

Entrevistadora – E como é feita a eleição para presidente de comunidade?

Entrevistada – Na verdade é feita votação de levantar o dedo, é bem democrático mesmo...

Entrevistadora – E você acha que tem alguma pressão?

Entrevistada – Olha, sinceramente eu acho que tem, porque muitas vezes a pessoa tem vergonha em falar: - não, eu não concordo com fulano. Mas daí só ela não vai levantar a mão? Acaba concordando.

Entrevistadora – E faz tempo que a tua comunidade tem o mesmo presidente?

Entrevistada – Olha, faz bastante tempo... mais de seis anos... (ENTREVISTA COM MORADORA DO REASSENTAMENTO, 2005).

Apesar das observações, feitas nas visitas no reassentamento, a existência de várias pessoas que desacreditam nos atuais dirigentes da Crabi, percebeu-se também, em várias entrevistas, que boa parte dos reassentados entendem todo o processo de formação e atuação da Crabi como positivo, uma vez que lhes proporcionou maior consciência política, bem como melhor qualidade de vida.

Também é preciso salientar que, segundo representantes da Crabi, em torno de 10% das famílias reassentadas não participaram do processo de sua formação, nem de suas lutas e, essa falta de participação é considerada nociva para a Crabi, enquanto movimento social pois, dificulta uma série de ações propostas pela Crabi, muito embora existam várias famílias que participaram de todo o processo e que são contrárias as ações propostas pela Crabi.

Agora, depois de passado as maiores dificuldades, os reassentados procuram maior autonomia, entendem a Crabi como uma instância organizativa e não mais como um movimento social. Hoje, as ações estão mais voltadas para a reconstrução do modo de vida de forma endógena. Muitos agricultores, alicerçados nas relações de vizinhança, tomam ações de cooperação uns com os outros. Por exemplo, é comum ver vizinhos decidindo em comum acordo cultivar determinada cultura para obterem facilidades, tanto na compra de insumos como na venda, após a colheita.

Percebe-se, através do processo de formação da Crabi, que ela se constitui num Movimento Social que a literatura atual denomina como “novo”, segundo Scherrer-Warren (1996, p. 68):

O que há de inovador é a luta pela ampliação do espaço da cidadania, incluindo-se aí a busca de modificações das relações sociais cotidianas. Pelo menos alguns destes grupos pretendem modificar a historicidade e o sistema de relações de poder, neste sentido, são verdadeiros Movimentos Sociais.

Mesmo havendo resistência por parte de alguns reassentados em relação aos seus dirigentes, os reassentados buscam novas formas de organização e alteração nas relações de poder. Um exemplo já citado é a forma como os agricultores estão se organizando, outro exemplo está no núcleo de mulheres, que será explorado no próximo item, no qual as mulheres buscam maior autonomia através da luta pela modificação nas relações de poder, tanto na organização do movimento Crabi, como também nas relações existentes dentro do núcleo familiar.

As mulheres que formam o núcleo de mulheres perceberam que a trajetória de luta da Crabi foi calcada na organização, permitindo sua consolidação, enquanto movimento social. Por isso, com a intenção de travar novas formas de lutas, também se organizaram.

Estas são características atribuídas aos novos movimentos sociais, conforme foi mencionado no capítulo destinado ao embasamento teórico.

Por isso, a Crabi hoje não pode ser entendida apenas como uma organização social, apesar de também ser uma organização devido a criação de uma entidade jurídica, a Crabi continua sendo um movimento social, muito embora vários reassentados nunca tenham participado do movimento e vários desistiram, ou por divergências políticas ou por terem seus objetivos conquistados, a Crabi continua a existir. Desta forma a existência da Crabi, já como organização, pode ter a leitura colocada por Gondin (1993, p. 69):

(...) ao reduzir a questão a um aspecto meramente adjetivo – os movimentos sendo mais ou menos organizados – parece ignorar a existência da organização como um substantivo, ou seja, uma entidade dotada de existência independente do grupo de pessoas específicas que a cria e opera. Trata-se do princípio que justifica a própria existência de um campo das ciências sociais dedicado ao estudo do fenômeno organizacional: o de que as pessoas podem deixar de participar (ou até mesmo morrer), mas a organização continua (evidentemente, com base em outras pessoas). É através dela que os movimentos sociais se tornam sujeitos políticos e duradouros propiciando a continuidade das lutas e o resgate de sua memória, mesmo em caso de fracasso.

3.3 Mulheres que Plantam, Mulheres que Colhem – O Núcleo de Mulheres da Crabi

No processo de formação e na atuação da Crabi, as mulheres, apesar de já estarem envolvidas em todo processo, perceberam a necessidade de também se organizarem a fim também de participarem das decisões do grupo, uma vez que, mesmo sendo elementos essenciais para movimento, a cultura patriarcal determinava a ausência delas nas decisões. A partir daí, uma das integrantes do grupo, Margaret Maran, sugeriu a outras mulheres que se reunissem para discutirem a problemática da não inserção delas no grupo que tomava decisões²⁰.

Segundo Maran, as dificuldades eram tantas para a implementação do Núcleo de Mulheres que, para elas serem “liberadas” pelos maridos para participarem das reuniões, diziam a eles que nas reuniões tratavam de assuntos relacionados a plantas medicinais (MARAN, 2004). Entretanto, o principal objetivo do grupo era, a partir da sensibilização dos homens, para as questões “ditas” de mulher, eles refletissem sobre as condições vividas por elas, respeitando-as e ajudando-as.

²⁰ Segundo depoimento informal de M. Maran, Cascavel, 2004.

Conforme depoimento, Maran (2004) diz que, inicialmente, várias mulheres iam às reuniões acompanhadas dos filhos menores, por não terem com quem deixá-los. Aos poucos, os resultados foram aparecendo, em casos isolados, alguns maridos começaram a acompanhar as mulheres e o propósito do grupo de mulheres foi se concretizando através de participações mais intensas nos processos decisórios.

Torna-se relevante destacar que, até 1993 não foi encontrado nenhum nome de mulher nos documentos oficiais, tanto nos documentos da Copel como também os documentos da Crabi. Os nomes das mulheres começam a surgir, de forma muito sutil, a partir de 1993, na lista de presença de uma Ata de Reunião²¹ realizada no município de Três Barras do Paraná em 14 de julho de 1993, sendo que, dos 39 representantes dos atingidos e atingidas, pelo menos duas eram mulheres; demonstrando que, a partir das reuniões começou a aflorar a percepção e até mesmo a atuação política das mulheres atingidas pela construção da Usina de Salto Caxias.

A partir da formação do Núcleo de Mulheres, a Crabi incorpora em suas ações aspectos importantes sobre as questões das mulheres e passa a entender que as elas tiveram um papel fundamental em todo processo de reassentamento, desde a sua organização inicial até o momento presente. Segundo o Relatório Interno da CRABI (2003, s/p) “(...) essa participação das mulheres trouxe mudanças significativas na vida pessoal, familiar e comunitária, pois são mulheres que estão saindo de sua invisibilidade, estão mais presentes nos espaços comunitários e sociais, bem como estão se qualificando e se valorizando”.

A partir de 1994, é que tem início, efetivamente, o trabalho para despertar nas mulheres uma consciência crítica do papel delas na organização e estratégias da Crabi. Inicialmente, o trabalho foi desenvolvido com mulheres, cujos maridos eram lideranças do movimento, pois, no entender de algumas lideranças, era preciso que elas compreendessem

²¹ Ata de reunião entre a Copel e futuros expropriados da U.H. de Caxias. Barra Bonita – Município de Três Barras do Paraná, 14 de julho de 1993.

todo o processo e o incorporasse como parte de suas vidas. Vislumbrava-se também que, a atuação delas poderia atingir as outras mulheres das suas comunidades com mais facilidade, a partir do exemplo e experiência vividas por elas.

Também, no entender de algumas lideranças masculinas, havia a necessidade do surgimento e fortalecimento de lideranças mulheres, porque elas precisavam acompanhar e entender o processo de reassentamento.

Um reassentamento sem a participação das mulheres não seria completo, seria masculinizado. A partir do momento em que as mulheres entendessem a importância da participação, da organização e da mobilização ficaria mais tranquilo enfrentar todos os problemas ocorridos no decorrer desse período antes dos reassentamento – os maridos vários dias fora de casa, viagens realizadas, presença de mulheres na coordenação do movimento, enfrentamentos, decisões coletivas (ENTREVISTA COM EX-ASSESSORA DA CRABI, 2006).

As primeiras reuniões eram realizadas nos Sindicato de Trabalhadores Rurais de Nova Prata, quando se reuniam mulheres de todos os municípios. Quando as reuniões eram feitas nos municípios, reuniam-se nos sindicatos do município, na câmara municipal ou num espaço comunitário.

Nas reuniões, havia a assessoria de uma Assistente Social, que tinha como função assessorar a organização do núcleo de mulheres, implementar o estudo de gênero e realizar as oficinas. Foi feito um planejamento de atividades, no qual se definiu os temas a serem estudados e aprofundados em cada encontro, tais como, relações de gênero, auto estima e valorização da mulher, mística, plantas medicinais, liderança, trabalho coletivo.

As primeiras reuniões eram realizadas com a solidariedade de todas as pessoas envolvidas, por exemplo, as participantes dividiam entre si a alimentação para o encontro, o Sindicato de Nova Prata cedia o espaço, a infraestrutura para os encontros, a

Comissão Pastoral da Terra – CPT – ajudava com o pagamento da assessoria, bem como despesas com transporte e diárias de hotel.

A partir do planejamento realizado com o Núcleo de Mulheres da Crabi, buscou-se assessorias que contribuíssem para um aprofundamento das questões de organização, de gênero e de práticas comunitárias. Através de um contato já existente da Assistente Social com a Rede Mulher²², consolidou-se uma parceria que se estendeu, por intermédio do núcleo de mulheres, para outras instâncias da Crabi para saber como as lideranças estavam vendo, vivendo as relações de gênero no movimento e como a equipe técnica estava vivenciando as relações de gênero entre si e na relação com as comunidades. Os resultados foram interessantes e, segundo depoimento da Assistente Social, percebeu-se que as mulheres realmente estavam saindo da invisibilidade.

A parceria com a Rede Mulher também permitiu a participação das mulheres em cursos, seminários, oficinas em outros Estados e países e, esse intercâmbio trazia mais motivação para as participantes, através da troca de experiências e da verificação de como outros grupos de mulheres eram organizados. Houve parceria também com a Pastoral da Criança para ajudar no trabalho realizado com a alimentação alternativa e plantas medicinais.

Como a Crabi sempre buscou se articular com movimentos regionais e nacionais, tanto que está ligada ao Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens, para evitar o isolamento de suas práticas, o Núcleo de Mulheres também buscou essa articulação através do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR - que já existia tanto em nível estadual quanto nacional.

Foi escolhida uma representante pelo Núcleo de Mulheres para fazer parte do MMTR, haviam participações ativas nas reuniões, seminários, oficinas promovidas pelo MMTR, nos quais ocorriam trocas de experiências, pois, encontravam-se mulheres do Estado

²² Organização não-governamental sem fins lucrativos, que promove e facilita a interconexão entre grupos de mulheres em todo o Brasil,

todo em também do país. Várias atividades foram realizadas em conjunto, das quais pode-se citar uma das mais relevantes que foi a campanha da documentação da mulher. Um levantamento realizado demonstrou a fragilidade das mulheres, muitas delas nem podiam ser consideradas cidadãs, pois nem documentos tinham, outras tinham apenas a certidão de casamento. Também, através do MMTR foram realizadas caminhadas, passeatas, comemorações do Dia da Mulher, ações estas que acabaram por fortalecer ainda mais as ações das mulheres.

Todas essas parcerias fortaleceram a organização do Núcleo das Mulheres Reassentadas. E, em 1996, o Núcleo de Mulheres era formado por duas representantes de cada comunidade, que formava um Núcleo Central. Este núcleo se reunia uma vez a cada dois meses para formação e planejamento das ações com os núcleos de mulheres das comunidades que representavam. “Neste Núcleo não havia, pelo menos quando se iniciou, resistência na participação. As mulheres pegaram gosto e tinham sede de informações, de novos conhecimentos, de ampliar seu horizonte, de sair de seu cotidiano e, sem dúvida as parcerias formadas contribuíram muito pra isso”. Rememora a ex-assessora no núcleo de mulheres.

A partir da discussão sobre relações de gênero, dos trabalhos desenvolvidos com mulheres lideranças dos municípios atingidos pela barragem, da articulação com outros movimentos sociais e das parcerias realizadas, começam então a intensificar a organização e participação delas em espaços públicos. Pelo envolvimento com as entidades, movimentos e, com o despertar das mulheres através da formação, das mobilizações, começou a se perceber que, para mudar a situação, precisaria de algo maior, mais complexo, que envolvesse mais pessoas, pois, ficar no espaço cotidiano do movimento contribuía para modificar a vida das mulheres do próprio movimento, mas não das outras, que também viviam na submissão. E então a saída foi lutar pela participação nos espaços públicos para construir políticas públicas,

por exemplo, o Conselho Municipal da Saúde, com a finalidade de poderem definir políticas públicas para a saúde da mulher, também para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais.

Outro momento importante dessa época foi um trabalho em que as lideranças das comunidades fizeram um levantamento dos sonhos das mulheres. Primeiramente, havia sido feito um levantamento dos sonhos das famílias para o reassentamento. Perceberam que as mulheres acabavam acatando o sonho dos maridos, não discordavam, porém a grande maioria queria algo diferente como, por exemplo, mudar a atividade agrícola na sua unidade produtiva.

Segundo, ainda a mesma Assistente Social que assessorou o núcleo na época, o levantamento dos sonhos das mulheres foi uma maneira delas se descobrirem, perceberem o valor de sua existência, dos seus sonhos, da capacidade de emitir opinião e buscar saídas a partir do que mais as motivava para viver.

Foi elaborado então, um questionário e aplicado pelas representantes das comunidades que faziam parte do Núcleo da Crabi. Após o levantamento, foi feita uma síntese dos sonhos e apresentada em cada comunidade. Os efeitos percebidos pela assessora foram:

- perda do medo de expressar o que pensavam e queriam;
- descoberta de que tinham sonhos individuais;
- buscar alternativas para implementar esses sonhos; e
- surpresa por detectar que haviam sonhos diferentes dos apresentados pela família.

Em 1997 ocorre a construção das casas e a mudança para as novas áreas, situação essa que trouxe impactos na vida familiar e, trouxe também dificuldades para a continuidade dos trabalhos de base. Mesmo assim, houve transformação nas ações das mulheres, percebeu-se a participação delas nos processos de decisão sobre, por exemplo, onde

as casas deveriam ser construídas, a construção de galpões isto é, nas formas de organização das novas propriedades.

Após este período, já se podia perceber melhor as mudanças nas relações sociais e culturais na vida das mulheres, a partir de então o desafio era o de reconstruir a vida, através das relações de igualdade entre as pessoas e do respeito às diferenças individuais.

Esse trabalho se deu a partir do diálogo entre as mulheres sobre os seus direitos e, a partir destes diálogos, tornou-se mais visível a atuação delas na comunidade através da exposição das suas idéias, suas opiniões em casa, na igreja, por exemplo.

A partir de 1999, começa a organização de grupos nas comunidades dos reassentamentos a partir de um planejamento das atividades do Núcleo de Mulheres. Este trabalho foi desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, a partir dos interesses e necessidades das mulheres com a família toda, na busca de um novo relacionamento familiar.

Neste momento as mulheres também iniciam discussões sobre a agricultura ecológica, implantam hortas medicinais comunitárias. E começam a desenvolver atividades em conjunto com o objetivo de obter retorno financeiro, por exemplo, a panificação, o artesanato, participando de feiras, contribuindo para melhorar a renda familiar.

Para Saffioti et. al. (1985), a presença das mulheres em Movimentos Sociais não se reduz mais ao papel de simples coadjuvantes, e sim como atores centrais, trazendo a marca da contestação e resistência a situações de violência, aflorando a consciência de suas carências, reivindicando, não apenas questões femininas, não apenas pela afirmação de um direito, mas pela busca de uma cidadania mais plena.

A Crabi compactua desta fala acreditando que, por meio da organização das mulheres, demonstra-se a importância da sua participação na construção de um novo modelo de desenvolvimento, buscando a transformação das relações econômicas e sociais. Esse modelo de transformação social passa necessariamente pela transformação da vida de

mulheres e homens desde a vida cotidiana até a atuação política (PLANO DE DESENVOLVIMENTO, 2000).

Em conversas informais, no reassentamento São Francisco de Assis, em 2003, algumas famílias relataram que, o que é produzido e consumido no campo (sendo que a grande parte do consumo é produzido pela mulher) gera uma economia que varia de R\$ 400,00 a R\$ 600,00 ao mês, importância essa que não é claramente contabilizada na receita familiar.

No que tange à divisão das tarefas nas propriedades dos reassentados, percebemos que, em muitos casos, existe ainda a tradicional divisão de tarefas, ou seja, cabem aos homens a produção e as mulheres a reprodução, considerando-se insignificante qualquer outra atividade que a mulher venha a exercer. Porém, detectamos alguns casos em que, quando a atividade da mulher começa a render mais que a atividade do homem, ele migra para a atividade dela, inclusive investindo, e abandonando sua atividade, parecendo que, somente a partir daí, tornaram-se sócios.

Como exemplo desta situação, pode-se citar o caso do leite. Enquanto a mulher tem os animais apenas para a subsistência do núcleo familiar o homem não se importa com essa atividade que, aparentemente não é lucrativa. Quando começa a surgir um excedente que gera uma boa renda, o homem começa a investir em novas tecnologias (ordenhadeiras, inseminação artificial), para que a renda seja ainda maior.

Dessa forma, nos espaços em que há mulheres e homens, as mulheres ainda têm dificuldades para expressarem suas opiniões e reações frente às situações, assim como ainda é difícil para vários homens aceitarem as conquistas das mulheres que transformaram em maior participação, tanto na produção como na política, das mulheres.

O problema não está na mulher, e sim nas relações que, durante a história, foram sendo criadas entre mulheres e homens, colocando as mulheres em situação inferior

aos homens. É por isso que as questões ditas ‘das mulheres’ são de fato assuntos para mulheres e homens, e é por este motivo que foi criado o Núcleo das Mulheres e o trabalho organizativo é muito intenso.

A realidade vivida pelas famílias reassentadas está impregnada de valores, os quais são bastante enraizados e que nem sempre permitem uma ação voltada para percepções sobre as relações de gênero e suas transformações. Muitos problemas vividos pelas mesmas são camuflados, como por exemplo, a violência que ocorre com as mulheres e com as crianças.

Entretanto, a Crabi já vem percebendo mudanças, pois algumas evidências mostram o crescente número de mulheres fortalecendo suas organizações, mudando as condições de convivência em que vivem, fazendo valer o direito enquanto mulher, trabalhadora e cidadã. Há necessidade de novas formas de conviver, nas quais se reconheça a capacidade e o potencial da mulher para participar na produção, na organização, na capacitação e no poder de decisão.

As mulheres, no mundo inteiro estão liderando movimentos pelo cuidado da biodiversidade, na produção e no consumo, assim como lutando pelo respeito da diversidade cultural. Por isso é tão importante que a mulher tenha seu espaço através da capacitação em temas específicos no que diz respeito à sua condição de mulher, vivida historicamente (RELATÓRIO INTERNO DA CRABI, 2003).

Com o trabalho realizado na Crabi, percebe-se que, mesmo de forma lenta, a mulher tem saído da sua invisibilidade. Hoje elas já estão presentes em várias instâncias de coordenação, tais como: no Conselho, no Núcleo das Mulheres Reassentadas, além de fazerem parte das equipes de trabalho em formação, educação, saúde, negociação, estudo e elaboração de estatutos, formas alternativas de organização, como associativismo e cooperativismo. As mulheres também estão envolvidas nos projetos de produção no

reassentamento em todas as suas instâncias, desde intercâmbios até a elaboração final dos projetos (RELATÓRIO INTERNO DA CRABI, 2003).

A trajetória do Núcleo de Mulheres demonstra a necessidade delas de persistirem na luta pela obtenção de mais direitos, direitos que vão além da luta pela terra ou pela permanência na terra, o que, segundo Scherer-Warren (1996), se constitui numa novidade dentro dos projetos dos novos Movimentos Sociais no Campo, que é:

(...) a centralidade da luta por uma cidadania “integral”. Isto se expressa através da utopia de construção de uma nova sociedade: mais justa do ponto de vista social, na qual o direito à terra para quem nela trabalha e vive, entre outros (cidadania social), seja respeitado; mais participativa e democrática, na qual os trabalhadores tenham suas organizações e formas de representação reconhecidas e consideradas (cidadania política); e na qual haja respeito à diversidade cultural (modo de vida camponês) ou de gênero (mulher camponesa) (SCHERER-WARREN, 1996, p. 72).

É a partir deste contexto que se percebe a importância do Núcleo de Mulheres na história da Crabi, pois segundo Gohn (1998), os Movimentos Sociais hoje estão entrando num novo ciclo de ação coletiva, pautadas em práticas que envolvem o agir coletivo.

Para Scherer-Warren (1996), existem casos em que se pode formar múltiplas identidades, oriundas das necessidades de reivindicação de múltiplos direitos, como é o caso do Movimento das Mulheres Agricultoras, que além de lutarem pelo acesso à terra, lutam também contra a discriminação por sexo, assistência à saúde, aposentadoria. São múltiplas carências que constituem numa pluralidade de identidades que, apesar de serem diversas, convergem para um interesse comum, que, segundo Paulilo (2004) convergem num interesse comum, pois as questões ligadas a visibilidade da mulher são amplamente discutidas.

A formação do Núcleo de Mulheres e a atuação delas foi sem dúvida muito válida e, como foi visto, a coordenação geral da Crabi avalia todo o processo de forma muito

positiva, entretanto é importante salientar que existem diferentes pontos de vista acerca das mudanças ocorridas na vida das mulheres.

Na ótica da Assistente Social, que coordenou todo o processo de formação do núcleo das mulheres, é muito importante a continuidade dos trabalhos já realizados. A incorporação da abordagem de gênero em todos os espaços institucionais continua sendo um grande desafio, apesar das questões ligadas às relações de gênero estarem presentes na linguagem expressa, nos documentos e discursos elaborados, nas pautas reivindicatórias e nas lutas implementadas há muito ainda que precisa ser feito. Questionada sobre como ela via as mudanças nas relações sociais de gênero, a resposta foi a seguinte:

Provavelmente, aos olhos de quem almeja transformação nas relações sociais de gênero, as mudanças ocorridas são insignificantes, pequenas demais diante de tantas dívidas sociais que se tem para com as mulheres e diante da gama de questões que são colocadas nesta panela de pressão: um cotidiano marcado pela invisibilidade e desvalorização do trabalho; pela dificuldade de ocupar espaços de poder; pela falta de lazer e por inúmeros empecilhos que surgem para o exercício de fato dos direitos. Mulheres que viveram a sombra dos homens, não reconhecidas como cidadãs, sem vida, sem voz. Mulheres sufocadas pelo peso da discriminação, submissão e opressão racial, social, política, religiosa e econômica. Mulheres que viviam num silêncio e numa invisibilidade. Como enxergar as mudanças se há tanto por fazer? Como, e em que, perceber o empoderamento dessas mulheres? Como vivenciar novas relações? Como construir um novo jeito de viver no campo? (ENTREVISTA COM EX-ASSESSORA DA CRABI, 2006).

Diante deste relato é possível perceber que a análise acerca das mudanças ocorridas a partir da formação dos núcleos de mulheres é dicotômica. Entretanto, todo o trabalho realizado com as mulheres permitiu uma análise mais profunda sobre a importância delas em todo o processo de formação e desenvolvimento da Crabi, bem como na forma como suas vidas foram reconstruídas no reassentamento.

Não obstante, é preciso ainda considerar as mulheres que, por sua trajetória de vida, se tornaram independentes. Numa das visitas feitas ao reassentamento foi

entrevistada uma jovem senhora de 32 anos que, aos 12 ficou órfã de pai, logo, a mãe precisou assumir o papel na produção familiar.

Ainda quando o pai era vivo, a família possuía um engenho de cana-de-açúcar, que funcionava na unidade de produção familiar, pertencente ao avô da entrevistada. Sua mãe aprendeu a fazer cachaça com o sogro e cuidava de tudo. Quando o pai morreu, a mãe continuou a trabalhar no engenho e, pouco tempo depois, o avô também veio a falecer e ela não herdou nada, só continuou trabalhando para sustentar a família. A entrevistada, já aos 12 anos, ajudava a mãe em tudo, na casa, no engenho, plantava e colhia cana.

Dentro deste contexto, a entrevistada, apesar de ter participado do núcleo de mulheres de sua comunidade, não atribui à ele transformações em sua vida cotidiana, muito embora reconheça a importância do núcleo na vida de várias outras mulheres. Segundo ela, sua autonomia é em função da sua história de vida, construída de tal forma, permitindo sua visibilidade em âmbito social e familiar.

Outro dia fui ao banco fazer um investimento e depois pedi a ele (o marido) me ajudar a fazer as contas, sendo que nem sabia que eu tinha feito o investimento. Veja bem, foi ele quem plantou e quem colheu. E isso tudo se deve à mãe que não ensinou a gente ser mulher, ensinou a gente ser igual a homem e igual a mulher (ENTREVISTA COM REASSENTADA, 2004).

As múltiplas percepções existentes acerca do núcleo de mulheres permitem uma inferência sobre a importância delas num projeto de desenvolvimento, como o que foi feito na Crabi e, mesmo com as suas contradições, não deixa de ser um componente fundamental para as mulheres refletirem quanto às relações de gênero.

Assim, torna-se necessário, recorrer novamente a Boisier (1999), pois, o autor afirma que, para haver desenvolvimento é preciso considerar também o capital humano e, este é composto por mulheres e homens, logo, torna-se imprescindível a consideração dos

capitais cultural, social e cívico. Isto é, a sociedade não é formada unicamente por homens, e nem são eles os únicos responsáveis pelo desenvolvimento. As mulheres, ao mostrarem o seu potencial de transformação social que leva à transformação econômica, gerando desenvolvimento, quebram os paradigmas culturais enraizados na sociedade sendo que, estas quebras se dão em função da atuação cívica através e da política.

4 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

O reassentamento São Francisco de Assis, formado pelas famílias que foram desapropriadas na área alagada pela construção da usina de Salto Caxias, é composto por oito grupos que se formaram a partir de laços de parentesco, amizade e vizinhança, tidos nos locais de origem das famílias reassentadas, isto é, da região alagada pela construção da Usina de Salto Caxias. Destes grupos, conforme mostra o Quadro 4, formaram-se cinco comunidades, objetivando o fortalecimento sócio-econômico dos grupos, pois alguns deles tinham um número muito pequeno de participantes. A formação das comunidades facilitou a construção da infraestrutura para os grupos, por exemplo, o local para reuniões e lazer.

COMUNIDADE	GRUPOS	Nº DE ENTREVISTADOS	%
Comunidade São Francisco	Grupo Vargem Bonita Grupo São Lucas	16	43
Comunidade Aliança do Oeste	Grupo Aliança do Oeste	18	49
Comunidade Santa Luzia	Grupo Santa Luzia Grupo Pinheirinho	01	03
Comunidade Alto Alegre	Grupo Alto Alegre	02	05
Comunidade Nova União	Grupo Fazendinha Grupo Renascer	00	00
Total	5	37	100

Fonte: pesquisa de campo.

Quadro 4 – Grupos pertencentes às comunidades do reassentamento São Francisco de Assis

Das cerca de 300²³ famílias existentes no Reassentamento São Francisco de Assis, foram levantados dados de 37 famílias por meio de questionários e, das cinco comunidades, quatro participaram da pesquisa, conforme mostra o Quadro 5:

COMUNIDADE	SEXO DO ENTREVISTADO		TOTAL DE FAMÍLIAS
	FEMININO	MASCULINO	
São Francisco	6	10	16
Aliança do Oeste	10	8	18
Santa Luzia	1	0	1
Alto Alegre	1	1	2
Total	18	19	37

Fonte: pesquisa de campo.

Quadro 5 – Total de entrevistados divididos por comunidade e sexo

Não houve entrevistados da Comunidade Nova União por não ter sido localizada nenhuma família desta nos pontos em que foram aplicados os questionários.

Também, pela metodologia utilizada não ser a de amostragem estratificada, não foram selecionadas as famílias a partir dos grupos a que elas pertencem, pois o primeiro olhar para a realização desta pesquisa foi a partir das relações sócio-econômicas e das relações de gênero, não levando em consideração a formações das comunidades e seus aspectos culturais, que possivelmente possam levar à novas conclusões no que refere aos aspectos econômicos.

Destas comunidades, no que se refere a situação rural anterior ao reassentamento, 46% dos entrevistados responderam serem proprietários de terras, 49% serem arrendatários e 5% serem parceiros. Pode-se perceber que 54%²⁴ não eram proprietários de

²³ Há uma imprecisão sobre a informação do número real de famílias nas fontes levantadas.

²⁴ Torna-se relevante salientar aqui que, no trabalho de Schreiner (2002) consta como 67% dos produtores rurais da área diretamente afetada pela Usina eram proprietários e 33% eram não-proprietários (arrendatários, parceiros e ocupantes). Entretanto os números encontrados no trabalho de Schreiner (2002) correspondem ao total de trabalhadores rurais atingidos e, neste trabalho, os números se referem ao total de famílias entrevistadas e, como não foi feita uma pesquisa com base em amostragem estratificada por Comunidade, é bem possível que nas comunidades com menor número de entrevistados e na Comunidade Nova União tenham maior número de produtores rurais proprietários.

terras e, este é um número relevante ao analisar o nível de satisfação existente agora no reassentamento, conforme será visto nas próximas páginas.

Dos entrevistados 100% praticam a policultura, tanto para subsistência, como também para comercialização, demonstrando a relutância de grande parte das famílias no que se refere à monocultura. Percebe-se, a partir deste dado, um retorno às origens no que se refere ao modo de produção. Conforme, Stoffel *et. al.* (2005), o processo de modernização agrícola ocorrido a partir da década de 70 resultou em transformações no modo de produção, surgindo pelo menos, quatro formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar que surgiram e se desenvolveram entre as décadas de 1970 e 1980 na região Oeste do Paraná que são: forma de organização produtiva com predomínio da produção integrada, forma de organização produtiva com produção exclusivamente agrícola, forma de organização produtiva com predomínio da produção agrícola e forma de organização produtiva com predomínio da diversificação agropecuária, sendo, esta última, predominante no Reassentamento São Francisco de Assis. Ainda, segundo os autores, “embora em sua origem a diversificação fosse determinada pelo caráter de subsistência da produção familiar, atualmente é uma clara e consciente estratégia de redução de riscos e incertezas (STOFFEL *et al.*, 2005, p. 33).

Com a substituição da policultura pela monocultura, isto é, a produção voltada para o mercado internacional, que teve o soja como um dos principais produtos agrícolas produzidos nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, o grande problema desta substituição foi que o produtor ficou mais vulnerável aos reversos do mercado de commodities. Produzir um único produto propiciava tanto um bom ganho nos casos em que o preço do soja estava em alta e as condições climáticas favoreciam, como também levava os produtores a obterem grandes perdas em condições climáticas desfavoráveis à cultura, bem como quando o preço do produto ficava em baixa na ocasião da venda.

Percebeu-se também que, uma parcela considerável dos entrevistados afirmou ter mudado de cultura ou pecuária, pois, 84% dos informantes afirmaram ter havido esta mudança após se instalarem no reassentamento, enquanto 16% dos informantes permaneceram na mesma atividade. Isso se deve provavelmente ao fato de as famílias, logo após mudarem para o reassentamento, terem ido visitar várias propriedades baseadas na agricultura familiar para analisarem a viabilidade de várias culturas e, posteriormente escolherem e implantarem as culturas em suas propriedades, um processo de desenvolvimento com características endógenas e não exógenas, isto é, a decisão em mudar ou não partiu dos próprios reassentados, não sendo, portanto, impostas para eles.

Este foi um dos procedimentos adotados pela Crabi para que os reassentados obtivessem uma renda maior proveniente da terra e do melhor uso dela. Para Stoffel *et. al.* (2005), o universo da pequena produção agrícola familiar é muito diversificado e complexo e, cabe ao pequeno produtor a decisão de qual atividade escolher, assim, a opção por uma atividade diversificada necessita de um número maior de mão-de-obra, para tanto, é interessante que o pequeno produtor agrícola familiar desenvolva combinações de atividades adequadas aos recursos existentes em sua propriedade. Os efeitos da ação proposta pela Crabi se revelam através dos números apontados nos resultados desta pesquisa.

Cabe também salientar que, através dos depoimentos dos agricultores e técnicos, bem como das observações feitas no reassentamento, constatou-se que a terra onde as famílias estão produzindo hoje é de qualidade superior que a terra que ficava à margem do rio. A terra anterior era muita acidentada e, este também é um fator que permite inferir que a renda proveniente dela era menor do que a renda obtida hoje, no Reassentamento São Francisco. Muito embora, esta seja uma questão de adaptação, pois, algumas famílias relataram, em conversas informais, que logo ao chegaram ao reassentamento, depararam-se com uma terra geograficamente diferente daquela em que estavam acostumados e

estranharam, mas, a partir de conversas, treinamentos e visitas, começaram a se adaptar melhor ao novo ambiente, considerando a terra que estão hoje, melhor em relação à terra que cultivavam anteriormente.

No que diz respeito à pluriatividade, 78% das famílias são pluriativas, isto é, possuem pelo menos um membro da família que exerce uma função não-agrícola, enquanto que 22% afirmaram se manter apenas com a renda proveniente da agropecuária demonstrando que as famílias reassentadas estão assimilando as mudanças ocorridas no meio rural em todo o Brasil.²⁵

Ainda, no que se refere à pluriatividade, como já visto neste trabalho, este fenômeno tem ocorrido de formas diferenciadas conforme a região em que ele é estudado. No caso do Reassentamento São Francisco de Assis, observou-se uma relação com a pesquisa de Schneider (2004), em que o autor constatou que, geralmente, os homens é que permanecem na atividade agropecuária enquanto um número maior de mulheres aderem à pluriatividade.

Assim sendo, os 37 questionários aplicados resultaram em universo de 120 indivíduos economicamente ativos²⁶, deste universo, cerca de 41% é pluriativo enquanto que 59% exercem exclusivamente atividades agropecuárias. Dos indivíduos pluriativos, 62% são mulheres e 39% homens; já os indivíduos que possuem renda apenas da agropecuária, 49% são mulheres e 41% homens, confirmando a relação com a pesquisa de Schneider (2004), permitindo inferir a tendência de masculinização do trabalho no meio rural.

²⁵ Estas transformações ocorridas no meio rural brasileiro podem ser melhor analisadas tendo como fonte o Projeto RURBANO, IE/UNICAMP.

²⁶ Não foram incluídos na pesquisa indivíduos em Idade Não Ativa, isto é, indivíduos com menos de 10 anos e não trabalham. Conforme OLIVEIRA, 1998.

Tabela 1 – Atividades exercidas por família e individual dividido por sexo

ATIVIDADE	INDIVÍDUOS				FAMÍLIA	
	FEM.		MASC.			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agrícola	36	56	36	66	8	22
Não agrícola	6	9	3	5	0	0
Pluriativo	23	35	16	29	29	78
Total	65	100	55	100	37	100

Fonte: pesquisa de campo

Dividindo o universo dos indivíduos economicamente ativos, tendo como variáveis o ramo de atividade, a renda e o sexo, obtiveram-se as tabelas:

Tabela 2 – Salário ou renda proveniente da atividade principal – sexo feminino

Ramo de Atividade	até um sal. min.	de 1 a 2 sal. min.	de 2 a 3 sal. min.	de 3 à 4 sal. min.	acima de 4 sal. min.	Não soube informar	Total n.º	%
Agropecuário	11	12	2	1	0	16	42	65,8
Outras ativ. industriais	5	1	0	0	0	2	8	12,5
Comércio	2	0	0	0	0	0	2	3,1
Prestação de Serviços	1	2	0	0	0	0	3	4,6
Adm. Pública	0	2	0	0	0	0	2	3,1
Outras ativ. indls.	4	1	1	0	0	1	7	10,9
Total	22	18	3	1	0	19	64	100

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 3 – Salário ou renda proveniente da atividade principal – sexo masculino

Ramo de Atividade	até um sal. min.	de 1 a 2 sal. min.	de 2 a 3 sal. min.	de 3 à 4 sal. min.	acima de 4 sal. min.	Não soube informar	Total n.º	%
Agropecuário	10	21	4	2	6	7	50	89,7
Ind. constr. civil	1	0	0	0	0	0	1	1,7
Outras ativ. industriais	1	0	0	0	0	0	1	1,7
Prestação de Serviços	0	0	0	0	1	0	1	1,7
Adm. Pública	0	2	0	0	0	0	1	3,5
Serv. auxiliares atividades econômicas	0	0	0	0	1	0	1	1,7
Total	11	23	4	2	8	7	56	100

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 4 – Salário ou renda proveniente da atividade secundária – sexo feminino

Ramo de Atividade	até um sal. min.	de 1 a 2 sal. min.	de 2 a 3 sal. min.	de 3 à 4 sal. min.	acima de 4 sal. min.	Não se aplica	Não soube informar	Total n.º	%
Agropecuário	15	0	0	0	0	0	3	18	28,1
Outras ativ. industriais	1	1	0	0	0	0	1	3	4,6
Comércio	2	0	1	0	0	0	0	3	4,6
Prestação de Serviços	1	0	0	0	0	0	0	1	1,5
Outras atividades	1	1	0	2	0	0	0	4	6,2
Não se aplica	0	0	0	0	0	35	0	35	55
Total	20	2	1	2	0	35	4	64	100

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 5 – Salário ou renda proveniente da atividade secundária – sexo masculino

Ramo de Atividade	até um sal. min.	de 1 a 2 sal. min.	de 2 a 3 sal. min.	de 3 à 4 sal. min.	acima de 4 sal. min.	Não se aplica	Não soube informar	Total N.º	%
Agropecuário	5	4	1	0	0	1	0	11	19,6
Ind. construção Civil	0	0	1	0	0	0	0	1	1,7
Comércio	0	1	0	0	0	0	0	1	1,7
Prestação de Serviços	2	1	0	0	0	0	0	3	5,3
Outras atividades	1	1	1	0	0	0	0	3	5,3
Não se aplica	1	0	0	0	0	36	0	36	66,4
Total	9	7	3	0	0	37	0	56	100

Fonte: pesquisa de campo

A partir destas tabelas, percebe-se que, a renda das mulheres é inferior à renda masculina e, mesmo sendo a pluriatividade mais comum no universo feminino, esta proporciona maior renda aos homens do que às mulheres.

Na renda proveniente da atividade principal, Tabelas 2 e 3, 34% das mulheres ganham até um salário mínimo, já 19% dos homens ganham até um salário mínimo. De um a dois salários mínimos, encontram-se 28% das mulheres e 41% dos homens. Acima de quatro salários mínimos, nenhuma mulher e 14% dos homens.

Outro fator interessante é que 30% das mulheres não souberam informar a sua renda, contra 12% dos homens, talvez isso se deva ao fato de que, em várias famílias não são as mulheres que controlam a renda advinda da produção agropecuária e, como o dinheiro fica nas mãos dos homens, elas não têm condições de informar qual a parte do dinheiro que lhes cabem.

Também se pode destacar, a partir das Tabelas 2 e 3 que, apesar do universo feminino dos indivíduos economicamente ativos ser maior que o universo masculino, 42 mulheres, ou seja, 66% das mulheres, têm como atividade principal a agropecuária, enquanto que, do universo masculino, 89% dos homens entendem como atividade principal a agropecuária.

Entretanto, do universo dos indivíduos pluriativos, 60% declararam como a atividade principal a agropecuária, mesmo nos casos em que a renda proveniente de outras atividades seja maior. Na totalidade dos indivíduos economicamente ativos 77% tem como atividade principal a agropecuária. A partir destes dados e das observações feitas *in loco*, pode-se inferir que, para a maioria dos reassentados, ser agricultor é mais do que um meio de vida é um modo de vida e, tendo em vista a pesquisa feita acerca da história da Crabi enquanto Movimento Social. A pesquisa também permite inferir que os sujeitos individuais pertencentes à este sujeito coletivo incorporassem a idéia de serem realmente agricultores, muito embora possam exercer outras atividades não-agrícolas, as suas lutas sempre estiveram centradas na permanência na terra, ou seja, pela continuidade de um modo de vida.

No que se refere à qualidade de vida atualmente, em relação ao período anterior ao reassentamento, as Tabelas a seguir demonstram um bom nível de satisfação.

Tabela 6 – Acesso à saúde em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade

comunidade a que o entrevistado pertence	Em relação ao período anterior ao reassentamento, o acesso à saúde:					Total
	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Piorou muito	
Vargem Bonita	3	1	1	0	0	5
São Francisco	1	2	1	4	1	9
São Lucas	2	0	0	0	0	2
Aliança do Oeste	2	6	5	5	0	18
Santa Luzia	0	0	1	0	0	1
Alto Alegre	1	1	0	0	0	2
Total	9	10	8	9	1	37

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 7 – Acesso à educação em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade

comunidade a que o entrevistado pertence	Em relação ao período anterior ao reassentamento, o acesso à educação:					Total
	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Piorou muito	
Vargem Bonita	4	1	0	0	0	5
São Francisco	4	3	0	2	0	9
São Lucas	2	0	0	0	0	2
Aliança do Oeste	9	7	1	0	0	18
Santa Luzia	0	1	0	0	0	1
Alto Alegre	0	2	0	0	0	2
Total	19	14	1	2	1	37

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 8 – Condições de alimentação em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade

comunidade a que o entrevistado pertence	Condições de alimentação em relação ao período anterior ao reassentamento:					Total
	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Piorou muito	
Vargem Bonita	2	3	0	0	0	5
São Francisco	1	2	6	0	0	9
São Lucas	2	0	0	0	0	2
Aliança do Oeste	4	8	6	0	0	18
Santa Luzia	0	1	0	0	0	1
Alto Alegre	1	1	0	0	0	2
Total	10	15	12	0	0	37

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 9 – Renda em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade

comunidade a que o entrevistado pertence	Em relação ao período anterior ao reassentamento, a renda:					Total
	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Piorou muito	
Vargem Bonita	4	1	0	0	0	5
São Francisco	3	4	1	1	0	9
São Lucas	1	1	0	0	0	2
Aliança do Oeste	8	7	2	1	0	18
Santa Luzia	0	0	1	0	0	1
Alto Alegre	0	1	1	0	0	2
Total	16	14	5	2	0	37

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 10 – Habitação em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade

comunidade a que o entrevistado pertence	Em relação ao período anterior ao reassentamento, a habitação:					Total
	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Piorou muito	
Vargem Bonita	4	1	0	0	0	5
São Francisco	4	4	1	0	0	9
São Lucas	0	1	1	0	0	2
Aliança do Oeste	13	4	1	0	0	18
Santa Luzia	0	1	0	0	0	1
Alto Alegre	2	0	0	0	0	2
Total	23	11	3	0	0	37

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 11 – Condições de trabalho em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade

comunidade a que o entrevistado pertence	Em relação ao período anterior ao reassentamento, as condições de trabalho:					Total
	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Piorou muito	
Vargem Bonita	2	2	1	0	0	5
São Francisco	4	3	2	0	0	9
São Lucas	1	0	1	0	0	2
Aliança do Oeste	6	11	1	0	0	18
Santa Luzia	0	0	1	0	0	1
Alto Alegre	1	1	0	0	0	2
Total	14	17	6	0	0	37

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 12 – Vida comunitária em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade

comunidade a que o entrevistado pertence	Em relação ao período anterior ao reassentamento, a vida comunitária:					
	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Piorou muito	
Total						
Vargem Bonita	1	1	3	0	0	5
São Francisco	1	2	6	0	0	9
São Lucas	0	1	1	0	0	2
Aliança do Oeste	3	3	11	1	0	18
Santa Luzia	0	1	0	0	0	1
Alto Alegre	2	0	0	0	0	2
Total	7	8	21	1	0	37

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 13 – Condições de lazer em relação ao período anterior ao reassentamento – por comunidade

comunidade a que o entrevistado pertence	Em relação ao período anterior ao reassentamento, as condições de lazer:					
	Melhorou muito	Melhorou	Ficou igual	Piorou	Piorou muito	
Vargem Bonita	3	1	1	0	0	5
São Francisco	1	2	6	0	0	9
São Lucas	0	1	1	0	0	2
Aliança do Oeste	7	5	6	0	0	18
Santa Luzia	0	0	0	1	0	1
Alto Alegre	2	0	0	0	0	2
Total	13	9	14	1	0	37

Fonte: pesquisa de campo

A partir das tabelas 6 à 13 pode-se perceber um bom nível de satisfação dos entrevistados em vários aspectos, entretanto, percebeu-se também que, o menor índice de satisfação encontrado foi em relação à saúde, isto porque, na unidade de saúde do reassentamento não possui médico, apenas uma enfermeira que presta atendimento aos pacientes menos graves, para situações mais graves é preciso ir a Cascavel. Entretanto, os entrevistados alegaram que o acesso à saúde melhorou devido ao fato de estarem, agora, mais próximos a Cascavel, que é considerada uma cidade de referência quanto às especialidades médicas.

Nota-se que em todas as perguntas direcionadas aos entrevistados, somente em um caso se obteve a resposta: piorou muito, questão esta relacionada ao acesso à saúde.

Nos questionários aplicados verificou-se que 51% dos informantes consideram que o acesso à educação melhorou muito e 38% que apenas melhorou. Este alto índice de aprovação é devido ao fato de existir no reassentamento uma escola mantida pelo Estado e pelo Município, o Estado é responsável pelo ensino fundamental de 5ª à 8ª séries e ensino médio e o município é responsável pelo ensino fundamental de 1ª a 4ª séries e, segundo o Núcleo Regional de Educação de Cascavel, conta com 210 alunos.

No que diz respeito às condições de alimentação constatou-se que, para 27% dos informantes melhorou muito, para 41% apenas melhorou e para 32% ficou igual. Já no que se refere à renda obtida agora no reassentamento, em relação à renda anterior, 43% informaram que a renda melhorou muito e 38% que a renda melhorou. Relacionando esta pergunta com a pergunta referente às condições de alimentação, percebe-se que, para a maior parte dos entrevistados, a renda não alterou as condições de alimentação.

Quanto a esta questão, segundo vários dos reassentados entrevistados, o motivo da não alteração das condições de alimentação em relação ao aumento da renda, deve-se ao fato deles possuírem um hábito alimentar que o aumento de renda não modifica. A maioria do que é consumido na propriedade é produzido por eles mesmos, como por exemplo: carnes, verduras, frutas, compotas, pães, bolos e biscoitos. O restante é adquirido quando vão à cidade, geralmente a cada quinzena e, como o acesso a cidade é mais difícil, é feita uma lista de compras com os produtos considerados por eles “necessários”.

Também se percebeu que maioria dos entrevistados, 62%, afirmou que a habitação melhorou muito, 30% que melhorou e apenas para 8% ficou igual. Através das observações *in loco* verificou-se que várias casas foram construídas em esquema de mutirão pelos próprios reassentados, e já foram aumentadas e reformadas. De todas as casas visitadas, apenas uma não havia sido reformada e aumentada.

Ainda no que se refere à habitação, constatou-se que em 30% das propriedades onde foi aplicado o questionário, existe outra residência no lote. Algumas dessas residências são de madeira, obedecendo ao padrão arquitetônico típico do início da colonização, com varanda e muitas flores e samambaias que servem como decoração. Nestas casas moram as pessoas mais velhas, geralmente pais e avós dos reassentados.

Também percebeu-se que para a maioria dos entrevistados, a vida comunitária e as condições de lazer ficaram iguais, uma vez que, as comunidades se formaram a partir dos laços de parentesco, amizade e vizinhança construídos nos locais de origem.

Também, a partir dos resultados pode-se perceber a importância do Movimento Social no que diz respeito às conquistas alcançadas. Embora o processo de mudança tenha sido involuntário, ele trouxe melhores condições de vida para a população atingida, o que não significa dizer que não exista sofrimento quando essas pessoas relembram seu antigo modo de vida, mas apenas uma forma de compensação, embora não totalmente.

Esses indicadores também demonstram que o desenvolvimento, de acordo com Boisier (1999), além de poder ser analisado através da ótica quantitativa, deve também ser analisado por uma ordem qualitativa e que, conforme o mesmo autor, o capital sinérgico, que é a capacidade social de promover ações em conjunto resultando no bem estar dos sujeitos envolvidos, levam ao caminho do desenvolvimento.

Esses sujeitos, na maioria, se envolveram no Movimento Social e, a partir de vitórias conquistadas, eles se animaram a continuar participando de projetos que tinham como propósito a permanência no campo, ou o estreitamento dos laços de amizade. Neste sentido, quando perguntados se alguém da família já participou de algum projeto comunitário, 29 responderam afirmativamente, ou seja, 79%, e 8 informantes, 21%, responderam que ninguém da família havia participado, demonstrando que, a maioria das pessoas se envolve em

projetos, como por exemplo: grupos de jovens, grupos da terceira idade, educação popular e o núcleo de mulheres.

Quanto a esta questão, percebeu-se, através das observações diretas e das entrevistas gravadas que uma parte dos reassentados pertencentes ao Reassentamento São Francisco de Assis, nunca se envolveu no processo de luta da formação da Crabi, como também, cerca de 10% das famílias não se adaptaram à vida no Reassentamento, vendendo suas terras e voltando para a beira do rio. A não participação efetiva de todos os atingidos que foram reassentados foi considerado pela coordenação da Crabi como um fator que atrapalhou o andamento dos trabalhos. A fala do entrevistado, que é uma das lideranças da Crabi, explicita melhor esta situação, e também demonstra que o discurso depende da situação em que se encontra o sujeito:

Em torno de 10% dos reassentados do São Francisco, fizeram isso, venderam suas terras e voltaram pra beira do rio. E isso é natural né, porque, quando você vai num lugar que você quer, quando você tem uma terra e vende é uma coisa, agora, quando você é forçado, é diferente... e aqui foi uma questão forçada, aí dificulta. Bem, inclusive neste sentido, eu estou aqui, gosto do local que eu estou, faço parte da coordenação desde o início, mas eu não consegui voltar pro meu local lá da onde eu saí, de lá de Salto Caxias. A comunidade ficou toda coberta, parte das terras do meu pai estão lá ainda, mas eu não consegui voltar lá ainda. Então é uma coisa muito forte, eu estou aqui na organização, mas, e se eu não estivesse na organização? Será que eu não tinha também voltado pra lá? Então, é uma coisa que é forte, essas raízes no meio rural, são fortes (ENTREVISTA COM MORADOR DO REASSENTAMENTO, 2005).

Nesta fala, observa-se que a participação no movimento inicial da Crabi, na luta pela terra e, posteriormente, na luta pela permanência na terra, foi um elemento importante para a continuidade da vida no reassentamento. O envolvimento com outras pessoas que passavam pela mesma situação permitiu aos reassentados a obtenção de mais forças no processo de reconstrução de suas vidas e, mesmo considerando os reassentados que venderam seus lotes e rumaram para beira do rio, pode-se reportar à Gondin (1993) que

afirma ser um fenômeno organizacional o fato de que, mesmo as pessoas deixando de participar de Movimentos Sociais, a organização ainda continua e, “é através delas que os Movimentos Sociais se tornam sujeitos políticos e duradouros propiciando a continuidade das lutas e o resgate de sua memória, mesmo em caso de fracasso” (GONDIN, 1993, p. 69).

Neste sentido, pode-se complementar, utilizando-se da afirmação de Scherer - Warrern (1996) em que, uma das características dos novos movimentos sociais é a busca de modificações das relações sociais cotidianas, pois percebeu-se, através da organizações das comunidades e dos grupos relacionados a elas, que a maioria dos integrantes participam efetivamente de projetos comunitários, envolvendo-se em várias questões relacionadas às suas vidas enquanto sujeitos capazes de construir a sua história.

No que se refere ao envolvimento das mulheres com o núcleo de mulheres também percebeu-se uma forte atuação das mulheres, 68% dos entrevistados responderam que alguma mulher da família participou ou participa do núcleo de mulheres, 32% dos entrevistados não têm nenhuma mulher da família que já tenha participado.

Entretanto, é preciso considerar que somente em duas comunidades existe o núcleo de mulheres, desta forma, separando por comunidade, obteve-se os resultados, conforme mostra do Quadro 6:

Comunidade que o entrevistado pertence	Famílias que tiveram ou têm participação no núcleo de mulheres		
	SIM	NÃO	TOTAL
São Francisco	9	7	16
Aliança do Oeste	15	3	18
Santa Luzia	0	1	1
Alto Alegre	1	1	2
Total	25	12	37

Fonte: pesquisa de campo

Quadro 6 – Participação por comunidade das mulheres no núcleo de mulheres

Desta forma, também podemos resgatar Scherer - Warren (1996, p. 68) quando ela afirma que “pelo menos alguns destes grupos pretendem modificar a historicidade e o sistema de relações de poder, neste sentido, são verdadeiros Movimentos Sociais”, isto é, o Núcleo de Mulheres pode ser considerado um movimento social dentro de um movimento social/organização maior, que é a Crabi, e esta articulada ao MAB e outros movimentos sociais, e que o objetivo delas está em transformar as relações de poder existentes na família, buscando que as relações de gênero devam ser consideradas no cotidiano das famílias e a igualdade nas relações seja um elemento fundamental, caracterizando, desta forma, o que Scherer-Warren (1996) chama de novos movimentos sociais e, ainda retomando a literatura utilizada neste trabalho, Gohn (1998) diz que os movimentos sociais atuais estão mais calcados em práticas que envolvem um agir coletivo do que na contestação pressão, como ocorria na década de 1970, ou até mesmo, na pseudonegociação, ocorrida na década de 1980.

As comunidades onde o núcleo de mulheres é atuante são a Aliança do Oeste (83%) e Alto Alegre (50%). Nas demais comunidades, os trabalhos tiveram início, mas não continuidade. Dentre os principais motivos alegados estão que os assuntos colocados nas reuniões não eram relevantes, não despertavam interesse para as mulheres continuarem participando.

Sader (1988), ao estudar os movimentos sociais na década de 1980, dentre eles, o Clube de Mães, relata que, inicialmente, as mulheres que dele participavam primeiramente iam fazer alguma atividade manual e começavam a discutir os assuntos relacionados à vida pessoal, isto é, este era o primeiro passo para a formação do Movimento Social de mulheres.

Desta mesma forma destacada por Sader (1988), tiveram início as primeiras reuniões das mulheres, em que elas colocavam os problemas pessoais e trocavam

experiências. Entretanto, algumas mulheres não se interessavam pelas reuniões por considerarem que os assuntos não eram relevantes.

Na comunidade São Francisco, em que 56% das mulheres participaram do núcleo, foi implantada, inclusive, uma panificadora que contava com a participação delas e que foi fechada. O principal motivo, segundo alguns relatos, foi de que havia pouca diversidade de produtos à venda e, dentre estes estavam aqueles que as mulheres consumidoras preparavam em casa. Estas procuravam algo diferente, como por exemplo, pão francês, bolachas e biscoitos mais requintados.

Na comunidade Aliança do Oeste existe uma panificadora que foi instalada recentemente e também gestada por mulheres pertencentes ao núcleo de mulheres local. A partir das entrevistas realizadas nesta comunidade, as mulheres que trabalham neste empreendimento afirmam que está gerando renda e, a maior parte desta renda é revertida na própria panificadora, em forma de investimentos. O último investimento foi a compra de um automóvel utilitário para que elas, além de venderem seus produtos na localidade, também vendam em feiras na cidade de Cascavel.

A pesquisa também constatou os diferentes olhares acerca da principal atividade exercida pelas mulheres residentes no domicílio. Nas entrevistas, 76% das mulheres informantes não declararam como atividade principal delas, os cuidados com a casa. Dentre as atividades citadas por elas como importantes estão aquelas que geram renda. As mais citadas foram: o leite, a lavoura, a horta e as atividades não-agrícolas.

Quando a mesma pergunta foi feita aos homens, isto é, os homens foram os informantes, 63% deles declararam como a principal atividade das mulheres o trabalho doméstico. Entretanto, quando questionados sobre qual a principal atividade exercida pelos

homens, 5%²⁷ das respostas foram o serviço doméstico e 95% as atividades relacionadas à produção familiar.

Também foi perguntado se alguém da residência se ocupava com tarefas sem remuneração, 89% das mulheres informantes sobre o domicílio declararam exercer tarefa sem remuneração, enquanto dos homens informantes sobre o domicílio, 32% declararam que as mulheres da residência exercem tarefas sem remuneração. Nesta questão, observou-se que, as mulheres entendem o trabalho doméstico como uma tarefa sem remuneração, já para os homens o serviço doméstico é parte do serviço da propriedade. Portanto, os lucros que provêm da propriedade são “divididos” com as mulheres. Entretanto, as mulheres consideram a renda própria aquela gerada por elas e não aquela proveniente do trabalho em comum na família.

Segundo Hillesheim (2004), o ser-mulher vai se delineando a partir de práticas sociais e experiências concretas, entendidas como constituintes de uma natureza feminina, portanto, não questionadas e a destinação do trabalho doméstico às mulheres constrói uma identidade feminina fundada na invisibilidade, no não-reconhecimento e no cuidado com o outro antes do cuidado de si. Logo, para a maioria dos homens, o trabalho doméstico é considerado inerente às mulheres, já para as mulheres, principalmente àquelas participantes do núcleo de mulheres, o trabalho doméstico é considerado um trabalho sem remuneração.

No que se refere a renda das mulheres, observou-se que, dentre aquelas que participam do núcleo de mulheres, 26% não possuem renda própria, já aquelas que não têm vínculo com o núcleo de mulheres, este percentual aumenta para 61%.

Dentre todos os entrevistados, observou-se que, 40% das mulheres não possuem renda própria. Das que possuem renda própria 86% gastam sua renda

²⁷ Os 5% referem-se a dois homens, sendo que em um deles a mulher é uma liderança do núcleo de mulheres e o outro vive somente com o irmão, portanto, não tem nenhuma mulher na casa.

prioritariamente para uso próprio, com os filhos e com a casa e 14% gastam a renda nas despesas com a propriedade.

Observou-se na pesquisa que, as mulheres que possuem renda própria são aquelas residentes em propriedades pluriativas, 72% das famílias pluriativas têm mulheres que participam ou já participaram no núcleo de mulheres. Desta forma, pode-se afirmar que a pluriatividade possibilita o aumento da renda familiar, através também do trabalho exercido pelas mulheres.

Através das tabelas 14 e 15 pode-se perceber melhor a importância financeira da pluriatividade, tanto no aumento da renda familiar como também na renda individual.

Tabela 14 – Renda média das famílias pertencentes ao reassentamento São Francisco de Assis

Atividade familiar	Renda média (R\$)
Pluriativa	824,00
Agrícola	397,00

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela 15 – Renda média dos indivíduos por sexo e atividade pertencentes ao reassentamento São Francisco de Assis

Atividade do indivíduo	Renda média (R\$)
Feminino Pluriativo	514,00
Masculino Pluriativo	1.176,00
Feminino agrícola	410,00
Masculino agrícola	384,00
Masculino não-agrícola	783,00

Fonte: Pesquisa de campo

Percebe-se, através da tabela 14 que, a renda das famílias pluriativas é bem superior a renda obtida pelas famílias agrícolas, muito embora a renda das mulheres agrícolas é superior a renda dos homens agrícolas. Isso pode ser devido ao fato da maioria dos informantes das famílias agrícolas não terem informado a renda das mulheres.

Já a renda das mulheres pluriativas é bem inferior a renda dos homens, este comportamento segue a tendência paranaense e brasileira. Pode-se constatar que a renda pluriativa é superior a renda na atividade agrícola. Caso fosse excluída a renda das mulheres, a renda média salarial das famílias pluriativas cairia consideravelmente, visto que elas são em maior número. Cabe ressaltar ainda que, a renda proveniente do trabalho das mulheres são destinadas, preferencialmente, às despesas relacionadas a reprodução familiar, permitindo maior autonomia financeira para as mulheres.

Aqui é importante retomar a literatura de Schneider (2004) que afirma que, a renda obtida pelas mulheres culminam numa transformação nas relações de poder e gênero, chegando a gerar conflitos familiares em alguns casos, assim, cabe salientar que, não foi observado casos de conflitos familiares nas entrevistas realizadas; obteve-se informações sim, sobre o início das atividades com o núcleo de mulheres em que houve casos isolados de separação e divórcio, no entanto hoje, não se obteve impressões neste sentido

Entretanto, é preciso considerar que, a renda proveniente da agropecuária em si, não se constitui num mecanismo de defesa contra a violência²⁸, pois no caso estudado verificou-se que a terra ainda não é propriedade das famílias. Neste caso, existe um prazo para que as famílias tomem posse definitivamente da terra. Este é um fator que dificulta o processo de separação de um casal, pois, não há como vender a terra, portanto, não há como separar os bens. Apesar deste tema possuir grande relevância, ele não foi contemplado neste trabalho, cabendo assim, como sugestão para um estudo mais aprofundado.

Dentre as rendas que não são provenientes da agropecuária, isto é, aquelas consideradas não agrícolas, foram encontradas mulheres que confeccionam várias formas de artesanato, na produção de cachaça, fabricação de bolachas caseiras e doces em compota,

²⁸ O termo violência, utilizado aqui é o mesmo dado por Telles (2002) que afirma ser o termo violência de gênero a intimidação da mulher pelo homem, ao desempenhar seu papel de agressor, dominador e disciplinador. Não estando, portanto, o termo restrito a violência física do homem para com a mulher.

salão de beleza e a própria panificadora, que é uma junção de várias mulheres que pertencem ao núcleo de mulheres. E, mesmo nas atividades não agrícolas percebeu-se a existência de uma forte ligação destas atividades com o local em que as mulheres a realizam.

A fabricação de cachaça, por exemplo, depende da terra para plantar a cana, a fabricação de doces em compota é feita a partir das frutas existentes na propriedade, a clientela dos salões de beleza são as vizinhas e amigas que estão mais próximas da propriedade e, no caso da panificadora, como já foi colocado antes, é formada por várias sócias. Assim sendo, mesmo com as atividades não agrícolas existe um vínculo com o local em que elas são exercidas, tornando-se um empecilho para as mulheres reconstruírem suas vidas, do ponto de vista econômico, fora dali.

Outra observação relevante feita durante a pesquisa de campo foi de que, embora a participação das mulheres no núcleo de mulheres trouxesse transformações importantes na vida delas, estas transformações ainda estão ocorrendo, e de forma lenta, pois, os aspectos culturais que envolvem as questões de gênero são muito fortes. Vários homens sentem orgulho de suas mulheres agora mais autônomas, entretanto, enquanto para eles, elas estão mais independentes, para elas vários paradigmas ainda precisam ser quebrados.

Em conversas informais com os reassentados, nos assuntos relacionados à divisão sexual do trabalho, a palavra “ajuda” foi muito utilizada. Os homens ajudam as mulheres nas tarefas domésticas e as mulheres ajudam os homens no trabalho na propriedade. Esta situação de “ajuda” reafirma a divisão sexual do trabalho, uma vez que é função da mulher os cuidados com a casa, os filhos e o marido. Independente de elas gostarem ou não de algumas atividades, elas precisam realizá-las, o mesmo acontece com os homens.

No diálogo com o entrevistado, que é uma liderança da Crabi, cuja esposa já foi presidente do núcleo de mulheres, pôde-se perceber melhor esta situação:

Entrevistadora – Quem está tocando a propriedade hoje?

Entrevistado – Minha esposa e meu filho. Tenho três filhos: um estuda em Marechal Rondon e o outro toca a propriedade com minha esposa.

Entrevistadora – E o outro?

Entrevistado – A outra é uma menina, tem catorze anos, estuda e *ajuda* lá também.

Entrevistadora – E você? Trabalha o dia inteiro no escritório, viaja, e quando chega em casa? Descansa ou...

Entrevistado – Meu descanso é cuidar das vacas...

Entrevistadora – ... você chega à fazer uma comida para sua esposa...

Entrevistado – Eu preparo mais nos finais de semana... ah! eu gosto de cozinhar...

Entrevistadora – E você costuma limpar a bagunça da cozinha depois de cozinhar?

Entrevistado – Olha, eu gosto de cozinhar, mas enquanto estiver algo limpo eu estou sujando... mas, se precisar eu limpo...

Entrevistadora: E lavar roupa?

Entrevistado: Não, não faço.

Entrevistadora: Então existe ainda a divisão sexual do trabalho na sua casa?

Entrevistado: Existe, claro! Quem é *responsável* em fazer a comida, lavar a roupa... é tudo ela...

Entrevistadora: Então sua esposa no núcleo de mulheres ... foi apenas uma consciência política e na prática....

Entrevistado: Não, na prática existe uma conquista muito grande porque ela *ajuda* a gerenciar, discutir, é participativo isso, com a família é participativo tudo isso, quem administra o dinheiro do leite, da propriedade é tudo ela, está tudo no nome dela. Que é uma questão de gerenciamento e isso é uma coisa difícil numa propriedade e esta é uma conquista dela (...) quando a compra é externa, assim, ainda passa por mim, eu é quem vejo, mas o resto é tudo com ela (ENTREVISTA COM MORADOR DO REASSENTAMENTO, 2005).

Nesta fala está contida uma dimensão maior para a melhor compreensão no que diz respeito às relações de gênero na produção agropecuária. Pode-se ir além do que demonstram os gráficos e seus números, expostos neste trabalho.

Quanto aos números encontrados que se relacionam com a melhoria de vida dos reassentados é preciso salientar que a organização do reassentamento se deu privilegiando a continuidade da vida comunitária existente anteriormente. Apesar das transformações ocorridas na vida dos reassentados de Salto Caxias, no que diz respeito à construção dos novos locais de instalação, a permanência dos vizinhos, amigos e parentes ajudaram a amenizar as outras perdas, muito embora nem todo grupo tenha optado pelo reassentamento, uma vez que, as famílias com mais de cinco alqueires de terra poderiam optar tanto pelo

reassentamento como também pela carta de crédito. Desta forma, das 1.322 famílias atingidas, 583 optaram por reassentamentos, destas, 243 famílias formaram o Reassentamento São Francisco de Assis, que hoje conta com cerca de 300 famílias.

A oportunidade de opção entre carta de crédito ou reassentamentos possibilitou que grande parte das famílias adquirisse terras em diversas regiões, desta forma, vários laços foram rompidos, relações de crédito com comerciantes locais, de vizinhança e até mesmo com familiares. No depoimento a seguir, pode-se perceber que mesmo com a formação dos reassentamentos a partir dos grupos dos locais de origem, vários laços foram rompidos. A entrevistada morava próxima aos pais, irmãos e irmãs, amigos de infância, junto com o sogro e a sogra, hoje mora no Reassentamento São Francisco de Assis, com o marido, os filhos e vários vizinhos que conhece ainda da época anterior ao reassentamento.

Por exemplo, minha irmã tinha dois alqueires de terra lá na beira do rio e quando foi feita a barragem uma parte desses dois alqueires de terra foi atingido, então o Governo indenizava a área total e ela tinha direito ao reassentamento, então ela recebeu a quantia e veio pra cá, não no Reassentamento São Francisco, mas em um reassentamento aqui próximo. Então ela fez investimentos com vacas de leite e hoje ela tira um bom dinheiro com isso. Mas ela é triste, ela não consegue ser feliz com o dinheiro que ela tem, com a terra, com a casa, porque tudo melhorou pra ela em termos financeiros mas ela não consegue ser feliz com isso. Porque lá ela tinha os amigos dela, ela se criou lá, as amigas de infância que depois elas se separaram. Ela hoje mora perto de pessoas estranhas, outro modo de vida, na verdade muda tudo né! Olha a população de Nova Prata e olha a população de Cascavel, não tem nem comparação, muda tudo. E ela ficou sozinha na verdade, ela sempre morou perto dos meus pais, os meus pais ficaram lá porque a terra delas não foi totalmente inundada e o Governo só reassentava para aqueles que tinham menos de cinco alqueires de terra, o que ficava a mais era indenizado, mas não tinham direito ao Reassentamento. Podia continuar lá, ou se quisesse vendia e comprava em outro lugar. Então meu pai só mudou a casa, tirou da beira do rio e colocou em cima de um morro lá (ENTREVISTA COM MORADORA DO REASSENTAMENTO, 2005).

Na verdade, não é a história dela, que ficou com o marido e os filhos, é a história da irmã, narrada por ela e que conta a história de uma família que se separou em função da construção da Usina de Salto Caxias.

Apesar desta pesquisa apontar indicadores relativos às inúmeras melhorias na vida das pessoas envolvidas, percebeu-se, através das falas das entrevistadas e entrevistados que várias marcas ficaram na memória. Quando questionados sobre o antigo lugar em que viviam percebeu-se que a dor da perda ainda permanece em muitas destas pessoas.

Na fala da entrevistada, que nasceu e viveu sua infância e juventude à beira do rio, percebe-se quão doloroso foi o processo de destruição do antigo lugar onde a vida dessas pessoas foi construída:

Eu me lembro que, quando eu era criança, e eu tava vindo da roça e a casa do meu pai ficava na margem do rio, né! E aí tinha aquela fruta, acho que é ingá, enfim, eu não sei se tinha outro nome mas, eu conheço como ingá. E aí eu tava sentada embaixo da árvore e tava observando as curvas que o rio fazia e que não ia existir mais depois que inundasse aquilo, daí eu comecei a ficar triste, depois eu pensei: - Ah! Quando eu ficar grande eu vou superar tudo isso. Sabe, é aquele sentimento de perda, na verdade. Mas depois, quando eu tinha dezesseis anos eu casei e mudei de um lado do rio para o outro lado, e daí, a terra do meu sogro, por incrível que pareça também ia ficar inundada, aí eu ficava imaginando as duas terras, as duas áreas, cheias d'água, e que hoje não existe mais (ENTREVISTA COM MORADORA DO REASSENTAMENTO, 2005).

Depois, perguntada sobre a sensação da primeira vez que voltou ao local da infância depois do alagamento, a entrevistada se comoveu ao responder:

(...) de tristeza. Eu, da casa da minha irmã, eu fechava os olhos e imaginava tudo como que era. Eu me lembro até as voltas que o gado fazia, da casa do meu pai, da minha infância, da minha vida. A água não inundou tudo, mas o lugar que eu passei minha infância não existe mais, ficou tudo embaixo d'água. É muito triste. (ENTREVISTA COM MORADORA DO REASSENTAMENTO, 2005).

Este resgate é importante para demonstrar que, por detrás dos números relacionados à pesquisa se esconde um passado em que se evidencia a dor da perda, em que o concreto está submerso pela água, mas que as imagens resistem na memória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo central deste trabalho foi o de compreender em que medida a participação das mulheres na linha de frente de um movimento social – Crabi – contribui para a alteração das relações de gênero tradicionalmente existentes no campo, como na divisão sexual do trabalho, na estrutura familiar e na definição das atividades principais de produção como pluriativas, a pesquisa revelou diferentes olhares que mulheres e homens possuem quanto à divisão do trabalho por sexo. Percebeu-se que o núcleo de mulheres contribuiu na formação delas em vários aspectos, como por exemplo, pôde-se verificar que os grupos em que funcionam os núcleos, existe um número maior de mulheres que possuem renda própria e, como já foi explicitado no decorrer deste trabalho, mulheres com renda própria possuem maior autonomia e, teoricamente, possuem menores chances de sofrerem alguma forma de violência.

Outro fator relevante, observado na vida das mulheres e homens foi a importância da terra que, mais do que um meio de vida é também um modo de vida. Nas conversas informais com os entrevistados, quase todos afirmaram terem vivido e se criado na roça, portanto, é uma prática que vêm desde a infância.

A renda das mulheres proporciona sua maior autonomia. São elas que escolhem o que comprar para elas, para os filhos ou para a casa, decidem quando devem ir à cidade, sem ficarem na dependência dos maridos. E, a renda delas advém da pluriatividade.

Percebeu-se também que nas propriedades pluriativas que existe melhor infra-estrutura, as casas foram aumentadas, equipadas com eletrodomésticos modernos e, geralmente possuem carro. Mas, mesmo a pluriatividade contribuindo para uma melhora

econômica e, em alguns casos, encontrada como fonte de renda superior àquela proveniente da agropecuária, foram as atividades agrícolas consideradas como atividade principal, reforçando a idéia de que, mesmo exercendo outras atividades, a principal é ser agricultor.

Desta forma, pôde-se perceber que o fenômeno da pluriatividade contribui para o desenvolvimento das famílias que se constituíram no objeto desta pesquisa. Logo, este trabalho poderia tratar somente do fenômeno da pluriatividade, enquanto forma de resistência para permanência no campo, mas percebeu-se que a mulher possui a mesma importância que homem no que se refere ao trabalho e geração de renda.

No que se refere à percepção nas relações de gênero, constatou-se que, as mulheres que já participaram ou participam dos núcleos de mulheres valorizam mais os trabalhos que lhes proporcionam renda do que o trabalho doméstico. Embora os homens entendam o trabalho doméstico como parte do serviço da propriedade, mesmo assim poucos o exercem, pois entendem ser a atividade principal, também, aquela que gera renda.

Outra consideração importante a se fazer foi a contribuição da Crabi, enquanto movimento social, para a politização da maioria dos sujeitos envolvidos nas lutas encampadas por ela. Mesmo considerando as divergências políticas encontradas, percebeu-se uma forte consciência política em grande parte dos reassentados entrevistados. Muitos deles são conscientes dos seus direitos e buscam alternativas de mudanças.

Um bom exemplo está no núcleo de mulheres, que pode ser entendido também como um movimento social, pois elas, a partir dos interesses comuns, buscaram mecanismos para mudar suas histórias através da conscientização do seu papel na organização familiar, bem como na tentativa de obterem sua própria renda, através da pluriatividade, fazendo aumentar a auto-estima, demonstrando que, a organização visando a conscientização pode contribuir para o desenvolvimento, alterando as relações de gênero. Mesmo sendo constatado que muito ainda precisa ser feito para melhor conscientização das

mulheres, os trabalhos até então realizados nos núcleos permitem a percepção na transformação na vida das reassentadas e dos reassentados.

Uma vez que a pesquisa não demonstrou uma forte alteração nas relações de gênero concernentes à divisão sexual do trabalho, constatou-se a sensibilização dos homens sobre o trabalho das mulheres, pois a palavra “ajuda” apareceu diversas vezes nos questionários que foram aplicados. Isto é, mesmo com a tradicional divisão sexual do trabalho, existe a ajuda mútua entre os membros da família. Os homens “ajudam” as mulheres nos afazeres da casa e as mulheres “ajudam” os homens na lida na propriedade, o que é mais evidente nas famílias onde as mulheres participam do núcleo de mulheres.

Portanto, ao se falar em desenvolvimento, na sua noção mais completa, envolvendo o fator econômico e societário, percebeu-se que a participação das mulheres é fundamental para concretização de um projeto de desenvolvimento e, que tal projeto apresenta seus resultados de forma lenta, pois é preciso considerar também as variáveis culturais na análise das relações de gênero. Os aspectos culturais são arraigados de tal forma, que torna lento todo o processo de alteração nas relações de gênero.

Outro aspecto importante a ser considerado neste trabalho foi a metodologia utilizada para a realização da pesquisa. Pela metodologia utilizada não ser a de amostragem estratificada, não foram selecionadas as famílias a partir dos grupos a que elas pertencem, pois o primeiro olhar para a realização desta pesquisa foi a partir das relações sócio-econômicas e das relações de gênero, não levando em consideração a formação das comunidades e seus aspectos culturais, que possivelmente possam levar à novas conclusões no que refere aos aspectos econômicos e sociais e, entendendo a relevância desta situação, sugere-se para trabalhos futuros a realização de pesquisas partindo por amostragem estratificada por comunidades, a fim de verificar se existe ou não influência dos aspectos culturais nas condições econômicas, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, M. Ansiedade de gênero, paradoxos do feminismo. **Estudos Feministas**. Florianópolis. UFSC, vol 8, n. 2/2000, p. 283-285.
- ALAMBERT, Z. **Feminismo**: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Centro de pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo fundo – RS: UPF, 2001.
- BENERIA, L. **Gender, development and globalization**. New York: Routledge, 2003.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construccion de capital sinergetico. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, UNISC, v. 4, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 1999.
- BONETI, L. W. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. ZARTH, A *et al.* **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.
- BONI, C. E.; CUNHA, M. S. Evolução da estrutura fundiária no Estado do Paraná no período de 1970 a 1995/6. In: CUNHA *et. al.* **Agronegócio paranaense**: potencialidades e desafios. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- BLOEMER, N. M. S. **Brava gente brasileira**: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1980.
- CERVO, A. L.; BERVAIN, P. A. **Metodologia científica para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil, 1983.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Atica, 2005
- CTMR/DESER. **Gênero e associativismo na agricultura familiar**. Curitiba: Editora Marginal, 2000.
- DALABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional**: a necessidade de novos paradigmas. Ijuí: ed. UNIJUÍ, 2000.
- DEERE, C. D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DEL GROSSI, M. E. *et. al.* O novo rural paranaense. In: CUNHA, M. S. *et. al.* (orgs.). **Agronegócio paranaense: potencialidades e desafios.** Cascavel – PR: EDUNIOESTE, 2002.

DESCARTES, R. **Meditações.** São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.

ESSER, J. **Vilas rurais: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes.** Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e agronegócio. UNIOESTE, 2005 (Dissertação de Mestrado).

FIÚZA, A. L. C. Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável. IN: BRUSCHINI, C. **Tempos e lugares de gênero.** São Paulo, FCC: ed. 34, 2001.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia.** São Paulo: Atlas, 2000.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. O novo associativismo e o terceiro setor. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 58, ano XIX, Novembro/1998. p. 9-23.

GOMES, I. Z. **1957, a revolta dos posseiros.** Curitiba: Criar Edições, 1986.

GONDIN, L. M. Quando os movimentos sociais se organizam: Burocracia versus democracia nas associações de moradores. In: NASCIMENTO, E. P. *et. al.* (orgs.). **Brasil urbano: cenário da ordem e da desordem.** Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro.** Campinas – SP: UNICAMP IE, 1999.

GREGORY, V. **Os euro-brasileiros e o espaço colonial em crise: migrações no Oeste do Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2002.

HILLESHEIM, B. Trabalho doméstico: o serviço de sempre. In: STREY *et. al.* (orgs.). **Gênero e cultura: questões contemporâneas.** Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

HOLLEBEN, I. M. D.S. **Memória e história do movimento de mulheres no Paraná – um olhar sobre Medianeira.** Programa de pós-graduação interinstitucional - UFF/UNIOESTE. Marechal Candido Rondon, 2003. (Dissertação de Mestrado)

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social.** São Paulo: Cortez, 2001.

INSTRAW/ONU. **Conceitos no planejamento do desenvolvimento: uma abordagem básica.** Distrito Federal, 1995.

KANT, I. **Crítica da razão pura.** São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 1999.

LIMA, J. F. de. *et. al.* A região de Salto Caxias no Sudoeste Paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional. In: **Revista paranaense de desenvolvimento/Instituto Paranaense de desenvolvimento econômico e social.** – n. 82, 2005.

LOPES, J. L. Agricultura: participação da renda da mulher na renda familiar – um comparativo a partir dos dados das PNAD's de 1997 e 2003. **IX ECOPAR – Encontro de Economia Paranaense**, 2005. CD ROM.

MARTINS, J. S. **Frenteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MONSEN, J. H. **Gender and development**. New York: Routledge, 2004.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

MÜLLER, M. S.; CORNELSEN, J. M. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias**. 5. ed. atual. Londrina: Eduel, 2003.

OLIVEIRA, M. A. (Org.). **Economia & trabalho**: textos básicos. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

OSAKABE, E. Caracterização do trabalho feminino no rural brasileiro. **XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 2005. CD ROM.

PAOLI, M. C. Movimentos Sociais no Brasil: Em busca de um estatuto político. HELMAN. M. **Movimentos sociais e democracia no Brasil**: sem gente não tem jeito. São Paulo: Editora Marcazero, s/d.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 12 (1): 360, janeiro-abril/2004. p. 229-251.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços políticos privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

POLLI, O. L. **Leituras em movimentos sociais**. Chapecó: Grifos, 1999.

REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. S. **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: UFSC, 2001.

RIBEIRO, M. F. B. **Memórias do concreto**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 17, outubro/2001. p. 55-77.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo – 1970/1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFFIOTI, H. I. B. *et. al.* Formas de participação da mulher em movimentos sociais. **Revista Política e Administração**, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: Fundação Escola de Serviço Público, março/1985. p. 255-284.

SARTI, C. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu** (16) 2001: p. 31-48.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais no campo**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: Pluriatividade e descentralização industrial do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2004.

SCHREINER, D. F. **Entre a exclusão e a utopia**. Um estudo sobre os processos da vida cotidiana nos assentamentos rurais (região Sudoeste/Oeste do Paraná). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de História, USP, 2002 (Tese de Doutorado).

SILVA, M. A. De colona à bóia-fria. In: PRIORI, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STOFFEL, J. A.; COLOGNESE, S. A. Formas de organização produtiva da pequena produção agrícola familiar no Oeste do Paraná: Potencialidades e obstáculos. **Cadernos de Economia**: UNOCHAPECÓ (16), 2005: p. 25-42.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TELLES, M. A. A. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO J. C. (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

ZARTH, P. A. (*et. al.*) (orgs.). Os esquecidos da história. In: ZARTH, P. A. (*et. al.*) **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Unijuí, 1998.

FONTES PRIMÁRIAS:

Plano de Desenvolvimento da Crabi, 2000.

Relatório Interno da Crabi, 2003.

Relatório do Projeto de Pesquisa sobre Experiências Inovadoras no Campo – CPT, s/d.

DOCUMENTOS CONSULTADOS:

HABITZREUTER, R.; BECKER, G. Relatório de viagem à região de Salto Caxias, 25 e 26 de janeiro de 1986.

DUDZACK, Eder. Ata de reunião com futuros expropriados da Usina de Salto Caxias, 29 de outubro de 1987.

Ata de reunião com futuros expropriados da Usina de Salto Caxias, 10 de fevereiro de 1988.

Ata de encontros na área da Usina Salto Caxias – COPEL:

13 de setembro de 1990 – Municípios de Três Barras do Paraná e Dois Vizinhos;

14 de setembro de 1990 – Municípios de Nova Prata do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques

20 de setembro de 1990 – Município de Boa Vista da Aparecida.

Ata da 2.ª série de encontros da área da Usina de Salto Caxias – COPEL. 04 de março de 1993 – Município de Nova Prata do Iguaçu – Vila Grápia.

Ata da 2.ª série de encontros da área da Usina de Salto Caxias – COPEL 05 de março de 1993 – Município de Nova Prata do Iguaçu – Vila Guarani.

Ata da 2.ª série de encontros da área da Usina de Salto Caxias – COPEL 06 de março de 1993 – Municípios de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu.

Ata da 2.ª série de encontros da área da Usina de Salto Caxias – COPEL 08 de março de 1993 – Município de Três Barras do Paraná.

Ata da 2.ª série de encontros da área da Usina de Salto Caxias – COPEL 09 de março de 1993 – Município de Boa Vista da Aparecida.

Ata de reunião entre a Copel e futuros expropriados da U. H. de Caxias. Barra Bonita – Município de Três Barras do Paraná, 14 de julho de 1993.

Ata de reunião entre Copel, Crabi, Cosaca. Boa Vista da Aparecida, 01 de setembro de 1993.

Ata de reunião entre a Copel e entidades representativas dos atingidos pela barragem da Usina de Salto Caxias. Superintendência da Copel. Cascavel, 07 de outubro de 1993.

Ata de reunião da Copel com a Crabi. Escritório da Copel. Capitão Leônidas Marques, 19 de outubro de 1993.

Termo de Opção Copel/Reassentados

Relatório de Impacto Ambiental da Usina de Salto Caxias. Curitiba, novembro de 1993.

Termo de Compromisso firmado entre a Copel e a Comissão Parlamentar, Cosaca, Crabi, SRO, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista da Aparecida. Copel. Cascavel, 07 de setembro de 1993.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO REASSENTAMENTO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (Nº1)

DATA DA PESQUISA: _____

PESQUISADOR: _____

BLOCO I: IDENTIFICAÇÃO DO REASSENTADO

NOME DO TITULAR: _____

IDADE: _____

SEXO: _____

LOCAL DE NASCIMENTO: _____

QUANTOS FILHOS TÊM NO TOTAL (MORANDO OU NÃO NA CASA): _____

QUANTAS PESSOAS RESIDEM ATUALMENTE NO DOMÍLIO: _____

EXISTE OUTRA RESIDÊNCIA NO LOTE: _____

QUEM MORA: (grau de parentesco) (utilizar-se quadro 1 letra a) _____

QUANTAS PESSOAS _____

TAMANHO DO LOTE (HA) _____

PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIA _____

BLOCO II: ANTECEDENTES DO REASSENTADO E SUA FAMÍLIA

QUAL ERA SUA ATIVIDADE PRINCIPAL ANTES DE SE INSTALAR NO REASSENTAMENTO:

Perguntar se era (1) proprietário; (2) arrendatário; (3) empregado rural permanente; (4) empregado rural temporário (trabalhador volante); (5) meeiro; (6) parceiro; (7) outro; _____

QUANTOS MEMBROS DA FAMÍLIA TRABALHAVAM NA ÁREA RURAL ANTES DE SE INSTALAREM NO REASSENTAMENTO: _____

QUAL ERA A ATIVIDADE PRINCIPAL DOS DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA ANTES DO REASSENTAMENTO (utilizar-se do quadro 1 letra E e J) (indicar quais membros e respectivas atividades):_____

BLOCO III: SOBRE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO REASSENTAMENTO

O TITULAR MUDOU DE ATIVIDADE APÓS SE INSTALAR NO REASSENTAMENTO:

SIM () NÃO ()

SE SIM, QUAL A SUA ATUAL ATIVIDADE PRINCIPAL:

DEMAIS MEMBROS DA FAMÍLIA MUDARAM DE ATIVIDADE APÓS SE
INSTALAREM NO REASSENTAMENTO: (se houveram mudanças indicar quem e qual a
atividade)

NA PROPRIEDADE, EXISTE A CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA: (___) SIM
(___) NÃO , SE SIM ESPECIFICAR: (___) PERMANENTE (___) TEMPORÁRIO
(___) COM CARTEIRA ASSINADA
(___) SEM CARTEIRA ASSINADA

QUAL ATIVIDADE QUE NECESSITA DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA

CASO TENHA FUNCIONÁRIO CONTRATADO E NÃO ASSINE A CARTEIRA,
INDICAR PORQUÊ:_____

TEM DIFICULDADE DE CONTRATAR MÃO DE OBRA: (___) SIM (___)NÃO QUAIS

HAVERIA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE MAIS MÃO-DE-OBRA?

(____) SIM (____) NÃO POR QUÊ NÃO CONTRATA MAIS

BLOCO I V: SOBRE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO REASSENTAMENTO

ALGUÉM DA FAMÍLIA JÁ PARTICIPOU OU PARTICIPA DE ALGUM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO? QUEM E QUAL PROJETO

A PARTICIPAÇÃO FOI IMPORTANTE? PORQUÊ:

SE JÁ PARTICIPOU E NÃO PARTICIPA MAIS, QUAL FOI O MOTIVO DA SAÍDA:

ALGUMA MULHER, RESIDENTE NESTA FAMÍLIA JÁ PARTICIPOU OU PARTICIPA NO NÚCLEO DE MULHERES: (___) SIM (___) NÃO

CASO JÁ TENHA PARTICIPADO E NÃO PARTICIPA MAIS, QUAL O MOTIVO DA SAÍDA:

A PARTICIPAÇÃO FOI IMPORTANTE? PORQUÊ?

QUEM DECIDE PELA UTILIZAÇÃO DA RENDA DA FAMÍLIA:

(___) MARIDO (___) ESPOSA (___) OUTROS

(especificar).

À QUAL É O DESTINO DA MAIOR PARTE RENDA PROVENIENTE DO TRABALHO DAS MULHERES RESIDENTES NESTE DOMICÍLIO (___) USO PRÓPRIO (___) PARA OS FILHOS (___) PARA A CASA (___) PARA O MARIDO (___) DESPESAS DA PROPRIEDADE

ALGUÉM DA FAMÍLIA SE OCUPA COM TAREFAS SEM REMUNERAÇÃO

(___) SIM (___) NÃO especificar quem e qual atividade :

NESTA PROPRIEDADE EXISTE ALGUMA ATIVIDADE ECÔNOMICA QUE NÃO SEJA PROVENIENTE DA AGROPECUÁRIA: (___) SIM (___) NÃO

SE SIM, QUEM É O (A) PRINCIPAL CONDUTOR (A) DA ATIVIDADE E QUAIS ATIVIDADES

QUEM INICIOU ESTA ATIVIDADE

QUAIS AS TRÊS PRINCIPAIS ATIVIDADES EXERCIDAS PELAS MULHERES QUE RESIDEM NESTA PROPRIEDADE (dentro ou fora da propriedade):

QUAIS AS TRÊS PRINCIPAIS ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS HOMENS RESIDENTES NESTA PROPRIEDADE (dentro ou fora da propriedade):

BLOCO V: SOBRE CONDIÇÕES DE VIDA NO REASSENTAMENTO

EM RELAÇÃO AOS ITENS ABAIXO RELACIONADOS A QUALIDADE MUDOU DEPOIS DE SUA INSTALAÇÃO NO REASSENTAMENTO, QUANTO À:

ACESSO A SAÚDE / CONDIÇÕES DE SAÚDE

(☐) MELHOROU MUITO; (☐) MELHOROU; (☐) FICOU IGUAL; (☐) PIOROU; (☐) PIOROU MUITO

ACESSO À EDUCAÇÃO

(☐) MELHOROU MUITO; (☐) MELHOROU; (☐) FICOU IGUAL; (☐) PIOROU; (☐) PIOROU MUITO

ALIMENTAÇÃO

(☐) MELHOROU MUITO; (☐) MELHOROU; (☐) FICOU IGUAL; (☐) PIOROU; (☐) PIOROU MUITO

RENDIA

(☐) MELHOROU MUITO; (☐) MELHOROU; (☐) FICOU IGUAL; (☐) PIOROU; (☐) PIOROU MUITO

HABITAÇÃO

(☐) MELHOROU MUITO; (☐) MELHOROU; (☐) FICOU IGUAL; (☐) PIOROU; (☐) PIOROU MUITO

TRABALHO

(☐) MELHOROU MUITO; (☐) MELHOROU; (☐) FICOU IGUAL; (☐) PIOROU; (☐) PIOROU MUITO

VIDA COMUNITÁRIA

(☐) MELHOROU MUITO; (☐) MELHOROU; (☐) FICOU IGUAL; (☐) PIOROU; (☐) PIOROU MUITO

LAZER

(☐) MELHOROU MUITO; (☐) MELHOROU; (☐) FICOU IGUAL; (☐) PIOROU; (☐) PIOROU MUITO

OUTROS: ESPECIFICAR QUAL _____

(☐) MELHOROU MUITO; (☐) MELHOROU; (☐) FICOU IGUAL; (☐) PIOROU; (☐) PIOROU MUITO

O QUE ACHA DO LUGAR ONDE MORA:

QUAIS AS PRINCIPAIS NECESSIDADES DO REASSENTAMENTO HOJE:

NA SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS MUDANÇAS (BOAS E RUINS) QUE OCORRERAM NA VIDA DA SUA FAMÍLIA DEPOIS DE INSTALADA NA VILA RURAL?

ENTREVISTADOR(A): _____ LOCAL E DATA: _____

(ASSINATURA DO ENTREVISTADO)

FIGURA 1. CARACTERÍSTICAS GERAIS E OCUPACIONAIS DOS MEMBROS RESIDENTES NO DOMICÍLIO

[illegible]

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca Universitária
UNIOESTE/*Campus* de Toledo
Bibliotecária: Marilene de Fátima Donadel – CRB – 9/924

M235d	Makoski-Lombardi, Sheila Priscila Desenvolvimento rural e gênero : a participação das mulheres na organização de um movimento social : o caso da Crabi – PR / Sheila Priscila Makoski-Lombardi. – Toledo, PR : [s.n], 2006. 140 f. Orientador: Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto Co-orientadora: Dr^a. Yonissa Marmitt Wadi Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. <i>Campus</i> de Toledo. Centro de Ciências Sociais Aplicadas 1. Relações de gênero 2. Movimentos sociais rurais 3. Mulheres no desenvolvimento rural 4. Desenvolvimento rural 5. Pluriatividade 6. Mulheres do campo – condições sociais 7. Divisão do trabalho 8. Movimento feminista 9. Famílias Rurais L T CDD 20. ed. 338.1 305.42 305.56
-------	--